

A representatividade da comunidade negra no jornal Público: Análise da cobertura das mortes de George Floyd e Bruno Candé

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Beatriz Cardoso Ribeiro

Relatório de Estágio de Mestrado em Jornalismo

Agosto 2021

Relatório de estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, realizada sob a orientação
científica de Carla Baptista

Agradecimentos

Um grande obrigada à minha família pelo apoio durante os meses dedicados a este relatório, às amigas e amigos pelas conversas e leituras que partilhámos e à Professora Carla Baptista pela orientação e recomendações essenciais para este resultado final.

Obrigada ao Público pela experiência de estágio.

Um especial agradecimento a todas e todos que entrevistei para o relatório de estágio, pela partilha de experiências pessoais e opiniões essenciais: Mariama Injai, António Tonga, Patrícia Moreira, Daniel Silva, Paula Cardoso e Ana Paula.

Resumo

O presente relatório de estágio pretende identificar e analisar os padrões utilizados na cobertura mediática do jornal Público de acontecimentos que envolvem a comunidade negra. Utilizaremos como estudo de caso a cobertura jornalística das mortes de George Floyd e Bruno Candé no jornal Público durante o período em que realizei o estágio no meio de comunicação, entre 1 julho e 30 de setembro de 2020. A análise surge num contexto de reacendimento do movimento *Black Lives Matter*, após a morte de Floyd, e o impacto internacional que teve. No caso do Público, não identificámos os padrões de reforço de estereótipos, contextualização negativa e falta de contextualização, mas existe um défice de jornalistas negros e de fontes jornalísticas não brancas.

Abstract

The following paper aims to understand how media coverage in Público, a daily newspaper, relating to the black community is presented. The case study on focus will be the coverage of the murders of George Floyd and Bruno Candé in Público, considering the time span of my internship there from the 1st of July to the 30th of September of 2020. This analysis comes in the context of the Black Lives Matter movement resurgence, after George Floyd's death, and its international impact. The identified patterns on mainstream media coverage of stereotype reinforcement, negative context and lack of context were not followed by Público, however, there is a lack of black journalists and non-white journalistic sources.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 – O jornal Público e a experiência de estágio	5
1.1. Experiência de estágio	5
1.2 Breve história do jornal Público	7
1.3. O Público no espectro de definição de <i>media mainstream</i> e <i>media</i> alternativos....	11
Capítulo 2 – A comunidade negra em Portugal.....	14
2.1. A comunidade negra como minoria social	14
2.2. O colonialismo português: breve contextualização	17
2.3. Racismo em Portugal: subtil e sistémico	21
Capítulo 3 – O impacto dos <i>media</i> na realidade e o consumo de conteúdo direcionado ..	29
3.1 O impacto dos <i>media</i> na perceção da realidade	29
3.2 As redes sociais e o consumo de jornais <i>online</i>	30
Capítulo 4 – Representatividade da comunidade negra nos <i>media mainstream</i>	34
4.1 <i>Media</i> e minorias – Padrões de representatividade.....	34
4.2. A comunidade negra e os <i>media</i> : do Movimento dos Direitos Civis ao <i>Black Lives Matter</i>	51
4.3. Padrões de representatividade da comunidade negra nos <i>media mainstream</i> portugueses	61
Capítulo 5 – A cobertura das mortes do Bruno Candé e George Floyd no jornal Público	71
5.1 Contexto da análise	71
5.2 Análise de notícias – metodologia	73
5.3. Apresentação de resultados e análise crítica.....	76
Capítulo 6 – Conclusões	89
Bibliografia.....	93
Anexos	105

Introdução

No Verão de 2014, um jovem negro acusado de roubar um maço de tabaco e de ter tido um desentendimento com o funcionário de uma loja de conveniência foi morto por um polícia com seis tiros, em Ferguson, Missouri. O assassinato de Michael Brown pelo agente Darren Wilson reacendeu o movimento *Black Lives Matter* (BLM) e os manifestantes partilharam nas redes sociais imagens de protestos pacíficos, discursos emocionados e reflexões sobre o racismo estrutural nos Estados Unidos da América. Os meios de comunicação *mainstream* portugueses pouco falaram do tema e relataram sobretudo momentos particularmente violentos dos protestos. Esta dissonância intrigou-me.

Seis anos depois, a 25 de maio de 2020, a morte de George Floyd é gravada e reproduzida múltiplas vezes nos mais diversos ecrãs, desde as redes sociais às televisões passando pelos jornais *online*. A dissonância entre o que aconteceu no vídeo e a cobertura mediática jornalística é menor do que em 2014, mas ainda existe – as análises e comentários que questionam se Floyd estava sob o efeito de droga quando foi detido, o seu cadastro criminal e a legitimação da ação do polícia alegando que o detido poderia ter ficado violento também existiram.

Dois meses depois, a 25 de julho de 2020, o ator português Bruno Candé é morto por Evaristo Marinho depois deste proferir uma série de insultos racistas e ameaças de morte explícitas. Candé não tinha antecedentes criminais e a discussão com Evaristo por causa da cadela da vítima não chegou para justificar o homicídio – foi obrigatória e perentória a necessidade de se falar de racismo em Portugal, nos *media* e fora deles.

A experiência de estágio no jornal Público, que tem um papel ativo *online* e uma distinta cobertura jornalística em temas relacionados com os Direitos Humanos, as discussões sobre racismo enraizado e nem sempre flagrante nos *media* e na sociedade que se seguiram às mortes de Floyd e Candé e o interesse pessoal pela forma como os *media* influenciam a realidade e o impacto que tal tem na vivência de minorias sociais, culminaram nesta análise.

O presente relatório de estágio pretende aferir como é representada a comunidade negra nos *media mainstream* portugueses, analisando especificamente a cobertura das mortes de George Floyd e Bruno Candé no jornal Público *online*, no período de três meses de estágio: julho, agosto e setembro de 2020.

O relatório pretende verificar se a cobertura do jornal Público coincide com as tendências de representatividade de minorias sociais nos *media mainstream*: estereótipos, contextualização negativa, falta de contexto, linguagem enviesada, falta de representatividade quantitativa e défice de relatos na primeira pessoa – quer por desconfiança de sujeitos negros como fontes credíveis, quer por a maioria dos jornalistas em Portugal não serem negros.

As categorias utilizadas para a análise das peças jornalísticas são: gênero jornalístico (notícia, reportagem, entrevista, etc.), fontes consultadas, se o racismo é tema principal ou secundário, o tom principal da peça – neutra, denunciadora de racismo, antirracista ou se nega o racismo como estrutural e institucional – e quais os marcadores étnicos utilizados; quantas vezes são empregues e com que propósito. Para complementar estes dados, com o objetivo de compreender como a comunidade negra se sente em relação à forma como é representada, foram realizadas entrevistas a pessoas negras.

O primeiro capítulo relata a experiência de estágio no jornal Público, uma exposição descritiva de algumas das peças em que trabalhei, o que aprendi e um balanço crítico de toda a experiência. De seguida, é apresentada uma breve história do jornal Público e a forma como se encaixa no espectro de definição entre meio de comunicação *mainstream* e alternativo.

O segundo capítulo marca o início da análise a que o relatório de estágio se compromete. Este é um capítulo essencialmente de contextualização e esclarecimento de conceitos operacionais. Inicialmente, será discutido o porquê de a “comunidade negra” ser considerada uma “minorias social”, definindo ambos os termos. Os membros da “comunidade negra” são essencialmente identificados pelas características fenotípicas que apresentam, isto é, numa análise de princípio de exo-classificação, portanto, considerando alguém negro a partir do entendimento da autora (Vicente, 2019, pp. 1-2), ainda que com base em definições da comunidade negra (Grayman-Simpson, 2009). Segue-se uma breve contextualização histórica do racismo em Portugal e uma análise dos novos conceitos associados ao racismo – como o “racismo subtil”.

O terceiro capítulo dedica-se à relação entre os *media* noticiosos *mainstream* e a audiência, especificamente à forma como estes influenciam a perceção da realidade e como a relação entre leitor e notícias se alterou com o consumo de jornais *online* no contexto de acesso

generalizado às redes sociais - estando o consumo de notícias *online* fortemente relacionado com as redes sociais como veículo de distribuição.

O quarto capítulo relaciona os capítulos dois e três, com o objetivo de apontar e explicar quais as formas de representatividade por parte dos *media* da comunidade negra e que impacto essa cobertura tem na vida da comunidade em sociedade e nos próprios indivíduos, após uma breve introdução sobre os *media* e a forma como retratam as minorias sociais. A última parte foca-se na forma como a comunidade negra é, de acordo com a própria, representada dos *media mainstream* portugueses, com testemunhos recolhidos através de entrevistas.

O quinto capítulo é dedicado à análise das notícias publicadas *online* que compõe a cobertura das mortes de Bruno Candé e George Floyd durante os três meses – julho, agosto e setembro de 2020 – de estágio no jornal Público. A análise será primeiro contextualizada e esclarecidas as categorias utilizadas para tal processo. Por fim, são expostas as conclusões e considerações que resultaram da análise, bem como pistas para futuros trabalhos.

As conclusões apresentadas são fruto de uma análise preliminar do tema pois a amostra de notícias considerada não é quantitativamente abrangente o suficiente para conclusões definitivas e, sobretudo, porque considera peças jornalísticas relativas a dois assassinatos. Neste sentido, por exemplo, é natural que os membros da comunidade negra surjam como vítimas e manifestantes de forma inflacionada. A escolha de peças mais generalista poderia apresentar resultados diferentes.

Em relação, concretamente, ao impacto desta representatividade na forma como o público percebe a comunidade negra, para chegar a conclusões mais sólidas será necessária futura pesquisa que, para além de analisar conteúdo jornalístico, considere materializações da reação do público: por exemplo, comentários *online* deixados nas notícias, entrevistas ou inquéritos.

Um dos grandes desafios da presente análise foi estabelecer uma distinção clara entre as notícias produzidas e a opinião pública – especialmente no ambiente *online* em que a relação entre público e notícias é tão próxima e imediata; por exemplo, uma peça de denúncia de racismo pode por uns ser considerada racista por uso de linguagem neutra perante um assassinato e para outros uma cobertura que não cabe ao jornalista fazer e acusar o jornal de “racismo inverso” ou procurar racismo onde não existe.

Este constrangimento é igualmente uma pista para futura pesquisa e não necessariamente uma limitação da presente análise, sendo que o foco deste relatório de estágio é compreender como a cobertura de notícias sobre a comunidade negra em Portugal é feita e não a reação do público.

Palavras-chave: Representatividade negra, Comunidade negra, Racismo, Jornal Público, Bruno Candé, George Floyd.

Capítulo 1 – O jornal Público e a experiência de estágio

1.1. Experiência de estágio

O estágio no jornal Público começou no primeiro dia de julho de 2020 e terminou a 30 de setembro do mesmo ano.

O estágio foi realizado na secção *online* do jornal o que me permitiu dedicar a uma significativa variedade de temas: coronavírus, violação dos Direitos Humanos, alterações climáticas, jornalismo mais local, entre outros. Este foi um dos aspetos mais positivos do estágio.

A primeira notícia que redigi foi [sobre a Agência Espacial Portuguesa](#) e tive a experiência imediata de falar com uma fonte jornalística e escrever com base num comunicado para a imprensa.

A segunda peça que redigi foi [sobre a marca de chocolate Conguitos](#) e foi escrita com base numa petição *online* que pressionava a marca a repensar a imagem estereotipada da comunidade negra que reproduz no logotipo e anúncios. Esta peça foi um exemplo de como notícias que não têm diretamente a ver com o racismo – esta poderia ter sido tratada como um mero caso de má publicidade - são consideradas e contextualizadas pelo jornal Público. Neste caso, foi-me dado tempo suficiente para ler a petição, ver a resposta da marca e procurar anúncios antigos do produto com recortes raciais (ainda) mais problemáticos.

A liberdade que o jornal dá aos estagiários para propor e explorar temas é o ponto que destaco como mais positivo. A primeira peça que escrevi neste sentido, juntamente com Sofia Neves, foi a partir de uma ideia que apresentei à editora do *online* Mariana Adam, sobre a dificuldade em compreender que locais eram mais propícios à transmissão do novo coronavírus, a propósito das declarações de Marta Temido a garantir que nenhum caso provinha de utilização de transportes públicos. Procurámos saber como era possível ter a certeza desta afirmação e dessa dúvida nasceu a notícia [Porque é tão difícil quebrar as cadeias de transmissão na região de Lisboa?](#)

Esta notícia é um outro exemplo de como quando o racismo não é central na peça não significa que deixe de existir – neste caso, o penúltimo parágrafo distancia o aparecimento de novos casos da covid-19 dos protestos *Black Lives Matter* nos EUA: “As recentes manifestações motivadas pela morte de George Floyd também levantaram dúvidas sobre o

aumento de casos de covid-19 em diversos países. Um estudo elaborado pela Al-Jazeera, que comparou o número de casos positivos nos 15 dias anteriores à morte de Floyd e os 15 dias seguintes, pós-manifestações, demonstrou que nas cidades norte-americanas com mais adesão aos protestos - Mineápolis, Washington DC, Nova Iorque e Chicago - os casos diminuíram” (Ribeiro, 2020).

As peças sobre o [incêndio em Santo Tirso](#) e as consequências para os animais e as notícias sobre as histerectomias não consentidas em campos de detenção de imigrantes nos EUA surgem igualmente desta oportunidade de propor temas.

A [primeira notícia](#) que escrevi sobre as histerectomias não consentidas foi apresentada com base num relatório que uma amiga partilhou numa rede social que li para redigir a peça e complementei com mais informação. [A segunda](#) foi feita após indicação de que tinham existido atualizações no caso. O hábito que o jornal Público, como muitos outros, tem de um jornalista acompanhar um tema com que está familiarizado é uma mais-valia no que toca à contextualização da notícia e evita o deslize para estereótipos acidentais por falta de tempo ou informação.

A editora do *online* Mariana Adam e os editores da mesma secção Pedro Rios e Ivo Neto, bem como a jornalista Sofia Neves, ajudaram-me a tornar as peças que escrevi mais sucintas e próprias para consumo jornalístico. A oportunidade de aprender à medida que se faz foi outra das mais-valias do estágio.

Neste sentido, o facto de parte significativa do estágio ter sido a redação de pequenas entradas feitas com base em notícias de agência (essencialmente Lusa e Reuters) para as atualizações da Covid-19 ao minuto, ajudou-me a melhorar a capacidade de síntese e rapidez de redação. A rotina de ler várias notícias sobre o tema e a repetição de alguma informação culminou numa notícia em que juntei as informações disponíveis, à data, sobre as quatro principais vacinas em fase de testagem, com título [As quatro potenciais vacinas contra a covid-19 em fase final de testes.](#)

A única experiência que faltou, própria da circunstância pandémica, foi o ambiente de redação cheia e interação com outros colegas estagiários e jornalistas. Esta foi essencialmente tida em grupos de mensagens *online*. O estágio foi feito entre casa e a redação. A mesma situação se verificou com as fontes – todas as entrevistas que fiz foram por telefone.

A notícia sobre [a subida de temperatura em Portugal](#) foi redigida com base no Boletim Climatológico de Julho 2020 do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) e a [dos parquímetros da EMEL](#) com base numa troca de *e-mails* entre jornalistas e a entidade, escrita em conjunto com Henrique Martins. Nesta última, e em notícias semelhantes, a voz das pessoas no jornalismo local é a que mais se sente falta quando o jornalismo passa a ser quase exclusivamente de secretária.

Ainda assim, uma das peças que redigi surgiu através de uma proposta do jornalista Pedro Esteves que alertou para a notícia que passava na SIC Notícias sobre os incêndios no Pantanal. Por estar em casa, consegui ligar a televisão, procurar mais informações nos meios de comunicação brasileiros e na Lusa e transformá-la na fotogaleria [Incêndios no Pantanal. Arderam 1,55 milhões de hectares desde o início do ano](#).

De um modo geral, o aprender a praticar e a abertura dos jornalistas e editores a propostas dos estagiários são os pontos positivos que destaco e a redação anormalmente calma e a interação com fontes à distância são os pontos menos positivos, mas que são próprios do contexto vivido e não da responsabilidade do meio de acolhimento.

1.2 Breve história do jornal Público

O jornal Público deu os primeiros passos em abril de 1989, quando Vicente Jorge Silva e Jorge Wemans saíram da direção do jornal Expresso para, juntamente com três jornalistas dos quadros do mesmo periódico, fundar um novo jornal. A empresa Público, Comunicação Social S.A. financiada pelo empresário Belmiro de Azevedo, nasceu a 31 de outubro de 1989, tendo como investimento inicial da Sonae dez milhões de euros (na altura, dois milhões de contos) para a parte informática, maquinaria e recursos humanos (Correia, 2018, pp. 4-5). A esta equipa juntaram-se, igualmente do Expresso, a jornalista Teresa de Sousa e Lucília Santos como secretária adjunta da direção (Pacheco, 2018).

O jornal lança-se com a frase publicitária "Mais perto do público, mais perto do acontecimento" (Pacheco, 2018). A primeira edição do jornal Público, um jornal diário (tal como na atualidade), saiu no dia 5 de março de 1990, com Álvaro Cunhal na capa e título "Cunhal: resistir até ao fim", relativo à cobertura do Comício do PCP, e com outros títulos com menor destaque alusivos à "TV da Igreja" e o PSD ou violência nos transportes públicos na seção local. Foi uma triagem de 120 mil exemplares, com as duas edições impressas - uma no Porto e outra em Lisboa (Correia, 2018, p. 4).

Este foi o primeiro Público a sair, mas não o primeiro a ser feito. Antes deste, muitos "número zero" foram criados e analisados. A suposta primeira edição, que não foi publicada por "dificuldades técnicas inultrapassáveis", trazia a manchete "Liberdade, ano zero" após a queda do Muro de Berlim, com reportagens em Praga, Berlim e Budapeste e uma entrevista a Václav Havel (Pacheco, 2018).

Em 1992, o Público foi o primeiro jornal nacional a editar e comercializar colecionáveis como livros e enciclopédias e em 1999 CDs e CD-ROM e começou em 2003 com DVDs; foi igualmente o primeiro jornal português a ter a redação totalmente informatizada e o segundo a ter um website (o primeiro foi o Jornal de Notícias), lançado a 22 de setembro de 1995: o *Público Online* (Correia, 2018, p. 5).

Atualmente, o website do jornal divide-se em várias secções permanentes no campo da "Atualidade", sendo estas: Política, Sociedade, Local, Economia, Mundo, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia, Opinião, PGlobal, Público na Escola, Multimédia, Podcasts, Prova de Factos (um *fact-checker*), Provedor do Leitor (crónicas de José Manuel Barata-Feyo), Ao Vivo (eventos ao vivo), Bartoon e Inimigo Público (sátira).

Em papel, a edição diária divide-se entre: Destaque, Espaço Público (opinião), Política, Sociedade, Local, Mundo, Economia, Classificados, Cultura, Ciência, Guia (recomendações de leitura, programação televisiva, cartaz de cinema, jogos e meteorologia), Desporto e a crónica de última página. Juntamente com as edições diárias, à Sexta-feira sai o Ípsilon (cultura) e o Inimigo Público, aos Sábados sai a Fugas (lazer e turismo) e aos Domingos o P2 (jornalismo mais lento e aprofundado).

No [Estatuto Editorial do Público](#), o jornal expressa como compromisso prioritário a resposta aos cidadãos, garantindo independência ideológica, política e económica; e distância de sensacionalismo e jornalismo tabloide. A estética do jornal Público distinguia-se, curiosamente, por se assemelhar ao tamanho formato de um jornal tabloide e por ser impresso a cores (Pacheco, 2018; Público, 2017). Este tipo de contradição propositada, coerente com a promessa de inovação e disrupção, está igualmente presente no nome do Jornal Público, inteiramente financiado pela iniciativa privada (Pacheco, 2018).

Distinguia-se igualmente pelos suplementos do jornal, também impressos a cores, que saíam à vez a cada dia da semana, começando na Segunda-Feira e terminando Domingo, respetivamente: *Economia*, *Leituras*, *Videodiscos*, *Hoje e amanhã*, *A Semana*, *Jogos e Magazine* (Correia, 2018, p. 4).

A aposta, em relação a outros jornais, na proximidade com o leitor é coerente com o foco em jornalismo local e a criação de edições distintas para diferentes regiões do país, com a secção Local adaptada - ainda hoje o jornal mantém as edições distintas para Porto e Lisboa e teve de 2002 a 2004 uma edição "Local Minho" e de 2003 a 2005 uma edição "Local Centro" (Correia, 2018, p. 5).

Esta proximidade ao leitor está igualmente manifesta na génese do jornal com a decisão de criar um diário e não um semanário, à semelhança da imprensa estrangeira e ao contrário da imprensa nacional, numa lógica de não "guardar no bolso" as grandes notícias para um dia da semana e fazê-las chegar aos leitores de modo mais imediato mas com uma especial atenção à contextualização da notícia para que fosse realmente compreendida pelo leitor; explica Manuel Carvalho, o atual Diretor do jornal, numa entrevista à TSF em 2020, aquando dos 30 anos do Público (Domingues, 2020).

O jornal assume igualmente um compromisso com a pluralidade de opiniões, como se lê no [Estatuto Editorial](#): "Público aposta numa informação diversificada, abrangendo os mais variados campos de actividade e correspondendo às motivações e interesses de um público plural" (Público, s.d.).

A audiência é também fiel e próxima do jornal. No relatório da Reuters de 2020 sobre o consumo de meios de comunicação, o Público surge como meio de comunicação utilizado com frequência mediana e com elevado nível de confiança. Numa lista de 16 meios de comunicação que juntam televisão, jornais impressos e rádio, o Público surge em nono lugar (um pouco à frente do jornal Expresso) com 16% dos inquiridos a indicar que o utilizam semanalmente (Nic Newman, 2020, p. 78).

Na lista dos 16 meios de comunicação *online* mais utilizados, o jornal encontra-se na décima posição com 17% dos inquiridos a utilizarem o meio semanalmente. A confiança no jornal é clara, com 74% a afirmar que confiam na informação e 6% a negar a confiança; os restantes inquiridos seleccionaram a opção "nenhuma das opções (Nic Newman, 2020, p. 78) ".

A termos de vendas, no segmento de jornais impressos pagos, o Público sofreu uma queda significativa, no período de 1999 a 2019, tendo passado de aproximadamente 52 018 cópias num ano para 17 323 em 2019 (Obercom, 2020, p. 80). No entanto, apresentou uma tendência inversa *online*. Numa plataforma onde reunia 1454 assinaturas em 2011, subiu

para 15 855 em 2019, com uma taxa de crescimento de 27,7% no ano 2018-2019 (Obercom, 2020, p. 90).

Os dados atualizados pela Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragens e Circulação demonstram a tendência de crescimento no *online* e queda do papel: em 2020, o Público contava com um total de 30 965 assinaturas no digital e 11 489 cópias vendidas em papel (Público, 2021).

Esta foi uma tendência que o próprio jornal relaciona com as restrições de circulação e mais tempo em casa *online* durante o confinamento (Público, 2021) mas que se verifica ainda no segundo semestre de 2021, mesmo com alívio de restrições: 11 824 exemplares diários vendidos no segundo trimestre e um total de 40 778 assinaturas digitais (Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação, 2021), um sinal de que a pandemia poderá ter acelerado a passagem quase total dos jornais para o *online* (Nic Newman, 2020).

A secção *online* do jornal aposta na proximidade com o leitor e pluralidade de conteúdos e perspectivas; em segmentos como o P3 que tem como público-alvo a audiência mais jovem, numa lógica de descomplicar as notícias; ou a sátira Inimigo Público e os diversos formatos de informação como a recente aposta em podcasts variados.

Embora não exista nenhuma secção dedicada a Direitos Humanos no jornal, o tema surge em diversas categorias como Crime, Racismo, Atualidade e Opinião. Por vezes, temas como discriminação racial ou a emancipação de minorias sociais surgem associados a secções aparentemente desligadas do tema, como secção da Cultura.

Na secção Cultura destacam-se as crónicas de Vítor Belanciano - por exemplo, a [sentida peça que escreveu após o assassinato de Bruno Candé](#) não apagando o racismo presente no crime e o [texto de opinião que escreveu sobre *Black is King*](#) da Beyoncé chamando-o de "um ambicioso e fascinante tratado poético e político" (Belanciano, 2020).

Outros exemplos, publicados durante o período considerando para análise, foram a peça sobre a [programação do festival de cinema de terror Motel X](#) que embora fosse parcialmente dedicada ao racismo, essa parte assumiu o destaque na publicação, e [a morte de Chadwick Boseman](#), um dos protagonistas do filme da Marvel *Black Panther*, na qual se destacou a participação do ator em papéis associados à emancipação das pessoas negras e onde se mencionou a carta que assinou juntamente com o grupo de 300 atores que exigia

a Hollywood que parasse de romantizar violência policial e se focalizasse antes em conteúdos antirracistas.

O jornal Público é um jornal diário nacional com significativa relevância no paradigma dos *media* portugueses que se distingue pela proximidade aos leitores e maior ênfase em causas sociais e na cobertura tendencialmente favorável a movimentos sociais. Estas características tornam o jornal um híbrido entre *mainstream* e alternativo, uma categorização explorada no capítulo seguinte.

1.3 O Público no espectro de definição de *media mainstream* e *media alternativos*

Os *media* incluem qualquer meio de reprodução e apresentação, tais como os jornais, as revistas, a rádio, os cartazes, mensagens de correio eletrónico, *fax* e internet” (Kulaszewicz, 2015). O presente relatório de estágio dedica-se à análise de conteúdo *media* jornalístico em formato *online* – incluindo notícias, crónicas, textos de opinião, reportagens e peças multimédia.

Um *media mainstream* é tendencialmente caracterizado como um meio com uma estrutura financeira sólida e processo de tomada de decisões vertical, semelhante a outras instituições *mainstream* (Rauch, 2014, p. 2). Os *media mainstream* têm, frequentemente, o objetivo de maximizar a audiência e criar jornalismo digerível pelas massas; o que pode resultar em leituras binárias e simplistas da realidade, excluindo a narrativa de quem não se encontra entre os principais atores; algo que os *media* alternativos tentam contrariar com conteúdo de comentário e/ou mais explicativo (Kenix, 2011, p. 19).

Os *media* alternativos não apresentam os temas de forma convencional, existem numa lógica não lucrativa (podem lucrar, mas o objetivo principal não é esse), os processos de tomada de decisão são feitos de forma horizontal ou de jornalista para leitor, oferecerem cobertura a temas de nicho e geralmente de bom tom a movimentos sociais, fazem oposição política e/ou ideológica, são frequentemente criados por amadores e florescem sobretudo graças a iniciativa privada (Rauch, 2014, p.3; Silva, 2017, p.19).

A maximização do lucro está igualmente relacionada com os *media mainstream* e afastada dos alternativos, bem como a ideia de que existem maiores constrangimentos em publicar peças de jornalismo de investigação em meios *mainstream* dada a pressão exercida pelos financiadores do meio de comunicação (Kenix, 2011, pp. 20-21).

No entanto, esta distinção não é tão linear assim. As “forças onnipresentes” (Kenix, 2011) que impedem o bom trabalho jornalístico existem em qualquer formato *media* e os exemplos de bons trabalhos de jornalismo de investigação ou com intenção de escrutínio existem nos *media mainstream* mesmo quando vão contra essas forças.¹

A questão da escala é igualmente um ponto diferenciador: os *media mainstream* são grandes e influentes e os alternativos são pequenos e com uma influência relativamente reduzida; e existe uma hierarquia a termos de acesso a fontes privilegiadas e consideradas relevantes, na qual os alternativos se encontram em desvantagem (Kenix, 2011, pp. 21-22).

O tempo é uma variável essencial para definir o que é *mainstream* e alternativo nos *media*, dependendo do que se considerava e considera social e culturalmente aceite (Kenix, 2011). Por exemplo, era comum durante a epidemia da SIDA nos EUA que a doença fosse referenciada em jornais *mainstream* como o “cancro gay”, algo que atualmente seria impensável, pelo menos sem uma justificada reação condenadora por parte do público geral e de outros meios de comunicação.

Embora os *media mainstream* e os alternativos sejam apresentados como opostos, vários autores têm argumentado que esta é uma visão desatualizada (Atton, 2002; Rauch, 2014). Em alternativa, Kenix (2012), citado por Rauch, define esta classificação dos *media* como um “espectro” no qual alguns meios se aproximam mais do *mainstream* ou do alternativo, podendo combinar elementos de ambos (Rauch, 2014, p. 4).

Para além dos analistas, os consumidores de *media* alternativo, quando se autodefinem, também não estão a falar da mesma coisa: alguns consideram essencial que o lucro não seja uma prioridade e outros não o veem com maus olhos desde que o conteúdo continue a ser contra a corrente; alguns consideram a *Fox News* um *media* alternativo por manter uma linha fixa de valores conservadores e não ceder ao pluralismo característico dos *media* e outros consideram o *Huffington Post* um *media* alternativo precisamente pelo motivo oposto (Rauch, 2014, p. 14).

A perspetiva do espectro e das características mistas, bem como a ideia de que qualquer *media* é “alternativa” a outro tornando a designação “*media* alternativa” num oxímoro,

¹ O artigo citado dá como exemplo as jornalistas Barbara Laker e Wendy Ruderman, que ganharam o prémio Pulitzer em 2010 por expor um esquadrão de polícia de narcóticos corrupto no jornal *Philadelphia Daily News* – que anualmente entrega o prémio George Fencel, uma distinção honrosa concedida a um agente da polícia de Filadélfia que materialize os valores de “compaixão, justiça e compromisso cívico” (Kenix, 2011, p. 21).

como teoriza Downing (2001) citado por Rauch (2014) e Kenix (2001), é a visão que mais se adequa ao jornal em análise (Kenix, 2001; Rauch, 2014).

Considerando este espectro de definição, o Público encontra-se mais próximo do *mainstream* sendo um dos mais populares e preferidos jornais nacionais e originário de profissionais vindos de um outro jornal bastante conhecido; para além de ser financiado essencialmente pela Sonae – iniciativa privada, mas não de pequena escala - e ter uma organização vertical. Embora se distinga pela cobertura em matéria de Direitos Humanos e tendencialmente benéfica para movimentos sociais, o Público não é um meio de comunicação alternativo, mas antes um meio *mainstream* “de qualidade” (Connell, 1998; Gunter, 2015; Vehkoo, 2009-2011).

Um “jornal de qualidade” não é uma definição uniforme por “qualidade” ser um conceito altamente subjetivo e dependente do local e contexto em que é considerado (Gunter, 2015; Vehkoo, 2009-2011).

Os meios de comunicação de qualidade têm como principais características, num campo teórico, os princípios base do jornalismo: busca pelo interesse público e distanciamento de interesse pessoal, verificação de factos, escrutínio do poder e procurar manter a sociedade atenta e capaz de tomar decisões conscientes e informadas (Randall, 2016; Rosenstiel, 2014; Vehkoo, 2009-2011). Na prática, considerando o quotidiano de uma redação de jornal, os meios de comunicação de qualidade caracterizam-se por uma forte contextualização das notícias, sensibilidade social na cobertura (não explorar a desgraça, não forçar estereótipos, etc.) e uma abordagem internacional e globalizada das notícias (Vehkoo, 2009-2010) (Connell, 1998).

Os *media mainstream* de qualidade são igualmente definidos em oposição aos tabloide – que, por sua vez, se caracterizam pelo impacto visual de menos texto informativo e mais títulos inflamatórios e imagens marcantes, uma cobertura mais personalizada e local (menos internacional e global), notícias mais leves e priorização de uma resposta emocional por parte da audiência e não da explicação racional da informação (Connell, 1998, pp. 16-17; Gunter, 2015, p. 388; Vehkoo, 2009-2010, pp. 7-9).

Os jornais de qualidade e os de tabloide, embora sejam apresentados como antagónicos, surgem numa lógica de aproximação a termos de apresentação – os jornais de referência deixaram, na sua maioria, o formato de grandes páginas (*broadsheet*) e têm feito uso

significativo da imagem - embora o conteúdo permaneça distinto (Gunter, 2015; Vehkoo, 2009-2010, p. 7)

O Público é, portanto, um meio de comunicação *mainstream* de referência pois evita generalizações e análises rápidas e prioriza uma peça mais completa ao ser o primeiro a lançar a notícia; não faz um uso excessivo de imagens sensacionalistas e não tem um foco desproporcional em casos crimes; mesmo dando especial atenção ao jornalismo local e de proximidade, este não se traduz na cobertura exagerada de tragédias e crime locais.

No contexto da cobertura mediática de minorias sociais, o Público ser um meio *mainstream* de qualidade é uma característica diferenciadora em relação a jornalismo sensacionalista: os meios de comunicação de referência tendem a fazer uma cobertura mais cuidada e profunda, sobretudo pela procura de dar uma explicação e contextualização e não de criar pânico (Vehkoo, 2009-2010; pp- 7-8, 18-22); e os tabloides tendem a deslizar para o estereótipo e para uma cobertura desligada da conversa sobre discriminações generalizadas e implícitas na sociedade.

Capítulo 2 – A comunidade negra em Portugal

2.1. A comunidade negra como minoria social

O conceito de minoria social é definido por Debra Merskin (2017) como: “um grupo de indivíduos que detém menos autonomia ou controlo sobre vários aspetos da sua vida e menos acesso a recursos materiais do que os membros do grupo dominante. Esta falta de acesso ou acesso comprometido provém de desigualdades estruturais tais como: menos oportunidades de acesso à educação, menos acumulação de riqueza, acesso a serviços de saúde de menor qualidade e desigualdades de acesso a representação/defesa legal”² (Merskin, 2017, p. 1).

Esta é a definição apropriada para o presente relatório de estágio pois inclui dois pontos fundamentais para a definição de “minoria social”: 1. O termo minoria não significa necessariamente que estas pessoas se encontrem em minoria demográfica e 2. Os desafios

² Traduzido livremente do original “a group of people who have less autonomy or control over many aspects of their lives and less access to material resources than do members of the dominant group. This lack or constrained access is largely based on structural inequities such as poorer educational opportunities, less wealth accumulation, lower quality healthcare, and inequitable access to legal representation” em *Media Representation: Minorities* (Merskin, 2017, p. 1).

que atravessam não são nem esporádicos nem recentes, mas sim estruturais, provenientes de dinâmicas de poder históricas e culturais.

As diferenças entre os membros que integram a minoria social e os da cultura majoritária/dominante “podem ser baseadas em diferenças raciais, étnicas, sexuais, de género, idade, religião ou qualquer outra que em determinado contexto distinga estes indivíduos daqueles que detêm e exercem o poder”³ (Merskin, 2017, p. 1).

Para definir “comunidade negra” de modo a não incorrer em preconceitos ou estigmatizações sobre o que tal significa será citado conteúdo produzido por vozes que detêm não só o rigor académico para o apresentar, mas também a experiência vivida para tal, isto é, vozes da própria comunidade.

No ensaio “*We Who Are Dark . . .*” *The Black Community According to Black Adults in America: An Exploratory Content Analysis* (2009), a autora conclui que o conceito de “comunidade negra”, embora seja frequentemente utilizado como algo com significado universal, difere dentro da própria comunidade⁴.

As definições mais apropriadas para a presente análise, identificadas pelo artigo, são: a comunidade negra como “entidade visivelmente distinta” e como “entidade cultural” no sentido de lhe ser atribuída uma “visibilidade distinta” (Grayman-Simpson, 2009).

A comunidade negra como “entidade visivelmente distinta” baseia-se na distinção em relação a características fenotípicas partilhadas, nomeadamente a cor da pele⁵ (Grayman-Simpson, 2009, p. 434). A comunidade como “entidade cultural”⁶, especificamente uma comunidade “visivelmente distinta”, embora transcendendo a questão da cor da pele refere-se: “aos indivíduos que tenham qualquer relação de descendência Africana e cor de pele escura, a viver num mundo/sociedade branco/a”⁷ (Grayman-Simpson, 2009, p. 443).

³ Traduzido livremente do original “These differences from the majority culture, based on racial, ethnic, sexual, gender, age, religious, and other differences, are used to assign roles, establish boundaries, impose limitations, and mark those who are, in some way, apart from the group who is in power” em *Media Representation: Minorities* (Merskin, 2017, p. 1).

⁴ O estudo foi conduzido considerando uma amostra de 60 pessoas que se identificam como “negro/a” (“black”): 30 do sexo masculino e 30 do sexo feminino; todos/as com idades entre os 21 e 70 anos.

⁵ Traduzido livremente do original “Typically, “Black” references group classification on the basis of shared phenotypic characteristics (e.g., dark skin, curly hair)” em “*We Who Are Dark . . .*” *The Black Community According to Black Adults in America: An Exploratory Content Analysis* (Grayman-Simpson, 2009, p. 434).

⁶ A definição de “cultura” escolhida pela autora do artigo foi a do antropologista Clifford Geertz (1973): “símbolos partilhados, padrões de significado e normas comportamentais que são transmitidas entre gerações, dentro de um determinado grupo” (Grayman-Simpson, 2009, p. 442).

⁷ Traduzido livremente do original “The term Black community refers to people of some kind of African

A comunidade negra é considerada uma minoria social por viver numa sociedade institucionalmente racista. O racismo institucional/institucionalizado remete para a palavra “instituição” que, neste contexto, não é necessariamente sinónimo de infraestrutura ou local físico, mas sim de instituições que compõe uma sociedade: Universidade, Família, Sistema Penal, Saúde, Política, entre outras (López, 2013).

Neste sentido, o racismo institucional é o resultado de séculos de relações de poder baseadas no “pressuposto racista da seleção e da proteção do segmento branco em comparação dos demais segmentos da população” que resultam em discriminação de acesso e igualdade de tratamento em áreas “ligadas à educação escolar, a seletividade do mercado de trabalho, a pobreza” (López, 2013, p. 74).

O racismo institucional sublinha que o racismo não é apenas um fenómeno ideológico mas presente nas diversas instituições da sociedade, algo institucionalizado de modo a criar um padrão de tratamento desigual nas diversas operações quotidianas; em áreas como a educação, os serviços ou o mercado de trabalho (Kilomba, 2019, p. 79); instituições nas quais o grupo dominante pretende continuar como tal através da imposição de regras tidas como normais que lhe permitem institucionalizar os seus interesses (Almeida, 2019).

O jornalista Reginaldo Silva, que escreve sobre racismo e privilégio branco para a Rede Angola e outros meios de comunicação, entende o racismo como naturalmente institucional: “um sistema de poder político, económico, social que privilegia determinada raça em detrimento de outras – um sistema que está criado para privilegiar um determinado grupo racial” (Henriques J. , 2016, p. 52).

O racismo institucional distingue-se do estrutural por o racismo estrutural estar associado a discriminações menos claras, presentes nas próprias estruturas sociais e políticas (Kilomba, 2019, p. 79). Se as instituições têm a sua atuação condicionada pela estrutura social de que são parte e reproduzem atos discriminatórios então o racismo está presente na estrutura como um todo e não apenas nas instituições; este é um tipo de racismo que existe na sociedade sem necessitar de intenção para se manifestar (Almeida, 2019).

Neste sentido, a comunidade negra é uma minoria social pois sofre deste tipo de discriminação institucional e estrutural, isto é, o racismo não é apenas pontual, intencional

descent with dark skin, living in a white world/society.” em “We Who Are Dark . . .” The Black Community According to Black Adults in America: An Exploratory Content Analysis (Grayman-Simpson, 2009).

ou direto, não se esgota em insultos ou piadas racistas, mas estende-se por barreiras estruturais que as pessoas enfrentam por serem negras.

2.2. O racismo em Portugal: do Colonialismo ao Presente

“No consciente coletivo, a história dos povos negros começa com a escravatura, por isso, é compreensível que haja preconceitos baseados na cor da pele” (Henriques, 2016, p. 23), esta é um dos excertos recolhidos pela jornalista Joana Gorjão Henriques de uma intervenção em Angola, do ex-futebolista francês Lilian Thuram, para o livro *Racismo em Português: O Lado Esquecido do Colonialismo* (2016) originalmente uma coleção de reportagens publicadas no jornal Público.

Segundo dados do *Atlantic Slave Trade*, terão saído de Angola 5,7 milhões de escravos entre 1501 e 1866, e a maioria dos traficantes eram portugueses (Henriques, 2016, pp. 55-57). O início do tráfico de escravos no Atlântico está intrinsecamente ligado a Portugal - foi em 1444, que das recém-descobertas terras de África Ocidental, foram capturadas pessoas e colocadas à venda em Lagos (Ames, 2018).

O processo de colonização português foi de violência, *apartheid*, destruição e alinação forçada da cultura endógena (Henriques J. , 2016); embora cada território tenha tido as suas particularidades que não serão aqui exploradas em detalhe.

Em Angola instaurou-se um regime de *apartheid* na habitação e serviços públicos. Na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, o estatuto de indígena durou até ao final dos anos 1960 e “tinha como objetivo a assimilação” e garantia aos assimilados de melhores oportunidades de acesso a locais tendencialmente brancos, como escolas (Henriques J. , 2016).

Em Cabo Verde, os locais utilizavam nomes portugueses e o cabelo como os brancos; o país foi fortemente marcado pelo “mito da mestiçagem”: a ideia de que a sociedade é originalmente mestiça. Tal resulta na existência de ilhas cuja população é considerada “mais intelectual, mais culta, próxima da Europa”, como a Ilha de Barlavento, por terem a pele mais clara (Henriques J. , 2016, pp. 112-113) Em São Tomé e Príncipe e Moçambique encontram-se relatos de situações de *apartheid* não oficial e negação do racismo. As roças em São Tomé e Príncipe faziam lembrar “campos de concentração” e eram descritas como “fábricas a céu aberto” (Henriques J. , 2016, p. 159).

A ideia de que o português se misturava com a população traduz-se, na realidade, em histórias de violação sexual e/ou de colonizadores que tinham relações sexuais com negras e depois prosseguiram com os seus casamentos (Henriques, 2016, p.150; Vicente, 2019, p.18).

Em território nacional, segundo o historiador José Tinhorão (1988), citado por Vicente (2019), a presença de pessoas negras em Portugal data, pelo menos, ao século XV, como “consequência social da política de expansão inaugurada pelos primeiros reis da dinastia de Avis” (Tinhorão, 1988), trazidos para a Península Ibérica na condição de escravos e potenciadores da riqueza nacional pelo ouro existente no continente africano e como mão-de-obra escravizada (Vicente, 2019, p. 17).

A associação de pessoas com pele mais escura a trabalho escravo, através de um processo de observação e inferiorização, fez com que a população traduzisse esta ideia para a linguagem comum e as pessoas de origem africana fossem categorizadas como “preto/a”; embora Tinhorão (1988) atribua este processo como partindo do povo, Vicente (2019) reforça que “a animalização dos negros e a construção de um imaginário de inferioridade foi permitida por instituições fulcrais como a Igreja, pelas instituições políticas portuguesas e outros de impérios e pela ciência” (Vicente, 2019, p. 17).

Com o passar do tempo, após quatro séculos de presença em Portugal e aumento do tráfico de escravos, as pessoas negras passaram a integrar outros setores da sociedade portuguesa em lugares de crença religiosa, teatro, atividades ligadas ao canto, dança, tourada e intérpretes junto dos povos africanos; mas sempre numa lógica de clara separação entre negros e o resto da população, existindo à margem do sistema jurídico que não lhes reconhecia identidade própria - a condição de escravo retirava-lhes personalidade jurídica (Vicente, 2019, p. 18).

A condição de escravo manteve-se em Portugal até 1836, após pressão abolicionista por parte da Inglaterra, mas só em 1878 foi decretado o fim oficial da escravatura; este foi um processo gradual que contou inicialmente com a abolição parcial da escravatura em 1761, por Marquês de Pombal, para Portugal e os Algarves, sem tornar ilegal ter um escravo, mas traficá-lo (Vicente, 2019, p. 18). Os filhos de escravos só deixaram de ser escravos à nascença com a "lei do ventre livre" em 1773 e em 1869 Sá da Bandeira decretou a abolição prática da escravatura em toda a jurisdição portuguesa e "29 de abril de 1878, consoante a lei anterior, seria o último dia para o estado de escravidão" (Vicente, 2019, pp. 18-19).

Após a abolição da escravatura e da proibição de tráfico de seres humanos, e com a independência do Brasil (1822) e Conferência de Berlim (1884-1885) e as “eufemisticamente chamadas campanhas de pacificação” (Rosas, 2017), Portugal “sofreu uma grande pressão para a ocupar/colonizar efetivamente os entrepostos comerciais que detinha na costa africana” (Vicente, 2019, p. 19); uma ocupação que “tinha a ver sobretudo com o tráfico de escravos (...) para o Brasil e, depois de ser proibido, para o sul dos Estados Unidos, para Cuba e para vários destinos do Índico” (Rosas, 2017); este processo durou pouco mais de um século com a independência dos territórios em 1975 (Rosas, 2017; Vicente, 2019).

A narrativa perpetuada de que a colonização portuguesa foi branda porque o português ao invés de matar se misturava com a população local é falsa e utilizada para desvalorizar a ligação da História de Portugal ao racismo e, consequentemente, garantir que não existe forma de que tais desigualdades históricas estejam relacionadas com as atuais.

Em *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Quotidiano* (2019), Grada Kilomba relaciona diretamente a atual negação de Portugal como um país racista com a incapacidade de reconhecer que o colonialismo português não foi pacífico, reconhecendo ao “racismo quotidiano” uma “intemporalidade” (Kilomba, 2019, p. 25).

O estudo de olhar as relações de poder e influência da atualidade como indissociável dos resultados económicos, políticos e sociais de séculos de colonialismo Europeu é a base da Teoria Pós-Colonial. Ao invés de optar pela “amnésia colonial” como forma de esquecer o passado e começar de novo, a análise pós-colonial “revisita, relembra e, mais importante, questiona o passado colonial” como forma de olhar as atuais formas de discriminação (Gandhi, 1998, pp. 4-5). Tal não significa utilizar critérios do presente para analisar o passado, mas antes reconhecer que séculos de tratamento diferenciado e violento para com parte da população não surge desligado das atuais desigualdades e preconceitos.

O estudo dos *media* numa perspetiva pós-colonial permite que não seja utilizada a habitual universalização do ponto de vista ocidental e sejam considerados os processos de descolonização de cada sociedade (Rodny-Gumede, 2020, p. 613), ao invés de visões como retratar “África” como um bloco homogêneo mais próximo de uma realidade imaginada do que de um local geográfico diverso (Scott, 2015, pp. 204-206) e outras formas automáticas de pensar que se desatualizam num mundo global em mudança (Rodny-Gumede, 2020, p. 622).

Para além disso, e mais central para o presente relatório de estágio, esta visão permite uma análise dos meios de comunicação focalizada no impacto que tiveram/têm em reproduzir discursos de poder e excluir as narrativas daqueles que estão à margem, tornando parte do funcionamento dos *media* numa forma de comunicação entre elites, realçando que a ação individual dos jornalistas pode quebrar ocasionalmente esta estrutura, mas sem a destruir de forma permanente (Rodny-Gumede, 2020, pp. 615-620).

Os *media* são parte integrante na construção de um imaginário sobre as comunidades marginalizadas, sobre o “outro” – diferente de o “Outro”, que detém o poder para definir e marginalizar o primeiro (Bill Ashcroft, 2007, p. 155).

O psicanalista Jacques Lacan (1968) define o “outro” como a imagem da criança quando se vê ao espelho, no sentido em que carrega uma semelhança suficiente para esta se reconhecer mas distância que chegue para compreender que tem controlo sobre a imagem que vê – é esta ficção de ser o mestre do “outro” que se torna o foco do ego; no contexto pós-colonial, o “outro” é o colonizado e o sujeito é o imperialista ou discurso imperialista que o marginaliza a partir no centro (Bill Ashcroft, 2007, p. 155).

A relação de poder entre o sujeito e o “outro” permite ao primeiro definir quem é o segundo, o “sujeito” tem poder e “objeto”, o “outro”, não. A autora bell hooks (1989) citada por Kilomba (2019) utiliza os dois termos numa lógica de espelhar quem tem o poder de definir quem é quem: os sujeitos são quem tem “o direito de definir a sua própria realidade, de estabelecer as suas próprias identidades, de nomear a sua história” (Kilomba, 2019, p. 24) e os objetos têm a própria história definida com base na relação com o sujeito e contada por este.

O contar das narrativas pelo sujeito branco que detém o poder origina estereótipos que não são aleatoriamente atribuídos, mas sim utilizados e perpetuados para manter a ordem e o conforto dos grupos dominantes, os estereótipos, reproduzidos pelos *media*, carregam “sentimentos que estão presos a eles. São as fortalezas de nossa tradição, e atrás de nossas defesas podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos” (Lippmann, 2008, p. 97).

Estas imagens e narrativas estereotipadas, contadas pelo sujeito branco sobre o “outro”, são reproduzidas e reforçadas pelos *media*, quer de entretenimento (Joachim Trebbe, 2017; Merskin, 2017), quer noticiosos (Fakunle, 2016; Kulaszewicz, 2015; The Opportunity Agenda, 2011; Torres, 2011).

Em Portugal, aquando da proibição do tráfico negreiro em 1836 por Sá Bandeira, a posição dominante da população na metrópole não era a abolicionista e tal refletia-se em “inúmeros textos da imprensa portuguesa na época – a raça negra estava irremediavelmente ferida por uma inferioridade inata: tratar-se-ia de uma ‘população selvagem’, ‘essencialmente insolente’, inclinada por natureza à embriaguez e ao roubo, que não conhecia nenhum dever social nem experimentava o ‘sentimento do amor à família’ ou do ‘amor ao próximo’ ” (Alexandre, 1999, p. 135).

Atualmente, em sociedades abertamente racistas, as pessoas negras apenas reproduzem a sua voz nos meios de comunicação criados por si e em sociedades em que o racismo existe de forma subtil (Vala, 1991; Meertens, 1995) a diferença reflete-se em situações como a falta de pessoas negras nos *media* tradicionais e a representatividade estereotipada em contextos de criminalidade ou violência (Vicente, 2019, pp. 21-23).

Em Portugal, estas associações negativas foram reforçadas pelos *media* no “tratamento mediático dos descendentes de imigrantes africanos” com um foco desproporcional em “generalizações abusivas a partir de situações reais de violência e criminalidade de carácter pontual e minoritário. Exemplo desta configuração é o rótulo de gangue aplicado indiscriminadamente a esses jovens” (Pires, 2010) citado por (Vicente, 2019, p. 21-22).

2.3. Racismo em Portugal: subtil e sistémico

No mundo pós-colonial, mas não pós-racial, a discriminação racial assume outras formas. O racismo, de acordo com o dicionário *online* priberam.org, define-se (Priberam, s.d.):

1. Teoria que defende a superioridade de um grupo sobre outros, baseada num conceito de raça, preconizando, particularmente, a separação destes dentro de um país ou região (segregação racial) ou mesmo visando o extermínio de uma minoria.
2. Atitude ou comportamento sistematicamente hostil, discriminatório ou opressivo em relação a uma pessoa ou a um grupo de pessoas com base na sua origem étnica ou racial, em particular quando pertencem a uma minoria ou a uma comunidade marginalizada.

A definição menciona “origem étnica ou racial”. Recuando até Confúcio e Aristóteles, o motivo para legitimar as desigualdades entre pessoas difere: para Confúcio estas desigualdades explicavam-se pela “cultura” e para Aristóteles pela “natureza”. A natureza

refere-se a qualquer característica que seja “imutável e facilmente identificável a partir de características fenotípicas (cor da pele, forma dos lábios, dos olhos ou do nariz, etc.)” e a cultura tem-se como algo construído e não físico ou imutável (Cabecinhas, 2002, pp. 40-41).

Desde o século XVIII até cerca de metade do século XX, no pós Segunda Grande Guerra, o paradigma dominante era o de que as desigualdades humanas se explicavam essencialmente pela “natureza”, enfatizando a questão da raça e características fenotípicas; no entanto, após o Holocausto, a noção de “raça” começou a ser problematizada e a desigualdade proveniente da “cultura” começa a ganhar terreno e a torna-se dominante – passa a existir uma separação por “grupos étnicos” e não por “raça”, enfatizando características culturais e não físicas mas mantendo que existem culturas superiores a outras (Cabecinhas, 2002, pp. 40-41; Jorge Vala, 1999, p. 148).

Embora o racismo científico tenha sido desmistificado, a origem da distinção de diferentes “raças” entre humanos foi instrumentalizada para justificar as atrocidades cometidas durante a colonização pela Europa (Cabecinhas, 2002, p. 49) e, mais tarde, nos Estados Unidos com as leis de Jim Crow, os linchamentos e a escravatura.

É a isto que se refere a parte da definição de racismo retirada do dicionário *online* quando menciona “uma atitude ou comportamento sistematicamente hostil”; embora não se refira de quem parte este comportamento, sabe-se que, sistematica e historicamente, não são as pessoas não-brancas que sofrem deste tipo de discriminação.

O presente relatório de estágio considera a noção de racismo estrutural na sociedade portuguesa e nas sociedades ocidentais pós-coloniais, isto é, que implica uma relação de poder sistémica, que inclui interações pessoais e individuais, mas que as transcende, e recusa a narrativa do “racismo inverso” (López, 2013, p.81; Vala, 1999, pp. 11-14). No contexto português, tal significa que o racismo de negros para brancos não é uma realidade; podem existir pensamentos ou atitudes baseadas em preconceito entre pessoas de origem étnica ou racial diferentes, mas o racismo como sistema opressor nas várias instituições da sociedade não existe contra a população branca.

Tal significa que o racismo nem sempre é intencional e transcende o indivíduo. Neste sentido, é feita a distinção entre racismo “subtil” e “flagrante”. O primeiro é “não violento e envergonhado, escondido, disfarçado”, socialmente aceite e pode ser expresso por quem

não exerce ou expressa racismo flagrante – condenado pela maioria (Vala, 1999, pp. 11-14).

Existem três principais dimensões nas suas quais o racismo subtil se manifesta (Meertens, 1995, pp. 58-60): 1. defesa de “valores tradicionais”, sobretudo associados ao que é considerado bom pelo grupo dominante e que tem implícito que quem não segue um caminho bom é porque não quer ser parte integrante da sociedade e os fatores estruturais que o impediram de alcançar tal objetivo são desconsiderados, 2. exagero de diferenças culturais, por vezes como forma de justificar o insucesso das minorias étnicas, o que descarta igualmente as desigualdades estruturais e 3. apresentação de emoções negativas para com o grupo minoritário, sobretudo associadas a preconceitos implícitos, não intencionais (*implicit bias*).

Em relação ao racismo flagrante, distinguem-se duas dimensões: 1. a rejeição do grupo-alvo justificada pela crença de que este constitui uma ameaça e 2. a negação de relações de intimidade com membros do grupo-alvo; normalmente suportadas pela crença na superioridade genética que serve para justificar as desigualdades socioeconómicas entre grupos - concluindo, por acréscimo, que a discriminação não existe realmente, é apenas consequência da inferioridade do grupo minoritário (Meertens, 1995, p. 58).

Em Portugal, uns dos exemplos de racismo flagrante “na sua expressão mais brutal” (Vala, 1999) foi o assassinato de Alcindo Monteiro, um cidadão português com família de origem cabo-verdiana, às mãos de um grupo nazi numa incursão ao Bairro Alto, a 10 de junho de 1999 “com o objetivo de agredir ‘pretos’” (Vala, 1999).

Existem atos de violência contra pessoas negras que são claros casos de racismo flagrante para uns e que para outros não têm necessariamente a ver com a cor da pele e, nesse sentido, cabem na categoria de racismo subtil pois tendem a ser mascarados por outras motivações para a violência ou discriminação, como diferenças culturais ou o argumento de que o sujeito violentado não se quer integrar (Meertens, 1995).

Por exemplo, a agressão de Cláudia Simões a 19 de janeiro de 2020. A cidadã portuguesa nascida em Angola foi brutalmente agredida na cara e imobilizada no chão por um agente da PSP chamado pelo motorista do autocarro porque a passageira não tinha o passe da filha de oito anos. Embora o passe seja gratuito até aos 12 anos, a Direção Nacional da PSP afirmou: “havia uma mulher que se recusava a “proceder ao pagamento da utilização do transporte da sua filha”” (Observador, 2020).

Segundo os relatos de Cláudia, o motorista chamou o agente e este reagiu de forma muito agressiva e pediu que se sentasse no chão, ela pediu para se sentar no banco da paragem, o polícia negou e sentou-se na zona lombar da mulher para a imobilizar. Cláudia sentiu-se sufocada e mordeu o polícia para se libertar.

O período entre a detenção de Cláudia e a chegada à esquadra era uma incógnita na linha temporal reconstruída pela advogada da vítima. Estes 34 minutos foram o período no qual Cláudia descreve ter sido agredida e insultada: “Só me dava socos na boca e na cara, por isso tenho a boca toda rebentada. Perdi os sentidos (...) Dizia: ‘grita agora sua filha da puta, preta, macacos, vocês são lixo, uma merda’”; os Bombeiros da Amadora que socorreram Cláudia Simões na Esquadra de São Brás receberam um alerta acionado pela PSP que relatou o estado de Cláudia como resultado de “uma queda” (Henriques, 2020).

O diretor da PSP, Magina da Silva, afirmou que o que se vê no vídeo da agressão é “um polícia a cumprir as suas obrigações” (Lusa, 2020). Cláudia Simões foi indiciada por crime de resistência e coação sobre agente da autoridade e o agente Carlos Canha como suspeito dos crimes de ofensas à integridade física qualificada (Observador, 2020; DN/Lusa, 2020).

O caso de 2015 da Esquadra de Alfragide encaixa na definição de racismo subtil ao início e flagrante após disposta toda a informação ao público geral - considerando a violência clara e o julgamento legal do caso, bem como o a reação por parte da população geral, algo que ocorreu após a versão das primeiras notícias de uma [“invasão” à esquadra](#) não ter vingado como narrativa final e oficial. Mesmo no campo legal e não de opinião pública, os jovens foram, em 2015, constituídos arguidos por resistência à autoridade e só em julho de 2017 foram despronunciados, quando saiu formalmente a acusação contra os polícias (Marcelino, 2018).

Apenas em 2019 foi ditada a sentença cuja mais alta pena foi a do então chefe da esquadra, Luís Anunciação, com cinco anos pelos crimes de “ofensa à integridade física qualificada, sequestro agravado (pela detenção ilegal dos cinco jovens), denúncia caluniosa e sequestro agravado (por ter mentido no auto de notícia, acusando os jovens de terem tentado invadir a esquadra, alegação na qual o tribunal não acreditou)” (Marcelino, 2019).

A acusação contra 18 agentes da PSP pela agressão de seis jovens – Flávio Almada, Celso Lopes, Bruno Lopes, Paulo Veiga, Miguel Reis e Rui Moniz – inclui acusações de “crimes de tortura, agressões e tratamentos cruéis e desumanos, motivados pelo racismo” (Marcelino, 2018).

A detenção de Bruno Lopes, a 5 de fevereiro 2015, por alegadamente ter mandado pedras à carrinha da PSP foi o que levou os restantes cinco jovens à esquadra para obter mais informações sobre o motivo de detenção - esta versão da polícia foi desmentida em Tribunal; o jovem foi detido por estar na esplanada de um café a rir-se com o primo quando um agente lhe perguntou o motivo do riso e o agrediu quando explicou (uma versão confirmada por outras testemunhas) proferindo insultos racistas como "tens sangue de macaco" e "devias ir para o Estado Islâmico, que estão lá à tua espera" (Marcelino, 2018).

Rui Moniz, na altura com 26 anos, conta ao Diário de Notícias como foi humilhado pela PSP por ter um braço paralisado (com ligaduras no antebraço) e uma perna quase imobilizada por ter sofrido um AVC que sofreu quando tinha sete anos. No momento da detenção, após ter assistido à detenção de Bruno Lopes, Rui conta: "Um deles disse 'Olha, ainda por cima é amputado' e outro disse que eu estava a filmar. Levei logo uma cacetada na mão que me atirou o telemóvel para o chão. Depois um soco no olho e atiraram-me para o chão. Fui arrastado até à esquadra. Lá dentro comecei a apanhar mais, socos, pontapés, chapadas. Pediram-me a identificação mas tive medo de tirar. Um dos polícias tirou-me do bolso, olhou e disse 'F... ainda por cima é português' e o outro disse 'português não, pretoquês'. Depois perguntaram-se o que tinha acontecido ao braço e eu disse que tinha sido um AVC. 'Tiveste um AVC e não morreste? Desta vez vais ter um que te vai matar', disse o outro agente" (Marcelino, 2018).

Segundo Celso Lopes, quando chegaram à esquadra para perceber o porquê da detenção de Bruno Lopes, o agente de serviço não lhes deu informação e Celso ligou para a associação Moinho a avisar que iam voltar sem informação e foi aí que Celso ouviu o agente a dizer que tinham "falado a gritar" e a chamar os colegas que "começaram à bastonada, aos pontapés e a insultar" (Reis, 2018). Celso relata que os insultos racistas continuaram no momento de passagem da esquadra para o centro de detenção: "Então vocês vieram invadir a esquadra, pretos do car..... Um dia, vamos acabar com a vossa raça. Deviam ser levados ali para onde estão os violadores, levar com o cabo de vassoura pelo rabo acima e comer comida envenenada" (Reis, 2018).

Os relatos de insultos racistas e cenas de agressão e tortura são múltiplos e duraram 72 horas. Embora os polícias tenham negado as agressões e insultos racistas (Lusa, 2018), foram condenados oito dos 17 agentes pelo Tribunal da Relação, numa sentença tida como

“histórica”, mesmo que a motivação racial tenha sido deixada de fora da condenação e não contribuisse para o aumento da pena (Marcelino, 2019).

A motivação racial dos crimes acima apresentados não foi legalmente considerada, mas surge exposta nos vários insultos racistas repetidos pelos agressores. Quando não existem expressões racistas torna-se mais fácil para a opinião pública negar o racismo presente nos crimes e não apenas vê-lo legislativamente negado, como no caso do assassinato de Luís Giovanni. O jovem de 21 anos de origem cabo-verdiana morreu no último dia de 2019, em Bragança, após ter sido agredido, bem como os três amigos com quem estava, por “um grupo de 15 rapazes em três grupos armados com cintos, ferros e paus”, conta o primo de Giovanni (Pereira, 2020).

O grupo de agressores era composto pelos amigos do “suposto namorado” de uma rapariga em quem o amigo de Giovanni “esbarrou” acidentalmente quando estava na fila para entrar para a discoteca, provocando o desacato há horas atrás (Pereira, 2020).

As acusações de motivação racista do crime surgiram tão rapidamente como a sua negação: Joacine Katar Moreira, Isabel Moreira (PS) e José Soeiro (BE) embora não tenham afirmado que existia motivação racista realçaram a importância de aferir tal hipótese e o deputado do BE questiona se o papel dos meios de comunicação não seria mais ativo na cobertura do caso e se a “comoção nacional generalizada” não estaria presente se o jovem tivesse “outra origem” (Pereira, 2020; Valentina Marcelino, 2020); por outro lado, o Diretor Nacional da PJ Luís Neves reforçou que a morte de Giovanni foi causada por “motivos fúteis” reforçando que “Bragança e o nosso país são territórios de grande acolhimento, de grande irmandade do ponto de vista humano, neste caso em relação a um povo irmão com quem temos grande afinidade cultural” (Valentina Marcelino, 2020), um discurso semelhante ao do presidente do Politécnico de Bragança, Orlando Rodrigues (Sousa, 2020).

A negação do racismo em Portugal transcende a cobertura mediática e verifica-se de forma clara na sociedade; não necessariamente no caso Giovanni, mas no geral. Esta é uma atitude sustentada pela proibição de recolha de dados étnico raciais justificados pelo potencial carácter discriminatório destes, algo que afeta diretamente a eficácia da construção de políticas públicas direcionadas e um desenho preciso sobre o racismo no país; para além de ser uma decisão contrária às recomendações da ONU, que incentiva a recolha destes dados (Câncio 2017; Henriques, 2016).

Deste modo, trabalhos como a série intitulada *Racismo à Portuguesa* (2017) composta por seis reportagens sobre o racismo em Portugal em áreas como o sistema judicial, o arrendamento de casa, a condição laboral e a educação, utilizam como indicador de atitudes discriminatórias a origem dos sujeitos – portugueses nascidos em Portugal e cidadãos vindos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Nesta investigação, os resultados são reveladores de uma sociedade racista em todos os setores considerados. A série de reportagens originou o livro *Racismo no país dos brancos costumes* (2018).

Em relação ao sistema judicial português: um em cada 73 cidadãos dos PALOP com menos de 16 anos está preso em contraste com um em cada 736 cidadãos portugueses da mesma idade, um valor dez vezes superior. Considerando a população masculina, sem distinção de faixa etária, um cidadão dos PALOP é encarcerado por cada 37 enquanto um cidadão português o é por 367 cidadãos. No Porto, uma cidade com pouca população vinda dos PALOP, um cidadão português é duas vezes menos preso que um cidadão dos PALOP.

As penas tendem a ser mais pesadas para os cidadãos dos PALOP: 6,8% dos reclusos africanos cumprem a pena máxima em contraste com 3% dos presos portugueses. A disparidade é mais notória em crimes que implicam interação com um agente de autoridade: “oito vezes mais por resistência e coação sobre funcionário; seis vezes mais por desobediência” indica Alípio Ribeiro, procurador e antigo membro da direção nacional da Polícia Judiciária.

No mercado de arrendamento existe uma preferência por inquilinos brancos, algo que se atribui à associação da pessoa branca com estabilidade financeira e que contribui para a segregação das pessoas negras na periferia de Lisboa: um cidadão dos PALOP reside em “bairros degradados e de habitação social” 7.5 vezes mais do que um português.

A discriminação no emprego verifica-se no processo de contratação e no local de trabalho: existem empresas que não contratam pessoas que tenham sotaque e, em situações nas quais os candidatos apresentam um currículo semelhante e o mesmo nível de escolaridade existe uma preferência pelo candidato branco. Os Censos de 2011 demonstram que existem quatro vezes mais portugueses em cargos de chefia em relação a cidadãos dos PALOP.

Na escola a discriminação começa entre colegas com insultos racistas e, posteriormente, na própria instituição por parte dos professores que se mostram surpreendidos quando uma pessoa negra tem um bom desempenho e/ou desconfiam que tenha sido obtido por mérito

próprio. No ensino superior, 80% dos alunos dos PALOP segue pelas vias vocacionais⁸ – duas vezes mais que os alunos portugueses.

O relatório mais recente da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) conclui que as coisas estão a mudar, mas que “há ainda algumas questões preocupantes” (ECRI, 2018, p. 9). Por um lado, comentários abertamente racistas proferidos por políticos são “raros e condenados publicamente” e destaca-se a adoção adequada por parte das autoridades de “legislação contra os crimes de ódio em [agosto de 2017](#)” - um grupo de pessoas negras foi espancado pelos seguranças da discoteca *Urban Beach* após terem contestado verbalmente o pedido de 250 euros para entrar, nunca feito a grupos de pessoas brancas.

O relatório destaca ainda “uma nova lei antidiscriminação com regras progressistas sobre o ónus da prova” e a concessão de poderes de investigação ao Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e o alargamento significativo de competências da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR) (ECRI, 2018, p. 9).

Por outro, o relatório considera a definição de discurso e crimes de ódio, utilizada pela Polícia e pelo Ministério Público, “demasiado restrita” e alerta para a maioria destes incidentes não ser reportada às autoridades e que raramente são aplicadas penas “dissuasoras” a ameaças a minorias sociais e a instituições sociais, nem a discursos de extrema-direita e neonazis *online* (ECRI, 2018, p. 10).

O relatório indica ainda que “o abandono escolar das crianças afrodescendentes é três vezes maior e existem cinco vezes menos alunos de origem africana na universidade”, o que se reflete num desemprego “elevado” entre os adultos afrodescendentes e uma maior exposição à pobreza e exclusão social (ECRI, 2018, p. 10).

A ERCI alerta ainda para “inúmeras” acusações “graves de violência racista cometida por agentes da polícia” perante as quais não ocorreu qualquer tipo de investigação profunda e “nenhuma autoridade reuniu sistematicamente estas acusações e procedeu a um inquérito eficaz para determinar se são ou não verdadeiras” (ECRI, 2018, p. 10).

⁸ Os cursos profissionais não deve carregar o estigma de estarem associados a indivíduos com menores capacidades académicas, no entanto, esta diferença coloca em causa a presença de vozes não brancas em lugares de produção de conhecimento e investigação, como a Academia. Tal contribui para um distanciamento ainda mais aprofundado da comunidade negra do espaço público, permitindo que conhecimento influente, potencialmente estigmatizado e/ou desatualizado, seja produzido e reproduzido sem as suas vozes.

O relatório conclui que uma das consequências dessa inércia é o “medo e falta de confiança na polícia, particularmente entre as pessoas de origem africana” e que casos como o de [agosto de 2017](#) são “uma situação grave de racismo institucional numa unidade da polícia que é tolerada pela sua hierarquia” (ECRI, 2018, p. 10).

Capítulo 3 – O impacto dos *media* na realidade e o consumo de conteúdo direcionado

3.1 O impacto dos *media* na percepção da realidade

Em *Public Opinion*, Walter Lippmann (1922) destaca pela primeira vez “a possibilidade de que as características factuais do mundo, pouco frequentemente estão relacionadas com a forma como as pessoas o percebem e com as crenças que sobre este criam”⁹ (Weimann, 2000, p. 3) e que tal tem uma influência direta na forma como as pessoas agem: “A forma como o mundo é imaginado determina num momento particular o que os homens farão” (Lippmann, 2008, p. 38).

Existem duas grandes teorias relativas ao efeito dos *media* na realidade: a teoria dos “efeitos determinantes” (*powerful media*) e a teoria dos “efeitos limitados” (*limited effects*) (Weimann, 2000, pp. 18-20). A teoria dos efeitos determinantes consiste na “noção simples e, no entanto, popular, que assume que os indivíduos numa sociedade de massas percebem as mensagens provenientes dos *media* da mesma forma e reagem a estas de forma significativa e bastante semelhante” (Weimann, 2000, p. 18).¹⁰

Esta era a teoria predominante nos anos 30 que se intensificou com a passagem de uma sociedade rural de base agrícola para uma sociedade industrializada e urbana, na viragem do século XIX para o início do século XX, uma alteração motivada pela perda de suporte comum num estilo de vida tradicional e o acesso massificado a formatos *media* que retratavam o mundo de modo quase uniforme para a generalidade da população (Weimann, 2000, pp. 18-19).

Este paradigma deixou de o ser quando se começa a perceber a audiência como uma massa heterogénea. A teoria dos efeitos limitados propõe que a audiência é um sujeito, ou vários

⁹ Traduzido livremente do original: “It was Walter Lippmann’s classical work, *Public Opinion*, first published in 1922, that highlighted for the first time the possibility that factual features of the world often have little relation to the perception and beliefs that people entertain about the world.” (Weimann, 2000, p. 3).

¹⁰ Traduzido do original: “(...) this simple and yet popular notion assumes that individuals in a mass society perceive messages from media in the same fashion and react to them strongly and very similarly.” (Weimann, 2000, p. 18).

sujeitos distintos entre si, mais complexo do que um mero recetor passivo (Weimann, 2000, p. 20). O ônus já não estava apenas no conteúdo, mas sim no seu recetor (Wolf, 1999, p. 23).

Os consumidores escolhem os canais de comunicação aos quais se querem expor (exposição seletiva), como ler e interpretar a mensagem (percepção seletiva) e o que reter e lembrar (retenção/memória seletiva), construindo uma nova realidade que, por sua vez, influencia a original (Weimann, 2000, p. 12). É na fase de percepção seletiva que se verifica "a tendência das pessoas para adaptar as mensagens transmitidas pelos *media* às suas preferências" (Weimann, 2000, p. 21). O filtro da memória tende igualmente a reter a parte do conteúdo que coincide com as crenças e opiniões que já eram do recetor (Lippmann, 2008, p. 115).

O processo de consumo de conteúdo noticioso e a teoria dos efeitos limitados e prolongados são essenciais para compreender como uma representação estereotipada alongada no tempo influencia a forma como a audiência percebe membros de minorias sociais, especialmente por este ser um processo que se alimenta a si próprio – as imagens e associações que são vistas constantemente pelo público são alimentadas pela tendência do público para acreditar nestas narrativas. Este foi um processo que se intensificou com o uso generalizado de redes sociais como fontes de distribuição de notícias e o seu foco em conteúdo direcionado.

3.2 As redes sociais e o consumo de jornais *online*

O consumo de jornais em papel decresce enquanto o consumo de jornais *online* aumenta, embora não siga uma proporção específica. Em Portugal, 34% dos portugueses indicou que a imprensa escrita era a principal fonte consultada para notícias nacionais e a terceira mais consultada no geral, a seguir à televisão (86%) e rádio (35%) (Eurobarómetro, 2020, p. 49).

Os dados do Anuário da Comunicação 2019 da Obercom, publicado em junho de 2020, indicam que a venda de jornais impressos em Portugal tem caído de forma sustentada de 2012 a 2018, com uma queda de cerca de 800 milhões de cópias vendidas em 2012 para aproximadamente 403 milhões em 2018 (Obercom, 2020, p. 76).

Embora o consumo de notícias *online* tenha aumentado significativamente, a procura por conteúdo específico tem diminuído. Em vez de utilizarem um motor de pesquisa para procurar conteúdo específico ou para aceder diretamente a uma página, os utilizadores

esperam que a informação venha ter consigo - através de notificações ou redes sociais, por exemplo.

No relatório de 2020 da Reuters e Universidade de Oxford, com o intuito de compreender a distribuição de notícias na era digital, concluiu-se que, na generalidade dos países inquiridos, 72% dos utilizadores consome notícias através de redes sociais, motores de pesquisa, e-mail, notificações ou agregadores de notícias¹¹ ou outras formas consideradas não tradicionais de consumo - destes 72%, 28% começa a busca por notícias através da app de um jornal ou de um motor de pesquisa e 26% recebe-as através das redes sociais; no entanto, na faixa etária dos 18 aos 24, a dinâmica altera-se: 38% das notícias vêm de redes sociais e apenas 16% de pesquisa direta (Nic Newman, 2020, p. 23).

O relatório inclui uma análise pré-pandémica e outra após o surgimento dos primeiros casos do novo coronavírus. Estes dados são particularmente relevantes para o presente relatório de estágio pois ambos os casos em análise ocorreram em período pandémico - George Floyd foi morto por Derek Chauvin a 25 de maio de 2020 e Bruno Candé foi assassinado por Evaristo Marinho a 25 de julho do mesmo ano.

Nos últimos nove anos, estes relatórios têm demonstrado as redes sociais a ultrapassar a televisão como maior distribuidor de notícias (Nic Newman, 2020, p. 10). Em relação ao consumo de jornais, a leitura em papel decresceu mais do que o normal pelos constrangimentos de deslocação, mas verificou-se um aumento substancial do consumo pago por notícias em jornais *online*. O relatório considera “bastante provável” que a pandemia funcione como acelerador da transição dos jornais do papel para o digital (Nic Newman, 2020, p. 13).

Portugal foi um dos países identificados como caso de crescimento no número de subscrições pagas de jornais *online* - 10% dos inquiridos paga por esse conteúdo (Nic Newman, 2020, p. 21). No país, os jornais impressos representam a fonte principal de notícias para 33% da população portuguesa e 58% opta pelas redes sociais (Nic Newman, 2020, p. 78).

O declínio no consumo de jornais impressos não significa uma queda no consumo de jornais em geral, dado o hábito de consumo de jornais *online*; sobretudo quando as redes sociais servem de veículo para gerar tráfego para os websites dos jornais. O digital não é

¹¹ Alguns exemplos destes agregadores de notícias são a Google News, Apple News ou a Uday (da Samsung).

necessariamente uma ameaça para os jornais, mas uma oportunidade para se manterem vivos (Fonseca, 2020).

No entanto, esta não é apenas uma transição de formato físico para digital. O consumo de notícias através das redes sociais, mesmo que garanta a sobrevivência dos jornais *online*, não vem sem problemáticas próprias – essencialmente a criação de bolhas de informação enviesada e a propagação de conteúdo falso ou impreciso.

As redes sociais acumulam a acessibilidade da televisão e acrescem a motivação ao consumo através da personalização de conteúdo noticioso, direcionado a cada utilizador de acordo com as ações que executa: os gostos, as partilhas, os comentários, os cliques e até o tempo que passa “a olhar”, com o ecrã parado, para a mesma publicação (Jr., 2017; Pena, 2019; Somaiya, 2014).

Esta dinâmica de influências é um processo multidirecional: o público é influenciado por utilizar as redes sociais e a forma como reage e interage influencia o que é produzido pelos *media* (Mosharafa, 2015). A adaptação dos jornais *online* ao conteúdo mais bem disseminado em redes sociais é legítimo como forma de trazer visitas ao website para um entendimento mais profundo do assunto ou como forma de responder às necessidades mais proeminentes do leitor, no entanto, este nem sempre é o padrão com mais sucesso nas redes. As peças jornalísticas mais partilhadas *online* são as relativas a desastres e mortes, notícias de última hora, histórias engraçadas e peculiares, textos de opinião provocativos e conteúdos originais e distintivos de determinado jornal (Newman, 2011, p. 23)¹².

Nesta dinâmica de consumo multidirecional, a audiência influencia-se entre si, mesmo sem intenção. Por exemplo, um utilizador deixa um comentário numa peça e o leitor seguinte lê-a com esse comentário em mente; nestes casos, é comum que o leitor estabeleça a relação entre comentários vulgares e ofensivos e a própria notícia, atribuindo uma conotação negativa ao jornal ou agência que redigiu a notícia, ao invés de os julgar unicamente pelo conteúdo publicado (Jr., 2017, pp. 5-6).

Esta última é particularmente preocupante pois abre espaço para, num contexto de exposição prologada a comentários negativos, o crescimento do ceticismo em relação ao conteúdo noticioso, e a entidade que o produziu, e uma sobrevalorização da informação acrescentada por outros utilizadores - potencialmente falsa ou imprecisa (Jr., 2017, p. 10).

¹² Para esta análise específica foi considerada a rede social Twitter no período de Janeiro a Abril de 2011.

No livro *Fábrica de Mentiras: Viagem ao Mundo das Fake News* (2019), Paulo Pena, jornalista no Diário de Notícias e no Público, expõe uma série de casos portugueses de conteúdo falso e/ou manipulado que ganharam tração significativa nas redes sociais e o negócio que motiva os criadores destes. No país existem mais de 40 páginas/websites exclusivamente dedicados à criação de notícias falsas, fora o que acontece depois do momento de criação – a partilha do conteúdo por “militantes de causas obscuras (na gíria, *trolls*), computadores programados para disseminar *links* através de contas falsas (*bots*, diminutivo de *robot*)” (Pena, 2019, p. 12) e outros utilizadores que realmente se identifiquem com o conteúdo.

Os “pequenos grupos geralmente excluídos da ‘moldura’ informativa tradicional” encontram nas redes sociais um canto gratuito de proliferação ideológica que não seria aceitável noutro campo, como “simpatizantes nazis, suprematistas brancos, nacionalistas radicais” (Pena, 2019, p. 13). As vítimas destas campanhas, ricas em conteúdo falso, para além de adversários políticos, têm sido “os refugiados, os judeus, os muçulmanos, as mulheres, os *gays* e todos os políticos que apareçam descritos como inimigos da “identidade nacional e cultural”” (Pena, 2019, p. 13)¹³.

Quando a motivação é ideológica, e se considerarmos as notícias como parte essencial no processo de tomada de decisões informadas, a situação é grave: “Se a informação que temos é falsa, as nossas opiniões serão frágeis, e quando muitas opiniões se baseiam em falsidades, em preconceitos, em erros ou falácias, a nossa vida comum – a democracia – está em risco” (Pena, 2019, p. 20).

Concluído, embora as notícias falsas não sejam responsabilidade exclusiva das redes sociais e considerando a impossibilidade de desmentir todo o conteúdo falso, os meios de comunicação têm a responsabilidade de se distanciar das tendências e vícios deste tipo de conteúdo: instrumentalização de estereótipos, falta de contextualização e colocar o desempenho incendiário de uma notícia *online* à frente da qualidade da peça.

¹³ A motivação para disseminar conteúdo falso nem sempre é ideológica. Considerando que existem 40 sites a criar mentiras em Portugal e mais de 2,5 milhões de pessoas a consumi-las, o valor que este número de cliques tem para os autores das notícias, proveniente de “publicidade direcionada” é significativo (Pena, 2019, p. 13). Este tema não será explorado em profundidade no presente ensaio, mas não poderia ser deixado de fora como motivação para criação de conteúdo falso não necessariamente ideológica.

Capítulo 4 – Representatividade da comunidade negra nos *media mainstream*

4.1 *Media* e minorias – Padrões de representatividade

A exposição prolongada a meios de comunicação *mainstream* que sigam padrões de representatividade distorcidos, de forma intencional ou não, é determinante na criação da imagem coletiva da minoria social representada, especialmente se esta for consistentemente estereotipada¹⁴ e/ou o único contacto que parte da audiência tenha com o grupo representado.

O impacto da exposição prolongada aos *media* foi conceptualizado como a “teoria da cultura” (*cultivation theory*) por George Gerbner nas décadas de 1970 e 1980 e foca-se no papel da televisão, frequentemente colocada física e simbolicamente em lugares de destaque na vida familiar (Mosharafa, 2015). No entanto, é um efeito transversal a todos os formatos *media*, sobretudo com o crescimento das redes sociais nas últimas duas décadas que tornaram o conteúdo mediático quase omnipresente.

O impacto na perceção da audiência deve ser entendido como “a longo-prazo, indireto e cumulativo”, resultante de associações entre determinados acontecimentos e grupos de pessoas específicos - um aspeto complexo de espelhar em pesquisas pontuais e localizadas no tempo e no espaço (Mosharafa, 2015, pp. 25-27).

O estudo da relação entre a teoria da cultura e a criação do “outro” demonstra como os *media* conseguem criar uma imagem mental daquilo que apresentam como “o outro”, através das imagens estereotipadas. (Mosharafa, 2015, p. 32). Estas imagens seguem vários padrões de representatividade mediática com os quais a parte da população que define quem é “o outro” não tem de se confrontar. Estes padrões são apresentados e explicados abaixo com um foco na comunidade negra embora sejam igualmente verificáveis na cobertura mediática de outras minorias sociais.

Falta de representatividade quantitativa, contextualização negativa e falta de contextualização geral

¹⁴ A teoria da cultura não oferece uma definição de “imagem estereotipada”. Neste caso e ao longo do presente relatório considerámos a definição de “estereótipo” de Debra Merskin (2017): “crenças reducionistas generalizadas e unidimensionais” que tomam os indivíduos de determinado grupo como sendo todos iguais (Merskin, 2017, pp. 2-3).

A marginalização ou falta de conteúdo alusivo à comunidade negra alerta para a parte quantitativa da questão: existe um número relativamente reduzido de cobertura jornalística de minorias sociais (Cambraia, 2018; Joachim Trebbe, 2017; Rodrigues, 2019; Rose, 2014, p. 29). Para além do problema quantitativo, os estudos citados apontam igualmente para a forma problemática desta representatividade: a contextualização negativa.

O estudo *Media Representation: Racial and Ethnic Stereotypes* (2017) realça a forma como minorias sociais, como os negros ou latinos, são representados em programas de entretenimento de forma negativa – como imorais, com problemas familiares e pessoais ou pertencentes a um estrato socioeconómico mais baixo (Joachim Trebbe, 2017).

O conceito é, pelo próprio artigo, transposto para a análise de conteúdo noticioso; especificamente referindo-se a notícias sobre refugiados na Alemanha e à associação do Islão a terrorismo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América.

No estudo *The effects of news report valence and linguistic labels on prejudice against social minorities* (2019) especificamente sobre conteúdo noticioso, foram analisados três casos de estudo: a comunidade cigana na República Checa (negativamente percecionados), albaneses de Kosovo na Suíça, o maior grupo étnico do país (negativamente percecionados) e imigrantes italianos na Suíça (positivamente percecionados).

O estudo conclui que mesmo considerando apenas uma notícia negativa sobre um grupo minoritário o impacto na opinião pública sobre essa minoria será negativo e que perante uma notícia “mista” (que incorpora conotações negativas e positivas) a reação do público raramente é distinta de uma notícia com conotação negativa (Sylvie Graf, 2019). Esta tendência é reveladora do peso que um estereótipo negativo carrega: quando a notícia aparenta ser neutra, a interpretação tende a deslizar para aquilo que o leitor já espera ouvir associado a determinada minoria social, sendo que, a representação de uma minoria está socialmente impressa na memória coletiva da sociedade (Dijk, 1993, p.108; Höijer, 2011).

A situação agrava-se quando as notícias são para parte significativa da população a principal fonte de contacto com uma minoria (Mosharafa, 2015, p. 23; Philo, 2013, p. 327; Sylvie Graf, 2019; The Opportunity Agenda, 2011, pp. 14-28). No entanto, as pessoas que conhecem alguém da minoria social representada e os próprios membros da minoria social não estão imunes à criação de julgamentos rápidos para com os sujeitos representados nos *media*, nos quais projetam as imagens mentais estereotipadas que se habituaram a ver nesses mesmos formatos (Philo, 2013, p. 329).

A contextualização negativa – que reforça os estereótipos enquanto é, simultaneamente, por estes reforçada e tornada mais credível e legitimada – ocorre, para sumarizar, quando existe uma associação desproporcional entre uma minoria social e determinada situação pouco favorável (Merskin, 2017).

Por exemplo, a associação de conteúdo sobre crime, brutalidade policial ou assaltos a pessoas negras – quer nas notícias (Fakunle, 2016; Kulaszewicz, 2015; *The Opportunity Agenda*, 2011, pp. 14-15; Torres, 2011; pp. 185-186) quer em programas de entretenimento (Kulaszewicz, 2015; Merskin, 2017) ou a comunidade LGBTI+ associada a notícias sobre agressões da qual é a vítima (Rodrigues, 2019).

Em *Racism and the Media: A Textual Analysis* (2015), uma análise de notícias sobre homens negros mortos por polícias brancos, concluiu-se que o homem negro nunca é representado como alguém que existe para além do crime que alegadamente cometeu e os polícias tendem a ser humanizados a partir do retrato da pessoa que existe para além daquele acontecimento – criando um distanciamento entre o polícia e aquele momento e a pessoa completa que é (Kulaszewicz, 2015, pp. 34-36).

No caso de Michael Brown, um homem negro desarmado de 18 anos, Darren Wilson, o polícia que disparou contra Brown, é descrito como um profissional sem nenhuma ação disciplinar e um jovem de doze anos cujo pai foi morto por um homem negro; o que desperta a empatia do leitor, e Brown apenas como suspeito de um crime (Kulaszewicz, 2015).

Este tipo de informação adicional ao crime em relação ao homem negro morto foi registada em apenas uma das 16 notícias analisadas, na qual a vítima foi descrita como alguém com o sonho de ser jogador de futebol, uma menção, no entanto, seguida de vários episódios de insucesso académico e falta de pagamento da pensão de alimentos (*child support*) (Kulaszewicz, 2015, pp. 34-35). De todas as notícias analisadas, em nenhuma os agentes da polícia foram descritos como violentos ou criminosos, ao contrário das pessoas que assassinaram (Kulaszewicz, 2015, p. 38).

Os *media mainstream* portugueses, considerando especialmente o jornal Público, tendem a oferecer uma cobertura mais neutra do que a literatura relativa aos *media* norte-americanos sugere. No entanto, mesmo fazendo um trabalho que do ponto de vista jornalístico procura equilíbrio e objetividade, nem sempre incluem aquilo que alguns

autores consideram essencial para uma melhor representatividade de minorias sociais e compreensão da própria notícia: contexto.

Os casos são tipicamente retratados como isolados e com desfecho inevitável e não é considerado o impacto de discriminações estruturais na sociedade, por exemplo, o preconceito implícito de considerar a pessoa negra como criminosa (III, 2016, pp. 30-31). Esta falta de contextualização ocorre, em parte, por necessidade de tornar a peça jornalística mais digerível e/ou por a discriminação racial não ser considerada como motivação para o crime (The Opportunity Agenda, 2011, p. 41).

No caso da morte de Bruno Candé foi comum questionar se não terá sido a discussão por causa da cadela a provocar Evaristo, mesmo que este tenha gritado insultos racistas e ameaças em interações anteriores. No caso de George Floyd foi questionado se resistiu à detenção ou se estava sob o efeito de drogas quando foi detido.

Quando a peça jornalística não contraria estas tendências com contextualização e apuramento dos factos, ou as alimenta, o vazio é preenchido pelas suposições de uma sociedade estruturalmente racista. Embora os *media* não sejam unicamente responsáveis por este tipo de pensamento, a não contextualização de peças jornalísticas contribui para que se perpetuem ideias pré-definidas, mesmo que implícitas.

O enquadramento pelo qual se opta na construção de uma peça jornalística, mesmo que esta seja uma notícia objetiva, tem um impacto real na perceção do público (Philo, 2013, p. 323; Rose, 2014, pp. 5-6). Um exemplo extremo é o da cobertura de protestos do KKK serem vistos como menos negativos pelo público quando os *media* os enquadravam como uma “forma de liberdade de expressão” e não como crimes de ódio ou incitação à violência (Rose, 2014, p. 6).

A contextualização da informação apresentada previne que quem lê recorra a preconceitos implícitos sobre as minorias sociais representadas. Esta é uma característica que se verifica em parte significativa das peças jornalísticas do Público.

A notícia publicada em 2020, com dados do Eurobarómetro de 2019, por [Joana Gorjão Henriques, relata as conclusões da demógrafa Maria João Valente Rosa](#): 61% dos portugueses considera que existe “discriminação em relação à cor da pele” no país, contrastando com o padrão de quanto mais população estrangeira, menos racista o país se considera.

Estes dados poderiam ter sido apresentados de forma diferente de modo a reforçar o mito de que Portugal não é um país racista - afirmando que Portugal se via como menos racista do que países como França e Bélgica, onde, respetivamente, 80% e 74% da população considera que existe discriminação com base na cor de pele. Os dados foram apresentados de forma mais realista: incluíram reflexões sobre as mentalidades não estarem a mudar ao ritmo de realidade, a negação de racismo em Portugal e a apresentação de queixas racistas predominantemente relacionadas com acesso à nacionalidade.

O jornal reforça esta contextualização e peças mais completas por ser hábito um ou uma jornalista encarregar de um tema e continuar a acompanhar ao invés de este ser iniciado por quem possa ter menos familiaridade com o assunto.

As três notícias publicadas no início de Setembro de 2020 por António José Saraiva sobre Trump ter defendido o jovem branco que disparou contra três manifestantes do BLM, com o argumento de ter agido em legítima defesa, não surgem desligadas do contexto sociopolítico dos EUA nem do padrão de uso excessivo de força policial quando detêm cidadãos negros, algo claro [quando o jornalista relaciona os casos](#) de George Floyd, Jacob Blake e Daniel Prude; numa notícia que poderia somente ter seguido o título e dado conta de mais uma morte, ou até instrumentalizá-la para caracterizar os protestos BLM como tendencialmente violentos – tendo o contrário ocorrido com a publicação de uma notícia escrita por Sofia Correia Baptista sobre um relatório que indica que [93% dos protestos antirracistas BLM foram não violentos](#).

Estereótipos e o duplo-efeito dos *media*

Os estereótipos são definidos por Debra Merskin (2017) como “crenças reducionistas generalizadas e unidimensionais” que se apresentam como um conjunto de características que tem como objetivo representar indivíduos pertencentes a um determinado grupo como sendo todos iguais, influenciando quem é representado por essas crenças bem como o resto da audiência (hooks, 1995; Merskin, 2017, pp. 2-3; Wilder, 2020).

Os estereótipos são para Cláudia Cambraia (2018) uma das “novas expressões” do racismo: a “negação do reconhecimento da singularidade” através do tratamento das minorias sociais como representantes de uma categoria homogénea” (Cambraia, 2018, p. 38), tal como Hall (1997) quando descreve o processo de criação de estereótipos como a “redução

da pessoa a um pequeno número de características simples, essenciais e representadas como fixadas por Natureza”¹⁵ (Hall, 1997, p. 257).

No contexto dos *media* de entretenimento, Merskin (2017) identifica diversos padrões de representatividade da comunidade negra. Relativamente aos Nativo-Americanos, os povos indígenas originários do Norte, Centro e Sul da América, identifica o nobre e inocente indígena que desconhece as normas da sociedade dita civilizada (*the noble savage*), o indígena iluminado e profundamente ligado ao meio ambiente e que se comporta como uma criança selvagem (*the enlightened savage*) – utilizado como forma de demonstrar que o negro se felicitava com pouco e aceitava a posição subalterna na sociedade como escravo - e o indígena agressivo e com sede por conflito (*the blood thirsty savage*), que surge durante a Guerra Civil norte-americana e se manifesta atualmente retratado em mascotes de equipas de futebol americano como *The Atlantic Braves*, *The Washington Redskins*, *The Cleveland Indians* e *The Kansas City Chiefs* (Merskin, 2017, p. 4).

A comunidade negra enfrenta uma constante dualidade na forma como é representada pelos *media* (Kilomba, 2019; Merskin, 2017). O homem negro ou é representado como o compincha preguiçoso, desleixado com características infantilizadas, pouco eloquente e que prefere o conforto paternalista do seu amigo branco – este retratado como salvador, um homem capaz e hábil - ou é representado como um *sex symbol*, uma imagem híper sexualizada que associa o seu corpo a força e uma atratividade “animalesca” (Merskin, 2017, pp. 5-6).

Esta dualidade verifica-se igualmente na mulher negra: a ama com excesso de peso, carinhosa e aparentemente assexual ou a altamente sexualizada e exótica mulher negra (Merskin, 2017, p. 6). As origens destes estereótipos são exploradas por Davis (1983), que os relaciona fortemente com as experiências da mulher negra durante a escravatura nos EUA: por um lado, era vista como a ama das crianças brancas e fonte de fertilidade – a imagem da *Mammy* - de crianças que seriam vendidas como escravas e, por outro, vista como objeto sexual pelo colonizador (Davis, 1983).

Kilomba (2019) identifica estereótipos generalizados, não os atribuindo a nenhuma forma de comunicação específica, e sintetiza os padrões de representatividade em: “infantilização (criança dependente do mestre para sobreviver), primitivação (incivilizado próximo da

¹⁵ No original: “Stereotyping reduces people to a few, simple, essential characteristics which are represented as fixed by Nature” (Hall, 1997, p. 157).

natureza), descivilização (violento, ameaçador, criminoso), animalização (o selvagem, outra forma de humanidade) e erotização (prostituta, proxeneta, violador, erótico e exótico)” (Kilomba, 2019, p. 81). Embora estes nunca sejam estereótipos reforçados de forma direta nos *media* jornalísticos, estando impressos no coletivo imaginário, podem surgir na mente da audiência independentemente do formato *media* a ser consumido.

Nos meios de comunicação jornalísticos, não desligados destas marcas históricas, surge o padrão do criminoso negro que não existe fora da ação relatada; em contraste com a representatividade do criminoso branco que beneficia de um retrato mais profundo sobre o porquê de ter cometido o crime e de uma contextualização do passado mais benéfica, algo comprovado por estudos que demonstram que um criminoso branco tende a ser classificado mais frequentemente como doente mental ou manipulado pelas condições em que vive ao contrário de criminosos negros que tendem, de facto, a sofrer mais frequentemente de condições socioeconómicas precárias, mas que não estão sujeitos a essa empatia por parte da audiência (Rose, 2014, p.12; The Opportunity Agenda, 2011, pp. 25-26).

Na cobertura mediática de notícias sobre crime, homens negros tendem a ser o criminoso e quando são a vítima, como em casos de brutalidade policial, a inocência tende a ser questionada pela audiência, na busca de um motivo para legitimar a agressão - que não seja o racismo, mas algo que a vítima tenha feito (Mattar, 2020).

Para além disso, quando são apresentados estereótipos considerados positivos estes são reduzidos a uma pequena amostra que é em si menosprezadora de certas características, nomeadamente aquelas que são tidas como académicas ou intelectuais; estando focalizadas em desporto, música, virilidade e masculinidade exageradas (The Opportunity Agenda, 2011, p. 14).

O impacto dos meios de comunicação na auto percepção de membros da comunidade negra, sintetizado por Merskin (2017) como o “duplo-efeito” dos *media*, traduz-se na influência que a reprodução de certas imagens tem não só na audiência em geral, mas na percepção das minorias sociais sobre si mesmas (hooks, 1995; Merskin, 2017), afetando a sua autoestima e tornando os indivíduos mais suscetíveis a agir de acordo com a expectativa baixa que lhes está associada ou influenciados pelo peso de contrariar um estereótipo negativo (The Opportunity Agenda, 2011, pp. 28-30), um impacto que, embora não desresponsabilize os meios de comunicação, se atenua significativamente em sujeitos que tiveram contacto com alguma forma de literacia para os *media* (Stamps, 2021).

No primeiro trabalho de campo com mulheres negras, Cláudia Cambraia afirma que as entrevistadas “testemunhavam experiências relacionadas com a sua identidade pessoal a partir dos exemplos retirados de personagens das telenovelas a que assistiam” e muitas delas consideravam os estereótipos exibidos na televisão responsáveis por influenciar negativamente “o processo de construção de identidade étnica” (Cambraia, 2018, pp. 26-27). As entrevistadas reconhecem simultaneamente o impacto dos *media* na formação da sua identidade e na forma como a sociedade as percebe, algo notório quando afirmam que o negro raramente é retratado como “homem honesto e íntegro” e que para as próprias “ser negro é sinónimo de ser pobre” (Cambraia, 2018).

Embora a classe económica seja um dos fatores que, numa economia mais distributiva, atenuaria os efeitos do racismo e outras discriminações por aproximar os cidadãos da plena igualdade de oportunidades, o racismo transcende a questão da classe. Durante a campanha eleitoral de Barack Obama os *media* jornalísticos dedicaram tempo significativo ao passado racial do candidato e à sua “verdadeira” nacionalidade (Rose, 2014).

A interseção entre raça, classe e gênero na comunidade negra foi explorada por autoras como Angela Davis (1983), Audre Lorde (1977) e bell hooks (1995) como forma de descrever as diversas experiências de vida da mulher negra contadas pela própria e não nos moldes estereotipados criados pelo “Outro”.

Para Lorde (1980), a questão da classe e do valor monetário que um indivíduo tem para a sociedade são centrais na criação de divisões entre o grupo dominante e as minorias sociais: “Numa sociedade em que o 'bom' é definido em termos de lucro e não da necessidade humana, haverá sempre um grupo de pessoas que, por opressão sistémica, se pode sentir a mais; ocupando o lugar do inferior desumanizado. Nesta sociedade, esse grupo é composto por pessoas Negras, do Terceiro Mundo, classe trabalhadora, pessoas mais velhas e mulheres”¹⁶ (Lorde, 2020, p. 104).

A autora explica como esta dinâmica influencia a criação do “outro”, através da existência daquilo a que chama a “norma mítica”, *mythical norm*, (Lorde, 1980) algo impresso no

¹⁶ Traduzido livremente do original: “In a society where the good is defined in terms of profit rather than in terms of human need, there must always be some group of people who, through systematized oppression, can be made to feel surplus, to occupy the place of the dehumanized inferior. Within this society, this group is made of Black, and Third World people working-class people, older people, and women” (Lorde, 2020, p. 104)

imaginário coletivo como o normal - nos Estados Unidos: “branco, magro, homem, novo, heterossexual, cristão e financeiramente estável”¹⁷ (Lorde, 2020, p. 106).

Considerando a noção que este é o normativo, numa sociedade que age com base na “rejeição internalizada” (Lorde, 1980), existem três formas de lidar com a diferença: ignorando quando possível, copiando se for percebido como dominante e destruindo se associarmos a uma posição subordinada (Lorde, 2020, p. 105). Esta é uma sociedade na qual os estereótipos têm terreno fértil pela necessidade que existe de organizar o caos causado pela diferença, facilmente se salta da “tipificação” como forma de organizar e compreender o mundo para a “estereotipização” como forma de identificar primeiro e conhecer (ou não) depois, ignorando a fluidez do indivíduo e da própria realidade social (Dyer, 1999).

Linguagem e construção frásica

A linguagem utilizada pelos *media* influencia a audiência quer pelas palavras utilizadas, quer pela conotação ou tom da notícia (Dijk, 1993; Joachim Trebbe, 2017; Kulaszewicz, 2015; Rose, 2014).

A análise crítica de discurso como método de análise surge sempre associada ao contexto em que é concretizado o estudo, com o objetivo comum de identificar as relações desiguais de poder inscritas no discurso, através da análise sistemática de informação semiótica seja *esta* escrita, falada ou visual (Fairclough, 2001, p. 25; Wodak, 2004, pp. 185-186). O discurso define-se como “linguagem escrita e falada como prática social”, que influencia o contexto da análise e é por este influenciado (Wodak, 2004, p. 186).

O discurso é visto como forma de construção da semelhança entre membros do grupo dominante e diferença entre os “outros”, a primeira no sentido positivo de autorrepresentação e a segunda no sentido negativo de representação de terceiros (Wodak, 2004, p. 195). Com esta imagem já impressa no recetor por discriminações estruturais, as discriminações presentes no discurso não precisam de ser explícitas para existir uma associação negativa a grupos minoritários (Shome, 2016, pp. 246-157; Wodak, 2004, pp. 195-196)

¹⁷ Traduzido livremente do original: “In america, this norm is usually defined as white, thin, male, young, heterosexual, Christian, and financially secure” (Lorde, 2020, p. 106).

A designação do “outro” e o preconceito ocorrem em várias instituições da sociedade, mas a Imprensa é identificada por Dijk (1991) como “a forma de comunicação mais crucial na reprodução do racismo” (Dijk T. A., 2016), semelhante a hooks (1995) que os descreve como “a maior máquina de propaganda de supremacia branca” (hooks, 1995, p. 116).

A linguagem nos meios de comunicação serve igualmente para proteger os interesses da parte dominante da sociedade e perpetuar desigualdades, como a proteção das pessoas brancas através do uso eufemístico e individualizado de expressões como *Jim Crow* ou *Uncle Sam* para identificar sistemas de opressão, que transcendem relações interpessoais, sem os confrontar diretamente no seu todo (hooks, 1995, p. 108).

Este é um padrão que hooks (1995) transpõe para os meios de comunicação sobretudo na reprodução de discurso político que não é abertamente racista, mas que usa expressões para maquilhar sentimentos discriminatórios, como “Reagan fez ao associar a imagem da mãe negra a viver à custa dos contribuintes” (hooks, 1995; p. 117) citando Edward Herman. No contexto português, André Ventura surge com a expressão “portugueses de bem” que utilizou [no debate das Presidenciais 2021](#) com Marcelo Rebelo de Sousa, na qual não dita características destas pessoas mas que estão implícitas no discurso com um todo e contextualizado – Ventura não precisa de dizer que este “português de bem” é branco.

A linguagem funciona, assim, como um meio de dominação e força social, servindo para legitimar relações de poder; a linguagem não é neutra e ganha poder de acordo com quem a utiliza e quem determina qual o seu uso normal: nos *media*, tem o poder da palavra quem se escolhe entrevistar ou citar e quem faz esta seleção (Wodak, 2009, p. 312).

Começando pela linguagem utilizada, um exemplo de como influencia a realidade e é por esta influenciada é a cobertura da epidemia AIDS/SIDA. Esta demonstra como a linguagem pode ser utilizada de forma estigmatizante, negando evidências científicas e associando a doença exclusivamente à comunidade homossexual, culpabilizando-a pela doença, com termos como “o cancro gay” ou “praga gay”, ou associando a epidemia a um “castigo divino”, como se lê em vários jornais dos anos 80 nos Estados Unidos (Capitanio, 1999).

Em Portugal, nos últimos anos, o exemplo mais marcante referente à comunidade LGBTIQ+, que contou inclusive com a [intervenção da Entidade Reguladora para a Comunicação social \(ERC\)](#), foi a notícia do *Diário de Notícias* sobre a violação e o assassinio de Gisberta, uma mulher *trans*, intitulada [O romance do traveca assassinado por gunas desalmados](#).

O jornal explica no primeiro parágrafo que era como os jovens que assassinaram Gisberta a chamavam, no entanto, valida a expressão como insulto e retira potencialmente o foco da gravidade da situação, para além de despersonalizar Gisberta (Rodrigues, 2019) e de fazerem uso do pronome errado (ele/o) quer no título quer no corpo da notícia – uma forma de violência, mesmo que accidental, utilizando a palavra escrita.

No caso da comunidade negra, o artigo *From “brute” to “thug:” The demonization and criminalization of unarmed Black male victims in America*, (2016) Calvin John Smiley e David Fakunle demonstram como a linguagem utilizada para descrever homens negros desarmados, que foram mortos pela polícia, como criminosos é utilizada para simultaneamente justificar as suas mortes e afastar o caso do escrutínio legal justificado (Fakunle, 2016).

Esta associação tem raízes na história dos *media* norte-americanos cuja disseminação e massificação não dependeu da mão invisível do mercado livre, mas sim de apoios diretos do Estado (Torres, 2011). Os *media* sempre tiveram uma relação profunda com quem detinha o poder e capital: a população branca, algo que resultou na rotina distorção de eventos contados sempre da mesma perspetiva, tida como verdade universal (Torres, 2011, pp. 186-187).

A associação do negro ao crime é perpetuada pelo uso de expressões como *thug* que “desvaloriza as vidas negras e perpetua a imagem negativa e conotação criminosa, como forma de micro insulto e micro invalidação (...) estes homens (negros) são retratados como ‘bandidos’ ou criminosos’ para que de forma subtil as suas mortes tenham uma justificação que simultaneamente afaste a culpa das figuras de autoridade responsáveis por essa mesma morte” (Fakunle, 2016, p. 351)¹⁸.

Os identificadores linguísticos são igualmente utilizados para dividir as pessoas ou acontecimentos entre o "bom" e o "mau", de forma indireta: na cobertura do movimento BLM a utilização de expressões como *thug*, *deviant* ou *race-hustler* (o termo criado pela *Fox News* para descrever alguém que culpa o privilégio branco pelos problemas das pessoas negras) foram utilizadas para retirar a legitimidade ao movimento, colocando-o do

¹⁸ No original: “This term has become the platform to dismiss Black life as less valuable and perpetuates a negative and criminal connotation in forms of micro-insults and micro-invalidations (...) these men are portrayed as thugs and criminals to seemingly justify their deaths while simultaneously shifting blame away from law enforcement.”

lado “mau” e quem fosse contra, direta ou indiretamente, do lado “bom” (Banks, 2018, p. 712).

Alguns autores (Dijk, 1993; Kulaszewicz, 2015; Wodak, 2009) consideram que a utilização do marcador étnico “negra/o” (*black*, no original) pode ser considerada uma micro agressão¹⁹ tendo em conta o uso excessivo de identificadores raciais relativos a homens negros em comparação com outros marcadores étnico-raciais, especialmente quando a menção não é relevante para a peça jornalística e coloca num indivíduo negro o peso de representar toda a comunidade – particularmente quando utilizada a expressão “comunidade negra” (Dijk, 1993; Kulaszewicz, 2015).

A linguagem acaba por refletir uma forma de supremacia branca quando se assume uma pessoa como branca por defeito, enquanto as pessoas negras ou hispânicas têm de ser “nomeadas” e explicadas em oposição ao que se tem como dominante; esta é mais uma das formas que contribui para a solidificação do branco como universal e de pessoas não brancas como “o outro” (Bonilla-Silva, 2012).

Relativamente à construção frásica, esta desempenha igualmente um importante, embora subtil, papel na redação de uma peça jornalística, ou em qualquer outra forma de discurso. Os usos mais comuns desta ferramenta na redação jornalística são colocar a frase na forma passiva, e não ativa, para atenuar a ação do sujeito que se pretende proteger; colocar no início da frase o que se quer destacar sobretudo quando se trata da ação de um sujeito – sendo que, por norma de construção frásica, o primeiro nome que se lê é aquele que se tende a associar à ação (Dijk, 1993, p. 104).

No estudo citado, é utilizado o exemplo “Um grupo de jovens negros foi assediado por agentes da polícia” na forma passiva, em vez da forma ativa “Agentes da polícia assediaram um grupo de jovens negros” retirando o sujeito (“agentes da polícia”) do centro e concretização da ação; ou como exemplo de omissão, para proteger uma certa entidade: “Jovens negros assediados” (Dijk, 1993, pp. 104-105).

Um exemplo recente em Portugal foi o da Lusa, publicada na [revista Sábado](#), sobre as declarações do CDS-PP à deportação de Mamadou Ba após o ativista ter tecido críticas a Marcelino de Mata, com um título – *Quase 15.000 pessoas exigem deportação de ativista Mamadou Ba* - e entrada que ocultam quem motivou esta petição; algo mencionado no

¹⁹ Kulaszewicz define micro agressão como “trocas quotidianas de mensagens diminuidoras, produzidas consciente ou inconsciente, direcionadas a um determinado grupo de pessoas” (Kulaszewicz, 2015, p. 32).

corpo da notícia que privilegia as declarações do CDS-PP e do Chega em relação às do ativista e mencionam apenas que o militar, uma figura declaradamente controversa, “foi detido e torturado por elementos da extrema-esquerda” (Lusa, 2021). Em nenhum momento é reconhecido o papel controverso de Marcelino Mata – em contraste, por exemplo, com uma notícia do [Diário de Notícias](#) sobre a morte do militar.

O discurso escrito e repetido pela maioria tem um impacto significativo no reforço dos estereótipos pré-existentes na sociedade, quer a nível micro em, por exemplo, interações entre grupos multiculturais, quer a nível macro, como na escola (Dijk, 1993; Fakunle, 2016), através de determinadas expressões e formas de escrita que despertam no leitor a associação a estereótipos.

A presente análise será efetuada à luz da análise crítica de discurso no sentido em que considera quem escreveu as peças jornalísticas, as fontes consultadas, os marcadores étnicos utilizados e o contexto em que as peças foram redigidas. Neste sentido, não será feita uma análise de discurso detalhada de cada peça a termos de vocabulário, construção frásica ou expressões utilizadas.

Esta é uma análise que não pretende categorizar de “racistas” os jornalistas como indivíduos, mas apela a uma reflexão sobre o papel que cada um tem na construção e manutenção de uma estrutura mediática com “ramificações estruturais e ideológicas que requerem uma abordagem mais fundamental que considere o papel político, econômico e sociocultural da Imprensa como um todo em sociedades dominadas por perspetivas brancas” (Dijk T. A., 2016, p. xii)²⁰. É uma análise que parte de problemas sociais estruturais – neste caso, o racismo - e não das práticas discursivas em si, mas antes de como estas reproduzem as discriminações da sociedade da qual são parte (Fairclough, 2001, p. 26).

Falta de discurso direto, tokenismo e a “ameaça do estereótipo”

Para além de raramente participarem nas próprias narrativas como fontes jornalísticas, as minorias sociais tendem a não contar as suas histórias como parte ativa dos *media* - como jornalistas, repórteres ou comentadores (Rose, 2014; The Opportunity Agenda, 2011).

²⁰ Traduzido livremente do original: “Its structural and ideological ramifications require a more fundamental approach, accounting for the political, economic and socio-cultural role of the Press as a whole in white-dominated societies” (Dijk T. A., 2016, p. xii).

Em 2005, a população latina, negra, nativo-americana e asiática-americana compunha coletivamente 33% da população total dos EUA e ocupava virtualmente nenhum espaço nos jornais diários, 8% das estações de rádio comerciais e 3% das estações comerciais de televisão (Torres, 2011, p. 188).

Em Portugal, embora não sejam recolhidos dados étnico-raciais e que a metodologia da ERC não considere a presença de protagonistas ou fontes pertencentes a minorias étnicas (Silva, 2017, p. 23), uma análise empírica e intuitiva conclui que, em meios de comunicação *mainstream*, praticamente só existem jornalistas brancos; salvo algumas exceções (Vicente, 2019).

Para além da reduzida presença como profissionais nos *media*, as pessoas negras como fontes jornalísticas são vistas com desconfiança, especialmente quando os relatos são sobre violência policial (Mattar, 2020). Pedir à sociedade – incluindo aos jornalistas – que questionem a versão dos factos fornecida pela polícia é ir contra a ideia interiorizada de que esta é uma força de segurança que zela pelo bem da sociedade (Mattar, 2020).

A narrativa da polícia muito raramente é questionada e tende até, quando contraria a da vítima, a apagar o testemunho contrário; o testemunho da polícia não é visto como o de um ator subjetivo e influenciado pela sua condição, mas sim como objetivo (Mattar, 2020). A ideia de que uma versão do mesmo evento deve ser perto de inquestionável e a outra descartada é, em si, antagónico com jornalismo que se diga credível; é o oposto de fornecer os dois (ou mais) lados da história acompanhados de contexto e de verificação de factos.

O caso de George Floyd, se não tivesse sido filmado e partilhado, teria muito provavelmente sido arquivado; considerando que no relatório oficial da polícia²¹ foram omitidos os minutos durante os quais o polícia Derek Chauvin pressionou o joelho contra o pescoço de Floyd – a causa direta de morte e não as “complicações médicas” citadas pela polícia de Minneapolis (Marcus, 2021). Em Portugal, existe o caso da esquadra de Alfragide em 2015 inicialmente reportado como uma “invasão” da esquadra.

No artigo, publicado na *The Walrus*, *Objectivity Is a Privilege Afforded to White Journalists* (2020), a autora entrevista dois jovens negros norte-americanos que relatam

²¹ O relatório diz, no original: “He was ordered to step from his car. After he got out, he physically resisted officers. Officers were able to get the suspect into handcuffs and noted he appeared to be suffering medical distress. Officers called for an ambulance. He was transported to Hennepin County Medical Center by ambulance where he died a short time later.” (Marcus, 2021).

episódios de brutalidade policial e comentam “eu acho que as pessoas vão achar que estamos a inventar isto”. Foi precisamente essa a situação com que a jornalista se deparou de regresso à redação em Toronto: pela primeira vez em seis anos, questionaram-na sobre a possibilidade das fontes terem até dado o nome errado e, mesmo tendo a repórter contactado o departamento policial de Baltimore e o respetivo sindicato para confirmar as acusações (sem resposta), as experiências relatadas não foram consideradas credíveis para publicação (Mattar, 2020).

A experiência vivida de uma pessoa negra tem de ser reforçada com estatísticas ou outro tipo de dados complementares para não ser vista com ceticismo, é raro que seja simplesmente tida como o relato de qualquer outra fonte – algo contraditório com a ideia de consultar fontes que tenham experienciado racismo e possam, nesse sentido, ser centrais para a peça jornalística.

Este tipo de reação motiva aquilo a que Noelle-Neumann (1974), citada por Carla Baptista e Marisa Torres da Silva, chama de “espiral do silêncio”: “a pressão acrescida que as pessoas sentem para retrair a sua visão quando pensam que estão em minoria”, sobretudo motivadas pelo medo de exclusão social (Silva, 2017, p. 13).

Este é um problema que os jornalistas negros enfrentam, embora possam igualmente ajudar a combater trazendo as suas experiências e rigor jornalístico para a redação; trabalhando idealmente em peças que não tenham direta ou necessariamente a ver com racismo, mas que terão uma perspetiva diferente incorporada.

No entanto, a existência de jornalistas e repórteres negros não será isoladamente capaz de destruir imagens mediatizadas com séculos de existência (Rose, 2014, pp. 11-13; The Opportunity Agenda, 2011, p. 47).

Em alguns casos, esta representatividade pode até ser utilizada contra a própria comunidade negra, quando instrumentalizada como prova da inexistência de racismo institucional, argumentando que se a pessoa conseguiu ali chegar é porque essas barreiras “invisíveis” não existem mesmo.

A utilização da negritude como fator único de decisão para incluir uma pessoa negra num lugar de poder e não a valorização da sua experiência vivida e profissional é um problema que se agrava quando esta inclusão é motivada pela intenção de oferecer bom nome ao meio de comunicação e não se reflita no igual tratamento da pessoa no ambiente de

trabalho; isto é, que seja um ato de inclusão performativa que não só não resolve o problema como contribui para o esconder (Mattar, 2020; Rose, 2014, p. 13). Esta seria uma situação de tokenismo.

O tokenismo ocorre quando um membro de uma minoria social é incluído num grupo de indivíduos diferentes de si mais iguais entre eles; alguns dos exemplos mais clássicos incluem o estudante universitário negro entre estudantes brancos, uma pessoa com deficiência entre um grupo de pessoas sem deficiência ou uma mulher num grupo de homens em contextos laborais tipicamente masculinos (Hirshfield, 2016). Estes indivíduos em minoria numérica, os chamados *tokens*, compõe geralmente um máximo de 15% do total grupo, como definido no estudo original de Kanter (1977)²², autora citada por Yoder (1994), Brandl (2011) e Hirshfield (2016).

Os indivíduos que se encontram nesta situação de minoria em ambientes laborais, académicos ou outros, enfrentam problemas de *stress* motivados pela necessidade de provar que são melhores do que o estereótipo que lhes está associado, com o peso de representar toda a comunidade e possibilidade de estarem a abrir ou fechar portas a mais membros da comunidade; deste modo, parte das funções cognitivas (consciente ou inconscientemente) estão ocupadas com a ideia de que os outros os percebem em associação a um estereótipo, o que pode afetar as escolhas profissionais do indivíduo ou o desempenho em contexto laboral ou académico (Hirshfield, 2016; Steele, 2018).

A pressão que experienciam, por vezes, provém da sensação de que estão sob um maior escrutínio em relação aos colegas; o que pode resultar no aumento da pressão para serem mais bem-sucedidos pois acreditam que só assim serão reconhecidos pelo trabalho que realizam ou acabam por exibir um desempenho abaixo das capacidades reais que detêm para escapar a este radar desproporcional (Brandl, 2011; Pamela Braboy Jackson, 1995, pp. 545, 552-553; Yoder J. , 1991, pp. 170-180).

A sensação de maior dificuldade ou impossibilidade de progredir na carreira em comparação com os colegas em maioria e o desafio de lidar com a sensação de que existe uma maximização das diferenças entre si e os colegas e a minimização de semelhanças, leva à adaptação do comportamento do *token* aos dos grupo majoritário para que a ação

²² O estudo de Rosabeth Moss Kanter é publicado no livro da autora *Men and Women of the Corporation* (1977) sobre a experiência de mulheres no mundo das vendas de uma empresa que integrava a lista Fortune 500, que reúne as 500 maiores empresas norte-americanas.

que desempenha não seja limitada a um estereótipo, o que pode resultar num certo grau de disforia pessoal (Pamela Braboy Jackson, 1995, p. 545; Yoder J., 1991, pp. 170-180).

A pressão que um indivíduo pertencente a uma minoria social sente em relação à possibilidade de confirmar ou contrariar um estereótipo negativo, como característica pessoal percebida pelo próprio ou por terceiros²³ foi cunhada como “ameaça do estereótipo” (Aronson, 1995), no original, *stereotype threat*, em 1995 pelo psicólogo social Claude M. Steele e Joshua M. Aronson no artigo *Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans* (1995).

Esta ameaça pode ser experienciada por qualquer indivíduo que pertença a um grupo ao qual estejam associados estereótipos, não sendo um fenómeno exclusivo a minorias sociais. Na qualidade de professor de psicologia, Claude M. Steele (2018) utiliza o exemplo de uma reunião escolar entre pais de alunos e professores para ilustrar esta situação: os pais são negros e o professor branco, e os pais pensam “será que este professor consegue realmente ver os talentos do meu filho e será que vão pegar na mínima infração e vê-lo como alguém com tendências agressivas? Tenho de estar atento a isso” e o professor está a pensar “será que posso dizer alguma coisa realmente construtiva para o filho sem que seja visto como racista?” (Steele, 2018)²⁴

Em particular para indivíduos pertencentes a uma minoria social, em contexto laboral, existem ainda problemas de desempenho de papéis que requerem uma postura autoritária e falta de exemplos que possam seguir como modelos semelhantes a si; bem como terem de lidar com possíveis comentários discretos ou diretos sobre os critérios de contratação relativos ao posto de trabalho que desempenham (Hirshfield, 2016).

Embora o trabalho de Kanter (1977) se baseie essencialmente numa premissa quantitativa, a continuação da pesquisa no campo do tokenismo demonstra que este problema transcende a análise quantitativa e se prende especificamente com minorias sociais e não com membros de grupos sociais dominantes - as discriminações estruturais não desaparecem num contexto laboral específico - e reforça que um aumento quantitativo de membros de uma minoria num ambiente de grupo maioritário distinto pode aumentar a hostilidade dos

²³ Traduzido livremente do original “Stereotype threat is being at risk of confirming, as a self-characteristic, a negative stereotype about one’s group” (Aronson, 1995).

²⁴ O exemplo começa a ser relatado, no vídeo completo da palestra, aos 41m30s.

colegas por uma sensação de ocupação que ameaça o *status quo* (Brandl, 2011, pp. 348, 360; Yoder J. , 1991, pp. 184-188).

Deste modo, a inclusão de pessoas negras em posições tipicamente ocupadas por brancos não é, isoladamente, uma solução para melhor representatividade da comunidade negra nos *media*. No entanto, tal não significa que consultar fontes com experiência vivida seja irrelevante ou inconsequente.

Considerando a falta de repórteres e jornalistas negros em Portugal (Vicente, 2019), incluir pessoas negras como fontes de peças sobre discriminação racial e de forma transversal nas notícias é uma forma de trazer narrativas na primeira pessoa e jornalismo mais completo, com uma visão menos enviesada da realidade e ultrapassando a abordagem pós-racial (*color-blind*) de assumir que um branco ou um negro a falar de racismo é a mesma coisa.

4.2. A comunidade negra e os *media*: do Movimento dos Direitos Civis ao *Black Lives Matter*

Um ponto de viragem na cobertura jornalística da comunidade negra, embora não com todos os meios de comunicação, ocorreu nos Estados Unidos da América nos anos 60 durante o Movimento dos Direitos Civis.

A cobertura do Movimento dos Direitos Civis, entre 1950 e 1960, é um dos exemplos reconhecidos de como o impacto de uma cobertura jornalística de método objetivo mas não neutral importa para mudança real; ao ponto de ser considerado o momento a partir do qual se começou a rotular a comunicação social de "liberal" e "enviesada" nos Estados Unidos - neste caso, por pessoas brancas do Sul que afirmavam que os *media* estavam do lado dos ativistas pelos Direitos Humanos, não reconhecendo que uma cobertura equilibrada não seria representativa do que estava a acontecer pois as partes envolvidas não estavam em pé de igualdade; assim, culpar o mensageiro acabou por ser uma "resposta reflexo" (Greenberg, 2008, p. 167).

O contexto em que o Movimento decorreu contribui igualmente para uma cobertura jornalística visual e, portanto, mais impactante: a massificação do consumo de televisão começou nos Estados Unidos nos anos 50 e 60, acompanhando o Movimento dos Direitos Civis (Philly, 2012).

Os ativistas do Movimento dos Direitos Civis não eram alheios à importância dos meios de comunicação e os líderes do movimento também não (Philly, 2012). Martin Luther

King falava, desde as primeiras campanhas, na necessidade de "despertar a consciência da nação através da rádio, TV, jornais..." e que "sem a comunicação social, poderiam ter ficado massacres no Sul por contar. O mundo raramente acredita no horror das estórias da História se estas não forem documentadas pelos *mass media*"; tal como John Lewis quando afirmou que "Sem os *media*, o Movimento dos Direitos Civis teria sido como um pássaro sem asas" (Greenberg, 2008, p. 174)²⁵.

Um dos momentos considerados de viragem da opinião pública em relação ao Movimento ocorreu após a transmissão televisiva da primeira de três marchas pelo direito ao voto (e generalizada falta de direitos) de Selma a Montgomery, em particular a forte e violenta repressão policial. A marcha ocorreu a 7 março de 1965 e juntou cerca de 600 manifestantes que marcharam pela ponte Edmund Pettis, em Selma, como forma de protesto pacífico, que foram agredidos pela polícia (existiam tantos polícias como manifestantes) com bastões e gás lacrimogénico. As imagens na televisão e os relatos nos jornais não pouparam nas descrições, tendo cunhado o dia como Domingo Sangrento, *Bloody Sunday*.

A repressão policial foi transmitida em direto nas três grandes estações televisivas norte-americanas - NBC, CBS e ABC; esta última interrompeu a sessão de cinema do filme *Judgment at Nuremberg*, sobre a Alemanha nazi - a sobreposição entre as imagens causou um forte impacto nos telespectadores (Phillely, 2012). O público norte-americano viu a brutal repressão de um protesto pacífico, num país que tinham como seu e democrático - este foi o momento em que a generalidade do país passou a assumir o Sul como motivo de vergonha nacional (Greenberg, 2008, p. 173; Phillely, 2012).

As imagens televisivas e as fotografias escolhidas pelos jornais destacam como momentos que poderiam ter caído no esquecimento se tornaram centrais para avanços na conquista de direitos. Alguns destes destaques ocorreram:

- A 24 de setembro de 1955, com o julgamento da morte de Emmett Till, após J.W. Milam e Roy Bryant terem sido absolvidos, por um painel de júris exclusivamente brancos, pelo assassinato do rapaz negro de 14 anos. Os dois homens eram o marido

²⁵ No original: "'From his earliest campaigns, he talked of the need to 'arouse the conscience of the nation through radio, TV, newspapers ... as to conditions that exist, progress being made.' He pointedly spelled out his belief that 'public relations is a very necessary part of any protest of civil disobedience,' noting, 'Without the presence of the press, there might have been untold massacre in the South. The world seldom believes the horror stories of history until they are documented via mass media.' (...) Without the media," concluded movement leader John Lewis, "the civil rights movement would have been like a bird without wings." (Greenberg, 2008, p. 174).

e o irmão de Carolyn Bryant, a mulher para quem Emmett havia alegadamente assobiado, e estavam acusados de agredir violentamente o rapaz quase até à morte, de lhe arrancar um olho, de lhe terem dado um tiro e atirado o corpo ao rio, tudo depois de obrigaram Emmett a carregar uma ventoinha de limpar algodão com 34 quilos e pedirem que se despidesse (History.com Editors, 2021). Após a transmissão do julgamento na televisão e as fotografias do funeral de Emmet com caixão aberto, os *media* alternativos afro-americanos e a imprensa liberal (essencialmente composta por pessoas brancas) uniram-se para exigir protestos a nível nacional e boicotes. Em 2017, Carolyn Bryant admitiu que as acusações de que o rapaz a tinha agarrado pela cintura e dito coisas obscenas eram mentira (History.com Editors, 2021).

- Em 1955, os *Montgomery Bus Boycotts* ocorreram quando a população negra de Montgomery (Alabama) se recusou a andar de autocarro como forma de protesto à segregação nos transportes públicos, uma ação que começou quatro dias depois de Rosa Parks ter sido multada e presa por recusar dar o lugar a uma pessoa branca (History.com Editors, 2010). A atenção dos *media* não só alertou a população para a segregação em serviços públicos como teve um impacto real na empresa de autocarros envolvida no episódio, um artigo do *The New York Times* indica que, dois meses após o boicote, a empresa "perdeu 22 centavos por milha" (Phillely, 2012).
- Em maio de 1963, a entrevista a James Baldwin, escritor e ativista, feita por Kenneth Clark. O entrevistado diz a famosa frase "eu não sou um negro" e mais tarde responde à questão se está otimista em relação ao futuro indicando que o futuro dos Estados Unidos no que toca à igualdade racial residia no facto de a sociedade conseguir responder à questão do porquê de se ter criado "o negro". A forma como articulou as experiências pessoais e os gestos e palavras que utilizou fizeram desta uma entrevista memorável para os norte-americanos que a viram na televisão.
- No mesmo ano, na primeira semana de maio de 1963, a Marcha das Crianças (*Children's March* ou *Children's Crusade*), em Birmingham consistiu numa série de manifestações protagonizada por jovens negros, com o objetivo de utilizar técnicas de reposta não violenta como forma de protesto para o ambiente de violência e segregação no qual haviam nascido e crescido. A reposta violenta das

forças policiais imortalizou as imagens de crianças a serem atingidas com jatos de água, agredidas com bastões, algumas presas e ameaçadas com cães-polícia. A circulação destas imagens colocou pressão sobre os governantes de Birmingham que acabaram por concordar numa reunião com os protestantes que resultou no compromisso do fim da segregação no comércio e na cidade e a libertação dos protestantes detidos (Gilmore, 2014).

No entanto, nem sempre foi assim e não foi assim em todo o país. Na mesma época, a cobertura do Movimento dos Direitos Civis no Sul dos EUA era muito diferente; mesmo os jornais mais dissidentes tinham dificuldade em ultrapassar as pressões locais para reportar de forma negativa a segregação na região, estas tentativas eram negligenciadas, desvalorizadas ou descartadas por completo (Greenberg, 2008, p. 174).

Durante este período, vários jornais locais do Sul tentaram pressionar jornalistas de outros meios a favor do fim da segregação a orientar o foco para a cobertura extensiva da criminalidade que envolvia cidadãos negros; para além disso, a violência física e as ameaças por parte de segregacionistas para com jornalistas eram comuns, especialmente para com jornalistas negros (Greenberg, 2008, p. 177).

Um dos exemplos deste contraste entre meios de comunicação é a cobertura das manifestações de 1963 em Birmingham. Enquanto grande parte dos jornais norte-americanos imortalizou as imagens de jatos de água e cães a serem lançados contra manifestantes negros por polícias brancos, o jornal local *Birmingham News* deixou as fotografias na gaveta e "gastou mais tinta a reportar danos caninos do que humanos - a cauda de um cão havia ficado presa num carro de polícia"²⁶, comenta a historiadora e jornalista Diane McWhorter, que escreveu extensamente sobre a cobertura do movimento (Greenberg, 2008, p. 174).

O jornalista Hank Klibanoff, que ganhou o prémio Pulitzer de História em 2017 pelo livro *The Race Beat: The Press* (2006) tinha, na altura da Marcha das Crianças, 14 anos e distribuía jornais. O jornalista confirma que todos traziam imagens de repressão policial e cães soltos para atacar protestantes na capa, exceto o de Birmingham, e comenta: "Se todo o país tivesse respondido da mesma forma que os jornais de Birmingham, que decidiram que o tema não era notícia, que não era importante; teriam sido muitos mais anos de

²⁶ Traduzido livremente do original: "The News devoted more ink to canine than to human casualties—a police car door had slammed on a dog's tail" (Greenberg, 2008, p. 174).

turbulência, desumanização e morte no Sul e, no fim de contas, a presença da cobertura mediática provocou mudança real"²⁷ (Alabama Public Radio, 2013).

Enquanto os movimentos sociais, como se verifica neste caso em particular, podem contar com os *media* para amplificar a mensagem que pretendem passar e se aproximarem de mudança real, há movimentos que conseguem fazê-lo melhor que outros.

Os movimentos tidos como moderados têm maior probabilidade de receber atenção mediática positiva e fora do "paradigma do protesto", o padrão tendencialmente seguido pelos meios de comunicação na cobertura de protestos que pretendem quebrar as normas estabelecidas (*status quo*): ênfase de momentos pontuais de violência ou teatrais, desvalorização do trabalho e reivindicações dos protestantes, bem como a falta de contextualização das reivindicações; utilização frequente de definições oficiais de conceitos e descarte das explicações dos protestantes; preferência por testemunhos de observadores como fontes não familiarizadas com o movimento que tendem a oferecer comentários negativos ou superficiais, em vez de testemunhos de participantes no protesto (Bell, 2017, pp. 721-723; Umamaheswar, 2020, p. 4). O "paradigma do protesto" pode sintetizar-se no tratar a cobertura de protestos à semelhança de notícias sobre crime: como algo pontual e violento (Edwin Amenta, 2019, p. 20).

Durante o Movimento dos Direitos Civis, os coletivos que obtiveram cobertura mais favorável foram o *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC) e *National Association of the Advancement of Coloured People* (NAACP), e movimentos considerados não moderados, embora tenham tido uma cobertura extensiva, não foi benéfica; como o partido Panteras Negras²⁸ (Edwin Amenta, 2019).

Neste sentido, a visão do Movimento dos Direitos Civis apresentada pelos meios de comunicação *mainstream* foi uma mais-valia, mas excluiu os já tendencialmente excluídos (*outsiders*) e falhou em compreender plenamente os objetivos e os efeitos mais profundos do Movimento (Stamm, 2010, p. 149).

²⁷ Traduzido livremente do original: "If the whole nation had responded in their news organizations the way the Birmingham newspapers did by deciding this is not news this is not important. It would have been many, many, many more years of turmoil, dehumanization, and death in the south but ultimately it was the mere presence of that media coverage that led to the change" (Alabama Public Radio, 2013).

²⁸ No campo de menção de exigências do movimento, em todas as notícias analisadas, 44% das associadas ao SCLC faziam menção às exigências e 43% em relação ao NAACP; e apenas 6.6% ao Panteras Negras. Em cobertura geral, a 82% da cobertura mediática do SCLC foi relevante e 11% do partido Panteras Negras. Analisando apenas as primeiras páginas, 66.6% da cobertura foi relevante para o NAACP e 81,8% para SCLC e 11,3% para o *Black Panther Party*.

Os meios de comunicação reconheceram e reportaram as injustiças sem explorar as causas profundas do racismo estrutural mencionadas pelos ativistas, priorizando imagens e momentos marcantes e sensacionalistas e colocando movimentos considerados radicais num grupo de ativismo sem legitimidade política - por serem despidos de significado político pela própria *media* (Reft, 2012, p. 255; Stamm, 2010, pp. 150-151).

Esta foi uma tendência de cobertura mediática identificada por alguns autores em relação ao movimento *Black Lives Matter* (BLM). O movimento BLM surge em 2013 após o julgamento de George Zimmerman pela morte de Trayvon Martin. O jovem negro de 17 anos foi morto à queima-roupa por Zimmerman, em fevereiro de 2012; depois de este ter feito uma denúncia à polícia de Sanford de "um tipo muito suspeito" que estava "a tramar algo, ou sob o efeito de drogas ou assim". A polícia pediu que não seguisse o jovem e Zimmerman seguiu o jovem, saiu do carro, confrontou-o e disparou. O jovem não estava armado e Zimmerman alegou autodefesa. A polícia deixou-o ir em liberdade argumentando que não existia nenhuma versão que contrariasse a sua. O julgamento decorreu um ano depois, motivado por pressão social, e terminou com Zimmerman ilibado pela polémica lei da Florida *stand-your-ground* - a permissão do uso de força letal em casos de autodefesa perante uma "ameaça percebida" (Munro, 2021).

O movimento BLM começou com a publicação no Facebook de Alicia Garza, na altura uma organizadora da *National Domestic Workers Alliance*, a lamentar a morte de Trayvon Martin, realçando que a insensibilidade perante a perda de vidas negras se havia tornando numa norma social, bem como a tendência que existe para culpar a vítima pela própria morte; terminado o texto com a frase "Nós importamos. As nossas vidas importam. Vidas negras importam"²⁹ (III, 2016, p. 10).

A publicação foi amplamente partilhada e membros da *Black Alliance for Just Immigration* começaram a fazer campanha *online* e fora da internet com o slogan As Vidas Negras Importam ou, no original, *Black Lives Matter* (III, 2016, p. 11). A publicação de Garza foi partilhada pela amiga Patrisse Cullors com o hashtag #blacklivesmatter e as duas juntaram-se a Opal Tometi, uma amiga ativista, e criaram redes sociais para o movimento no Tumblr e no Twitter (Banks, 2018, p. 710).

O Twitter teve um papel central no crescimento do movimento (Sharafat, 2021), inclusive na organização das manifestações e protestos: em alguns casos, verificou-se a ocorrência de

²⁹ Traduzido livremente do original: "We matter. Our lives matter. Black lives matter" (III, 2016, p. 10).

protestos em simultâneo a um pico de interações associadas ao BLM no Twitter, anterior ao momento de protesto na rua (Munmun De Choudhury, 2016, p. 100)³⁰.

Após o assassinato de Trayvon Martin, os casos de justiça criminal e tratamento diferenciado para negros e brancos por parte da polícia começaram a receber maior atenção mediática, especialmente com o caso de Michael Brown que motivou os grandes protestos de BLM em Ferguson (Missouri), em 2014 (Bell, 2017, p. 724; Munmun De Choudhury, 2016, p. 92; Umamaheswar, 2020)³¹.

O movimento BLM foca-se na crítica à desvalorização das vidas negras dentro do sistema judicial norte-americano e materializada no tratamento da polícia para com pessoas negras, em particular jovens homens negros (Umamaheswar, 2020, p. 1). Atualmente, o movimento chama à atenção para a discriminação estrutural da comunidade negra nas diversas esferas da sociedade, e não exclusivamente em relação à polícia e ao sistema judicial e prisional (Munmun De Choudhury, 2016, p. 92).

A percepção de que a brutalidade policial e tratamento desigual é algo relativamente novo e não uma evidência para a qual a comunidade afro-americana tem vindo a apontar há décadas deve-se significativamente à possibilidade de captar em vídeo algo que contado pela vítima poderia gerar dúvida, considerando a força e credibilidade inerentes à versão dos factos da polícia (III, 2016, p. 12). Deste modo, ao contrário da abordagem *top-down* do Movimento dos Direitos Civis que trouxe para si o apoio dos meios de comunicação, o BLM, com outras ferramentas como as redes sociais, começou da base para cima; gerando a própria comunicação mediática - de uma publicação de Facebook para debates produtivos sobre desigualdade racial nos Estados Unidos e a nível mundial (III, 2016, p. 14).

As contrarreacções ao BLM foram igualmente rápidas. As críticas incluem o argumento de que o movimento estava a criar tensões raciais desnecessárias e deliberadas e que uma abordagem "*all lives matter*" seria a melhor opção, uma crítica que desconsidera o próprio motivo de génese do movimento, mas relativamente popular *online*. Outra das críticas é que o BLM promove o ódio à polícia, numa clara confusão entre ódio e responsabilização.

³⁰ O estudo analisou cerca de 28 milhões de tweets, encontrados através de hashtags relacionados com os protestos do BLM a decorrer em 2014-2015, como #ferguson "blacklivesmatter #baltimore #alllivesmatter #bluelivesmatter.

³¹ O artigo *Policing and Racial (In)Justice in the Media: Newspaper Portrayals of the "Black Lives Matter" Movement* menciona os assassinatos de Eric Garner (Staten Island, Nova Iorque, Junho 2014), Michael Brown (Ferguson, Missouri, Agosto 2014), Tamir Rice (Cleveland, Ohio, Novembro 2014), Freddie Gray (Maryland, Baltimore, Abril 2015), Alton Sterling (Baton Rouge, Luisiana, Julho 2016), Philando Castile (Minnesota, Falcon Heights, Julho 2016).

E ainda o chamado *Ferguson effect*, o efeito que se baseia no argumento de que a criminalidade urbana aumentou porque a polícia tem receio de agir de forma proativa com medo da resposta negativa em forma de protestos ou por excesso de escrutínio por parte do público (Umamaheswar, 2020, p. 2).

A relação entre o BLM e as redes sociais como formato de *media* é clara. O movimento nasceu no Facebook e cresceu com o apoio dos utilizadores da rede social Twitter e tornou-se um dos movimentos mais relevantes na luta pela justiça criminal racial nos Estados Unidos. Os utilizadores que interagiram em publicações no Twitter relacionadas com o movimento BLM, num primeiro contacto, expressaram raiva, tristeza e ansiedade e, após um contacto prolongado com o movimento, verificou-se uma diminuição da negatividade generalizada, que deu lugar à partilha de experiências como forma de lidar com o que identificaram como "abuso coletivo" que transcendia um caso específico de brutalidade policial (Munmun De Choudhury, 2016).

No entanto, fora das bolhas de engajamento entre utilizadores presumivelmente interessados em movimentos sociais, a cobertura do BLM foi diferente. Nos jornais norte-americanos, Obasogie e Newman (2016), citado por Janani Umamaheswar (2020), concluíram que estes continuam a focar-se na legitimidade de uso da força letal e a trivializar as vidas negras.

A cobertura do movimento BLM foi acusada de comparar os protestos aos do Movimento dos Direitos Civis organizados por Martin Luther King, como forma de retirar legitimidade ao movimento BLM pois não foram pacíficos como os dos anos 60; deliberadamente não mencionando que esses protestos não foram pacíficos dada a brutal repressão policial (Banks, 2018, p. 714).

A narrativa pós-racial foi outro dos padrões identificados, argumentando que as agressões desproporcionais em nada têm a ver com a cor da pessoa agredida (Banks, 2018, pp. 716-718). A focalização excessiva em momentos de violência foi outra das tendências, embora uma minoria tenha participado em destruição de propriedade e atos pontuais de violência contra a polícia, a audiência fica com a ideia oposta quando lê algo como, por exemplo, "protestos com milhares de pessoas tornaram-se violentos", relacionando os "milhares" à violência, sobretudo quando se junta este tipo de cobertura à seleção de imagens violentas dos protestos (Banks, 2018, pp. 715-716).

Os meios de comunicação criaram uma dualidade entre os protestantes, separando-os entre bons e maus - os bons estavam associados a "valores neoliberais de individualismo e responsabilidade individual" e os maus "chamavam à atenção para o racismo estrutural" que afetava a vida dos próprios; esta dicotomia como forma de retirar legitimidade ao movimento BLM (grupo dos "maus") foi transversal, embora não exatamente expressa da mesma forma, a vários canais de *media* ideologicamente distantes - neste caso, Fox News, CNN e New York Times (Banks, 2018, p. 718).

O BLM é um dos casos que ilustra como os meios de comunicação *mainstream* tendem a não aprofundar a cobertura de protestos, não procurando as causas estruturais dos movimentos; mesmo quando oferecem uma visão relevante e positiva do movimento este acaba por ser despolitizado e tornado sensacionalista. O "paradigma de protesto" foi a forma mais próxima de cobertura jornalística produzida pelos jornais norte-americanos (Bell, 2017; Umamaheswar, 2020).

O "paradigma do incômodo" (*public nuisance*) de Di Cicco (2010) foi igualmente associado a alguma da cobertura do movimento BLM. Este foca-se no incômodo e irritação que os protestos trazem ao quotidiano daqueles que não participam na ação, sendo considerados não patrióticos e ingratos para com o país por estarem a protestar (Bell, 2017, p. 723; Umamaheswar, 2020, p. 4).

Numa análise relativa às mortes de Philando Castile e Alton Sterling verificou-se a quase constante omissão da pessoa negra cuja morte tinha motivado o protesto e quando os nomes eram mencionados, a descrição do evento que levou à morte não existia - no *The Washington Post*, as vítimas foram descritas somente como "dois homens negros cuja morte foi captada em vídeo" (Umamaheswar, 2020, p. 5).

Contrariamente, a cobertura do tiroteio de Dallas - quando Micah Xavier Johnson, um ex-veterano negro, disparou contra polícias e manifestantes, matando seis polícias e dois civis - foi bastante detalhada e criou uma ligação de causa por associação aos protestos do movimento BLM. Alguns jornais incluíram fontes a tornar esta relação direta como o chefe da polícia de El Paso a dizer que o BLM era um "movimento radical de ódio" e o mayor de Nova Iorque na altura, Rudolph W. Giuliani, a afirmar que se tratava de um grupo "intrinsecamente racista" (Umamaheswar, 2020, pp. 5-6).

Por outro lado, os testemunhos de protestantes, muitos deles diretamente afetados pela desigualdade racial na justiça, foram priorizados (Umamaheswar, 2020, p. 6) ao invés de

observadores não participantes, como em casos anteriormente citados (Bell, 2017, pp. 725-726). Em relação às fontes, embora se acuse o BLM de ter descredibilizado as forças de segurança, os relatórios oficiais da polícia raramente não são tidos como fontes credíveis para primeiras notícias e, por isso, bastante difíceis de contradizer pois a narrativa seguinte surge sempre na lógica de desmentir o que originalmente se tinha como verdade; só quando surgem vídeos de testemunhas é que começam a ser alteradas as narrativas (III, 2016, p. 32).

Numa análise relativa às mortes de Walter Scott e Samuel Dubose, o autor chama à atenção para as primeiras notícias sobre a morte de Scott terem mencionado prontamente o registo criminal da vítima e apenas três dias depois, noutro jornal, aparecer a menção a queixas registadas previamente no perfil do agente Slager por uso excessivo da força; no caso de Dubose, o autor destaca a escolha de fotografia para partilha da notícia nas redes sociais dos meios de comunicação - o agente da polícia sorri com uma bandeira dos Estados Unidos de fundo e ao lado está uma *mugshot* do homem que havia morto (III, 2016, pp. 127-130).

Estes padrões de representatividade contribuem para a associação de pessoas negras ao crime e pessoas brancas à inocência e, por vezes, uma correlação entre ambas (III, 2016, p. 27). A relação entre pessoas negras e criminalidade foi reproduzida e assimilada ao ponto de quando não se menciona a cor da pele da pessoa que cometeu o crime é tendencialmente assumido que é negra (III, 2016, pp. 30-31).

Assim, conclui-se que os *media* tanto podem funcionar como aliados a minorias sociais como perpetuadores da discriminação que estes grupos enfrentam. O papel dos *media* varia de acordo com demasiados fatores para que exista uma posição fixa que os meios de comunicação tomem em relação à cobertura de temas que envolvem minorias sociais – contexto sociopolítico, o tempo, o movimento social em questão, quem redige a peça e até o próprio meio de comunicação; os *media* não são um grupo homogêneo. No entanto, existem formas de coberturas nas quais têm a responsabilização de não incorrer como as mencionadas no subcapítulo 4.1. e exploradas no capítulo seguinte.

Em Portugal, o movimento BLM, até agora, foi algo momentâneo e localizado no tempo: houve menções claras ao movimento em manifestações contra os atos racistas cometidos contra Cláudia Simões, Luís Giovanni e George Floyd (Henriques, 2020) mas não se verificou uma reflexão profunda generalizada sobre a desvalorização das vidas negras por

parte da polícia, mesmo com os alertas do ERCI sobre violência policial racista, nem sobre a falta de sensibilidade implícita perante o sofrimento das pessoas negras; dois temas na génese do movimento (Munmun De Choudhury, 2016; Umamaheswar, 2020).

Embora a discussão não tenha sido prolongada para além dos momentos mediáticos de protesto, a conversa sobre racismo existiu em painéis de debate televisivo, textos de opinião em jornais e nas redes sociais. Começou a falar-se do racismo como algo que existe em Portugal e não como algo que “algumas pessoas são”. A discussão existiu, mas foi fugaz.

No documentário *Olhares sobre o Racismo* (2021), lançado pela SOS Racismo para os 30 anos de existência, as visões sobre o ativismo antirracista em Portugal variam entre a perceção de melhoria em relação a quem iniciou a luta em Portugal em 2007 quando “o racismo não era questão” e se afirmava que “não se vai discutir uma questão que não existe” para um momento em que os movimentos pedem “mudanças estruturais”, conta Evalina Gomes Dias da DJASS Associação de Afrodescendentes; e a ideia de que o país é antirracista de forma pontual e/ou até performativa; como pensa Xullaji, músico e designer de som (SOS Racismo, 2021).

4.3. Padrões de representatividade da comunidade negra nos *media mainstream* portugueses

O objetivo deste capítulo é compreender como é representada a comunidade negra aos olhos da própria, considerando a importância de relatos na primeira pessoa e analisando-os de forma comparativa aos padrões identificados anteriormente.

A falta de autores negros e estudos sobre representatividade de minorias sociais nos *media* portugueses foram a principal razão para considerar estas entrevistas como parte integrante deste trabalho.

Os entrevistados foram:

- Mariama Injai, criadora de conteúdos antirracistas *online* com [vídeos no Youtube](#) e [publicações no Instagram](#) onde é conhecida por *Afromary*.
- António Tonga, ativista em movimentos antirracistas como o Em Luta e Consciência Negra.
- Patrícia Moreira, autora do livro *As Novas Identidades Portuguesas* que conta a história de várias personagens negras em papéis não estereotipados e nos quais geralmente falta representatividade.

- Daniel Silva, licenciado em Marketing e entrevistado para o programa [SÓQNÃO](#) da Joana Martins para a RTP Lab onde falou sobre ser negro em Portugal.
- Paula Cardoso, fundadora da rede digital Afrolink e autora da marca de livros infantis Força Africana; com formação em Relações Internacionais e jornalista durante 17 anos em meios como o Sol e revista Visão e diretora em Angola do site do Novo Jornal.
- Ana Paula, uma das fundadoras da Plataforma Geni, um local de partilha de experiências e ativismo focado na mulher brasileira. É mestre em Ciência Política e Relações Internacionais e tem um doutoramento em Ciência Política. Atualmente é investigadora no Instituto Português de Relações Internacionais.

Nas entrevistas foram relatados quase todos os padrões identificados anteriormente: falta de representatividade quantitativa, contextualização negativa e falta de contextualização; reforço de estereótipos e o duplo-efeito dos *media*, linguagem com viés; falta de discurso direto e algumas experiências de tokenismo.

A construção frásica e a ameaça do estereótipo foram os únicos padrões não identificados e a negação do racismo foi um dos padrões identificados que não havia sido categorizado na análise do capítulo anterior.

Paula Cardoso aponta para uma **falta de representatividade quantitativa geral** e dá como exemplo a não cobertura de novos meios de comunicação ou projetos criados por pessoas negras: “Quando saiu a revista Makeba não houve nenhuma entrevista com a criadora e durante o tempo em que trabalhei em jornalismo sempre que surgia uma nova publicação, tinha cobertura. Para o Afrolink a única pessoa com quem eu falei foi a Joana Gorjão Henriques, apesar de ser um projeto único no panorama nacional mais ninguém do *mainstream* me procurou; até hoje. Toda a cobertura que tive foi de meios alternativos e da RTP África. O mercado que organizámos recentemente no Afrolink não teve cobertura e há sempre cobertura de variados festivais gastronómicos, por exemplo.”

Quanto à **falta de fontes negras em peças jornalísticas**, Mariama identifica-a quer nas notícias, quer em painéis de discussão e aponta para o perigo da generalização da opinião de uma pessoa para a de toda a comunidade: “Uma coisa que acontece muito é quando vão falar de racismo montam aquelas mesas em que são só homens brancos, portanto quem estruturalmente criou o problema é quem vai falar. Não interessa vir a pessoa negra dizer o que sente e sabe sobre racismo. Quando trazem um negro têm tendência a escolher

peessoas que falem de forma suave e conciliadora para usar o clássico “se esta pessoa negra acha, todas acham”. Este foi uma problemática igualmente identificada por Daniel Silva.

Sobre a falta de relatos na primeira pessoa, Paula Cardoso acrescenta: “Como pessoa que estive dentro do sistema, vi que não há espaço para narrativas que humanizem pessoas negras. Não se encontrarem relatos na primeira pessoa é um enorme sinal de que pessoas negras não são tidas como válidas para ocupar aquele espaço e no momento de considerar uma fonte como credível, a questão étnica está lá. Não se quer muita melanina nas páginas por vezes com o argumento de “os nossos leitores têm de se rever” e isto é outra camada de exclusão porque implica que as pessoas negras não leem.”

A jornalista acrescenta que esta **falta de fontes** não brancas é uma falha motivada também pelo imediatismo do jornalismo: “Isto também acontece porque no jornalismo é tudo para ontem. Nós recorremos à rede [de fontes] que já está criada. Quando é preciso ouvir um especialista ou temos o contacto e usamos porque sabemos que vai responder ou perguntamos à nossa volta e alguém na redação nos vai dar um contacto que já faz parte daquele circuito – e nunca se sai daí”. Neste sentido, é frequente que pessoas negras sejam chamadas à última da hora “só porque a pessoa decidiu preencher uma *box* que estava esquecida”, um relato semelhante ao de outras mulheres negras escritoras e ativistas – ver, por exemplo, (Lorde, 2020, p. 100).

A **falta de jornalistas negros** foi igualmente identificada como padrão e relacionada com impedimentos estruturais de acesso a emprego pela comunidade negra, bem como os desafios que vêm com o ser a única pessoa negra naquele ambiente.

Paula Cardoso descreve a sua experiência: “Enquanto tive a carteira profissional, nas duas redações em que estive em Portugal, sempre fui a única jornalista negra – comecei na revista Visão e depois integrei a equipa fundadora do jornal Sol. Comecei em 2003 num estágio na Visão, vinha do Cenjor onde também era a única formanda negra, e sai em 2006 para ir o Sol e nunca me cruzei com mais nenhuma pessoa negra [jornalista] na redação na Visão. No Sol, exatamente o mesmo panorama. Este enquadramento acaba por explicar o resto – se não existe diversidade étnico-racial na redação e se os jornalistas têm a responsabilidade de propor temas e de os debater e defender, a perspetiva que sai das redações é homogénea: normalmente branca e masculina.”

Paula Cardoso destaca a importância de jornalistas negros nas redações como forma de evitar a reprodução de preconceitos implícitos porque mesmo que o jornalista branco não

seja racista “parte de um lugar de olhar para “o outro” sem conhecer ou ter a experiência vivida.”

Mariama fala de situações que vê de fora: “Não é que jornalistas negros não existam, mas não estão nas redações e isso tem muito a ver com acesso. Eu já falei disto com alguns jornalistas negros e por vezes entrar para uma redação e ser negro implica trabalhar sobre racismo e eles não são só aquilo. E depois uma jornalista negra, como a Conceição Queiroz, tem de estar sempre a provar o seu valor por ser negra; como se não tivesse feito o curso como a colega ao lado.”

Paula Cardoso e Daniel Silva chamam à atenção para a falta de pessoas negras nos espaços de Opinião. Paula Cardoso comenta: “Uma forma de reforçar estereótipos também é excluir pessoas negras destes espaços pois não lhes reconhecemos esse espaço de intelectualidade – isso continua a criar no imaginário coletivo a ideia de que há uns que pensam e têm opinião e outros que não.” E Daniel: “Não há interesse em ouvir a nossa história nem a nossa perspetiva porque isso implicaria repensar vários conceitos da sociedade, posições de poder e a História. O que me surpreende mais é não existirem cronistas, nunca se ouve pessoas negras simplesmente a falarem da vida, só são chamadas para falar de um tema do qual não têm culpa que exista.” Ana Paula acrescenta: “Assumir que as pessoas negras só podem falar de racismo também é uma prática racista. Não podemos exigir delas que carreguem essa responsabilidade de falar e desconstruir o racismo a todo o momento”.

Patrícia Moreira realça **a importância de diversificar as equipas**: “Não só ter jornalistas negros como pivot, mas ter nos bastidores. Porque pode ser uma mudança de consciência colocar um negro num lugar de poder, mas também pode ser uma estratégia para atrair público e é preciso ter o cuidado de realmente ter as pessoas a trabalhar ativamente nos bastidores com a equipa e se essa sensibilidade e tomada de consciência se mantém aí.” Daniel Silva partilha a mesma opinião sobre diversificar todo o ambiente de trabalho: “Mais do que jornalistas negros eu gostaria de ver mais pessoas que se focam na experiência de vida das pessoas negras e queiram expandir o debate; porque um pivot só diz notícias, nós precisamos comentadores, cronistas e debates 100% racializados para falarem sobre temas específicos e expandir a discussão. Não basta o jornalista ser negro, tem de se puxar o assunto para a frente. Não basta, mas é um bom primeiro passo.”

Para Ana Paula, diversificar as equipas é igualmente crucial como parte integrante de uma sociedade diversa: “Eu acho que faria diferença porque isso representa a nossa sociedade,

na medida em que se a sociedade é diversa esta diversidade tem de estar em todos os espaços. A sociedade não é inteiramente branca e se há espaços que são então é preciso refletir sobre isso.”

António Tonga reforça a importância de crescer com exemplos a seguir: “É importante uma presença negra especialmente porque, tal como eu no final dos anos 90, precisamos de crescer com referências visíveis; precisamos de saber quem somos – porque o sistema diz-nos quem somos.”

É neste sentido que Tonga alerta para a forma como os *media*, ao mesmo tempo que influenciam a forma como a audiência pensa sobre a comunidade negra, impactam como as pessoas negras pensam sobre si – o que Debra Merskin (2017) categoriza como o **duplo efeito dos media**: “De certa forma, os *media* reforçam e outras vezes criam estes estereótipos porque as pessoas absorvem uma visão do mundo através do que se vê nos *media*. Quando és um jovem negro e vês isto comesas a pensar “epa não me posso juntar com muitas pessoas que isto ainda vai dar porcaria” ou “nós próprios não somos de confiança”. É toda uma narrativa que depois justifica a tua posição na sociedade, tornas-te o teu próprio polícia; ficas mais defensivo e não reclusas os teus direitos como pessoa.”

A termos de **linguagem**, embora tenha sido, entretanto, esclarecido que se tratava de uma nota pessoal do jornalista, Mariama e Ana Paula recordam o episódio da deputada socialista Romualda Fernandes como representativo da falta de cuidado em conteúdo que inclui pessoas negras e como uma situação que poderia ter sido evitada se a equipa de profissionais dos *media* estivesse alerta para este tipo de preconceitos, mesmo que acidentais.

A **culpabilização da vítima e proteção do assassino** ou a empatia que se tenta criar com este, em contraste com a falta de sensibilidade para com pessoas negras, foi igualmente identificado pelos entrevistados.

Mariama reforça como o foco, após os assassinatos, foi direcionado para a vítima negra e não para o agressor branco: “As vezes que se falou do George Floyd e se colocou a sua pessoa em questão e as vezes em que se falou do polícia... O Bruno Candé foi a mesma coisa, quase ninguém tinha visto a cara do assassino. O que está aqui espelhado é a necessidade de proteger a pessoa branca.”

Patrícia Moreira aponta numa direção semelhante: “Havia um grande interesse em saber quem era o Bruno Candé; quem era a vítima e não o assassino. O Evaristo era descrito nas notícias como um “idoso de 78-79 anos”, puxando o estereótipo do “coitadinho do idoso”. Do outro lado, havia uma procura do que o Bruno Candé tinha feito para ser morto, “o que é que será que esse jovem fez?”, se fosse ao contrário e tivesse sido o Bruno Candé a cometer homicídio toda a gente ia querer saber quem era o assassino e não quem era a vítima. Esta inversão de papéis foi um reflexo da sociedade.”

Paula Cardoso acrescenta: “O assassino estava a ser descrito como um “idoso”, um aposentado que tinha trabalhado no setor da saúde e que tinha estado da guerra do Ultramar. Era já esta a narrativa para tentar criar absolvição a termos de opinião pública porque é a imagem de alguém que se calhar até veio da guerra com traumas e que o governo negligenciou, um negligenciado da guerra do Ultramar. E o Bruno Candé era o tipo que não fazia nada e andava ali a pairar nas ruas e que andava a provocar o senhor com a sua cadela e terá tido um passado com negócios pouco lícitos. Num caso em que Candé é morto depois de ouvir insultos racistas de forma tão violenta, a preocupação de uma série de *media* é escarafunchar o passado dele no sentido de tentar legitimar o ato daquela pessoa que o assassinou.”

Daniel Silva verificou uma desvalorização dos assassinatos e uma tentativa de distanciamento do racismo presente nos atos: “Mais do que qualquer coisa, foi uma cobertura fraca a termos de quantidade e a termos de contexto. No caso do George Floyd foi muito focada no “vocês estão a queimar os nossos supermercados! É preciso tanto? O que é que se passou?” como se o que aconteceu tivesse sido pouco. No caso do Bruno foi mais “isto é uma coisa de uma vez. Ele [Evaristo] é maluco, isto não somos nós”, existe uma individualização do racismo como se não fosse um sistema.”

Mariama e Tonga recordam os casos de Cláudia Simões e da esquadra de Alfragide como episódios de negação de racismo até à última instância e exemplos de insensibilidade da população branca em geral para com a violência contra pessoas negras – algo que transcende os *media*, mas não os desresponsabiliza pela exibição de imagens sensacionalistas sem contexto.

Mariama, em relação ao caso de Cláudia Simões, comenta: “Se fosse uma pessoa branca qualquer pessoa teria ficado indignada – ela foi espancada por um bilhete de autocarro. O preconceito começou desde o motorista até ao polícia e passou pelas pessoas que vieram

dizer “ah, ela mereceu”, só o dizem porque ela é uma mulher preta. Eu ouvi essa frase tantas vezes e fiquei chocada. Se fosse branca a senhora teria todo o apoio dos *media* e estaria nos programas todos da manhã. As reportagens que incluíram Cláudia Simões foram de uma enorme deslealdade, quem estava a fazer a peça não estava a fazer esforço nenhum e queria mesmo retratar aquela negra com sotaque que não se sabe expressar bem – porque isso reforça o estereótipo e isso vende.”

António Tonga acrescenta: “Foi um caso limite que tinha de ter puxado discussões sobre o modelo da sociedade e o papel da polícia e essas discussões não existiram. Uma pessoa negra a quem foi possível fazer uma manobra de UFC, uma mãe, e que ainda assim vemos de vários setores importantes da sociedade, vemos pessoas brancas, completamente indiferentes ou mesmo a favor.”

Neste sentido, recordam igualmente o episódio da Esquadra de Alfragide. Mariama diz: “Quando foi na esquadra de Alfragide, também se tentou defender os polícias até à última. E a linguagem de “invasão” da esquadra serviu também para criar uma opinião que se quer que o público tenha.” E Tonga conclui: “Este é um padrão para outros casos de violência contra pessoas negras em Portugal – primeiro nega-se até onde se pode e depois os casos ou perdem relevância ou estão em disputa constante dos factos para provar se houve realmente motivação racial”

Um outro episódio trazido para a discussão foi o do Arrastão na Praia de Carcavelos. António Tonga recomenda o trabalho da Diana Andringa (2005) [*Era Uma Vez um Arrastão*](#) “que fala sobre como foi construída essa narrativa e como os *media* não são responsabilizados pelas notícias que lançam e pelo peso que isso coloca à comunidade negra ou à comunidade cigana – que tem ainda menos defesas e é ainda mais considerada culpada à partida. A notícia falava em “suspeitos de origem africana” e associado a isso logo “um desacato, uma festa” e da festa passa logo para a rixa porque pronto é aquela ideia de que somos mesmo assim e não conseguimos estar muitos juntos sem que as coisas descambem. O caso foi um movimento de fuga de muitas pessoas e como muitas delas eram negras pensou-se “estão a repetir os arrastões que existiam no Brasil” e depois passaram uma série de entrevistas de pessoas brancas a dizer “ai, corri pela minha vida” e nenhuma foi roubada.”

E Patrícia Moreira: “Eu lembro-me de uma notícia que já foi há anos, em que noticiaram que tinha havido um arrastão numa praia. E disseram que eram pessoas racializadas e

apareceram essas imagens. Mas foi só uma situação de confusão em que as pessoas começaram a correr. No livro *Um Preto muito português* (2017), a autora fala desse acontecimento e relembra que no meio dessa confusão estavam também pessoas brancas a correr, mas que a imagem que apareceu nas notícias era um grupo de negros a correr e assumiu-se que era um arrastão.”

Outro dos padrões identificados foi a **utilização de marcadores étnicos** quando a pessoa negra surgia num contexto negativo e o apagamento quando o contexto era positivo. Mariama exemplifica: “Nós só somos portugueses quando ganhamos coisas por Portugal como os atletas – Nelson Évora, Patrícia Mamona – eles são “bons portugueses”, mas só nesses momentos. Ou és português ou és preto, depende do que estás a fazer.”

O maior escrutínio e o **reforço de estereótipos pelos *media*** para com pessoas negras foram igualmente identificados e foram dados como exemplos as notícias sobre Mamadou Ba e a cobertura da candidatura de Joacine Katar Moreira.

Mariama contrasta esta cobertura com a dada a André Ventura: “O Mamadou Ba está sempre a ser difamado pelos *media* e porquê? Porque é um homem negro que diz a verdade na cara e dói. E expõe muita gente então é um alvo a abater. Esta campanha massacrante nota-se muito nos textos de opinião. Isto mancha mesmo a imagem dele e há pessoas a dizer que não gostam dele sem saber bem porquê. A Joacine foi igual, os *media* fizeram uma campanha horrível contra ela. Depois existe o tempo de antena que se dá ao André Ventura e a pessoas como o Mário Machado [fora das notícias] que foi a um programa em *prime time*.”

Patrícia Moreira dá igualmente o exemplo de Joacine como um momento em que o escrutínio foi maior do que a outros políticos na mesma situação e a imagem passada foi mais negativa: “Joacine Katar Moreira era mostrada ao público através de imagens escolhidas em que ela estava exaltada ou com uma cara pouco simpática. Havia um interesse pela vida pessoal dela e não pelo programa político. As imagens pareciam selecionadas a dedo para reforçar uma imagem estereotipada da mulher negra raivosa e nervosa. Ela está num espaço onde não é esperado que ela esteja e recebe reações pouco simpáticas. Parece que a pessoa negra não tem espaço para erro, parece que não podemos errar. Mas todos cometemos erros, somos humanos.”

A termos de **reforço de estereótipos**, Paula Cardoso identifica duas narrativas dominantes nos *media*: “Nas redações consegue perceber-se que o olhar para a comunidade negra em

Portugal é estigmatizante porque as temáticas colhidas têm a ver com exclusão ou superação. A exclusão reafirma a narrativa de inferioridade e o extremo vai ao encontro da narrativa da meritocracia que diz que todos conseguimos fazer tudo se tivermos mérito, então vêm os exemplos da Oprah e do Obama e cá o Johnson que tem a academia na Amadora”.

Paula acrescenta que este reforço de estereótipos é indissociável da seleção de narrativas: “Isto reforça muito os estereótipos – escolhe trazer-se o tiroteio e o crime, mas nunca histórias comuns, nem seres pensantes para integrar colunas de opinião nem fontes que possam dar opinião. A imagem que se cria sobre esta população é a de que vivem em bairros problemáticos, são violentas, que não trabalham e que são subsídio-dependentes e de que não somos portugueses, não há uma naturalização da pertença negra neste país. Isto reforça a ideia de que não temos uma existência humana, de que estamos à margem dessa existência.”

O reforço dos estereótipos exponenciado pela forma como as notícias são distribuídas pelas redes sociais foi uma problemática apontada por Ana Paula e Paula Cardoso. Ana Paula diz que, embora nos *media* portugueses exista “uma sensibilização para falar de minorias sociais em geral” sempre que se trata de “um tema sensível como criminalidade ou passar medidas em Parlamento sobre racismo há um aproveitamento para criar tensão social; especialmente pela falta de financiamento [no jornalismo] e a busca por cliques se sabem que matéria tendenciosa e racista tem mais acesso. Há pesquisas que demonstram que ódio e polémicas são muito mais consumidos.”

Paula Cardoso reforça o impacto que isto teve nos títulos das peças mesmo alterando pouco ou nada o conteúdo do corpo do texto: “Os estereótipos são reforçados nos títulos, especialmente com as redes sociais em que se pretende uma reação à publicação, nota-se que existe uma distorção a partir dos títulos daquilo que é o conteúdo – que até é bastante equilibrado e de acordo com critérios jornalísticos e o título é mesmo para incendiar. Os *media* em vez de assumirem uma posição de informar e esclarecer a opinião pública navegam na onda do polémico e do polarizado. O discurso de ódio começa a ser acolhido mesmo que o jornalista nunca tenha dito que concorda com essa narrativa.”

A forma como o **racismo nos meios de comunicação portugueses é negado** quando a situação se passa em Portugal e reconhecido quando se passa no estrangeiro, bem como a forma como os meios de comunicação internacionais reconhecem racismo em Portugal de

uma forma que os *media* nacionais não o fazem foi outro dos padrões identificados pelos entrevistados.

Mariama exemplifica: “Eu gosto muito da *Al Jazeera* e é um bom exemplo para ver como falam de Portugal e como Portugal fala de si próprio – é completamente diferente, eles vão mesmo com o dedo à ferida e não falaram do Candé sem falar do passado colonial português. Como é que lá fora têm essa percepção e cá dentro não? Não se quer é falar. Acho que é mais isso.” E António: “Nos painéis de comentário houve muito esta questão de pintar os EUA como a exceção, como se o racismo no século XXI fosse um fenómeno dos EUA e se acontecer na Europa não é em Portugal porque as pessoas negras estão integradas, mas depois contam-se pelos dedos o número de comentadores negros que são chamados para debater temas sobre racismo e muito menos temas que não são sobre racismo.”

Paula Cardoso identifica o mesmo contraste na cobertura da morte de Floyd e casos de violência em Portugal, como o de Giovanni Rodrigues: “A cobertura dos acontecimentos que acontecem lá fora é feita sem meias palavras. No caso do George Floyd, os *media* não têm problemas em dizer que houve violência policial racista, que há racismo, que existem desigualdades históricas; não há hesitação. Em Portugal há muitas interrogações. Se o Giovanni morreu então não vamos tirar conclusões precipitadas que aquilo foi só uma rixa e não houve nenhum fator racial envolvido.”

Em específico, **sobre o jornal Público** são apontados sinais de melhoria em comparação ao panorama geral, especialmente pela contextualização que oferece e recurso a narrativas mais cuidadas e na primeira pessoa.

Nas palavras de Mariama: “Nota-se que têm uma abertura diferente para estes casos, foi por isso que eu também escrevi para o jornal. E têm jornalistas como a Joana Gorjão Henriques que fez um trabalho incansável sobre esta temática e acho que, de alguma forma, contribui para que no jornal as peças sobre racismo não sejam feitas de forma descuidada. Ela tem uma ligação muito próxima à comunidade e sabe das nossas lutas, ela não é só uma jornalista que escreve pontualmente sobre isto.”

Paula Cardoso destaca igualmente o trabalho da jornalista: “O Público, embora às vezes seja uma no cravo e outra na ferradura, é o único que vai trazendo vozes alternativas, mas muito por ação da Joana Gorjão Henriques. É importante perceber que há uma profissional que se bate para que estas temáticas tenham espaço e mesmo assim eu imagino as recusas que vai tendo no processo. Nós nunca vemos o que fica de fora.”

No final de cada entrevista, foi perguntado **o que se pode fazer para uma melhor representatividade jornalística da comunidade negra**. As respostas apontam para a inclusão de jornalistas negros e pessoas negras na redação e bastidores e uma maior imparcialidade na procura dos factos em vez de precipitação para estereótipos. Estas últimas foram destacadas por Mariama e Patrícia.

Capítulo 5 – A cobertura das mortes do Bruno Candé e George Floyd no jornal Público

5.1 Contexto da análise

O movimento BLM tem como basilar chamar à atenção para a insensibilidade coletiva perante a perda de vidas negras e para a tendência de culpabilização da vítima pela própria morte; tendo começado com foco nos sistemas judicial e policial norte-americanos e alertando atualmente para a discriminação estrutural da comunidade negra nas diversas esferas da sociedade e em vários países.

A morte de George Floyd reacendeu o movimento, tornando todas as questões que pudessem ser abstratas para alguns – violência policial desproporcional contra homens negros nos EUA e a impunidade da polícia – em algo bastante concreto: o vídeo da morte de George Floyd que circulou *online* por quase todos os cantos do mundo.

O vídeo mostra Derek Chauvin, um dos quatro polícias que detiveram George Floyd, a pressionar o joelho do homem de 47 anos, por oito minutos e 46 segundos, enquanto este diz “não consigo respirar”. Os quatro polícias foram despedidos na manhã seguinte por terem usado uma manobra não autorizada que acabou por matar Floyd. George Floyd estava desarmado e a ser detido por corresponder à descrição de um suspeito que havia alegadamente utilizado uma nota falsa de 20 dólares (Reuters e Público, 2020).

O clima de exaustão provocado na comunidade negra norte-americana pela repetição destes casos – homens negros mortos por polícias brancos por crimes mínimos, muitas das vezes, alegados crimes – fez com que George Floyd reacendesse o movimento BLM e este tivesse repercussões significativas dentro e fora dos EUA (Público, 2020; Silverstein, 2021).

Existem alguns analistas que relacionam este momento de explosão do movimento BLM, que contou com um apoio notoriamente mais forte por parte de pessoas brancas - em comparação com o pico após a morte de Michael Brown - com o impacto desproporcional

que a covid-19 teve na comunidade negra norte-americana: quer a nível de número de mortes, um reflexo das desigualdade de acesso a cuidados de saúde, quer no impacto na perda de postos de trabalho e na maior possibilidade de infeção por tendencialmente ocuparem postos de trabalho precários e essenciais (David Robinson, 2020; Fernández-Kelly, 2020; Stewart, 2020).

O sentimento coletivo de incerteza e isolamento após meses de medidas de confinamento social fez com que o vídeo da morte de Floyd fosse visto várias vezes e isso teve um forte impacto na reação das pessoas (Fernández-Kelly, 2020).

Em Portugal, o gatilho para uma maior força no movimento BLM foi, dois meses depois do assassinato de Floyd, o assassinato de Bruno Candé, um homem negro de 39 anos, por Evaristo Marinho, um homem branco de 76 anos, em Loures, na Avenida de Moscavide. Evaristo disparou sobre Candé seis vezes e várias testemunhas ouviram insultos racistas dias antes do assassinato, durante uma discussão por causa da cadela de Candé, que o acusado admitiu ter proferido à Polícia Judiciária, mas que negou em Tribunal (Henriques, 2021).

Entre estes insultos, as testemunhas relatam coisas como: "Preto, vai para a tua terra!", "volta para a sanzala!", "Fui à tua mãe e àquelas pretas de merda todas!" e "'Tenho armas do Ultramar em casa e vou-te matar" (Ventura, 2020).

Evaristo Marinho foi condenado pelo Tribunal de Loures a 22 anos e nove meses de prisão por homicídio com motivação de ódio racial e posse ilegal de arma; a presidente do coletivo de juízes deixa claro que "há uma manifestação exteriorizada de sentimentos completamente contrários a princípios básicos da nossa comunidade", referindo-se aos insultos proferidos e às motivações racistas do crime (Henriques, 2021).

A comprovação de motivação racial do crime trouxe memórias da morte de Alcindo Monteiro e, em comparação com a condenação do grupo de skinheads que agrediu e matou o jovem português de origem cabo-verdiana, foi vista como um sinal de progresso; sendo que, a motivação racista do crime não foi agravante para a condenação no caso de Alcindo (Rapazote, 1997).

Por outro lado, contrariando o reconhecimento do crime como racista e as discussões que se abriram sobre discriminação racial na sociedade portuguesa, existem as visões de

negação de racismo e acusação de invenção do mesmo ou as que reconhecem que racismo existe, mas optam por reforçar "não ver cor," mas sim um crime.

A primeira é representada, por exemplo, pelas declarações de André Ventura após a morte de Bruno Candé: "Não há neste caso um pingo de racismo (...) é uma tragédia, como seria o assassinato de um branco ou de um chinês (...) “Acabem lá com essa ladainha habitual do racismo. Não somos um país racista! Nada neste homicídio aponta para crime de ódio racial”. A segunda não vai tão longe, mas sente necessidade de reforçar que se fosse com um branco seria igualmente grave.

É neste contexto misto de um partido de extrema-direita com representação parlamentar, negação da importância da cor da pele em situações de discriminação racial, narrativas de racismo inverso e discussões sobre o passado colonial português e o impacto deste nas atuais formas de racismo, quer *online* quer no espaço físico, que surge o presente relatório de estágio.

5.2 Análise de notícias – metodologia

As notícias selecionadas para análise foram recolhidas através da opção de filtragem do motor de pesquisa do *website* do Público e da seleção de um período temporal, utilizando o calendário do *website*. No motor de pesquisa foram utilizadas as palavras de pesquisa “Bruno Candé” e “George Floyd”, o que significa que as peças jornalísticas analisadas correspondem a todas as que mencionam o nome de um dos sujeitos – apenas foram excluídas as peças jornalísticas que têm o nome associado como palavra-chave, mas que não consta no corpo do texto; algo que ocorre quando o nome é mencionado numa notícia recomendada, mas não no corpo da notícia em análise.

No calendário foram selecionados, mensalmente, os intervalos correspondentes ao período de estágio; para cada nome, foram analisados três períodos temporais distintos: 1 de julho a 31 de julho, 1 de agosto a 31 de agosto e 1 de setembro a 31 de setembro.

Foram analisadas um total de 100 peças jornalísticas – excluindo as três notícias em que George Floyd e Bruno Candé são mencionados em simultâneo³². A análise da amostra foi efetuada separando os dois acontecimentos: primeiro as peças jornalísticas relativas a

³² Estas foram, por ordem cronológica: [Manifestação por Bruno Candé: “Existe muita gente racista e é importante mostrar que estamos fartos”](#) de Joana Gorjão Henriques, [Enquanto o país nega, Evaristo mata](#) de Mamadou Ba e [Um alerta, que devia ser geral](#) de Santana Castilho.

Bruno Candé e depois a George Floyd. Deste modo, apenas por uma questão de ordem, as três peças foram retiradas do grupo referente à análise da cobertura da morte de Floyd.

As categorias de análise foram selecionadas com o objetivo de aferir se a representatividade da comunidade negra no jornal Público, considerando a cobertura das mortes de Bruno Candé e George Floyd, é semelhante ou se distingue dos padrões identificados nos *media mainstream* em geral, exploradas no Capítulo 4.

Considerando que o objetivo da presente análise é comparar os padrões de representatividade identificados nos *media mainstream* em geral com a cobertura do jornal Público, algumas das categorias, à medida que fomos avançando na pesquisa, tornaram-se acessórias ou demasiado ambiciosas e, por isso, não aparecem aqui descritas. Estas foram as categorias consideradas para análise final:

- ID – Esta é uma categoria identificadora, tal como a secção “título”.
- Género jornalístico – Nesta secção de análise encontram-se subsecções como “notícia”, “crónica”, “opinião” ou “reportagem” (Correia J. C., 2011, pp. 28-30); com o objetivo de compreender a relação entre o género jornalístico e o conteúdo da peça e aferir que espaço para aprofundar os acontecimentos em análise existiu (em reportagens, por exemplo).
- Fontes citadas – Consideram-se fontes jornalísticas “todos os agentes sociais dispostos a colaborar com os jornalistas no fornecimento de material informativo considerado de interesse pelos jornalistas” (Correia J. C., 2011, p. 93). Não se consideram fontes jornalísticas, por exemplo, autores de livros citados em textos de opinião. O principal objetivo é compreender quem conta ou contribui para relatar as experiências da comunidade negra. Considerando que esta categoria isolada informaria apenas quais as fontes e não se incluem pessoas negras, foi criada a secção de análise “Fontes da comunidade negra”.
- Racismo como “tema principal” e “tema secundário” - Considerando aquilo que quem redige a peça pretende destacar sobretudo seguindo a estrutura da pirâmide invertida (Correia J. C., 2011, p. 46).
- Características da peça jornalística – Esta categoria é relativa ao posicionamento da peça jornalística. O tom da peça foi identificado considerando o conteúdo e estrutura desta e definindo-o com uma palavra (University of South Australia, 2017) – neste caso: antirracista, denúncia de racismo, neutra ou negação de racismo.

As peças consideradas antirracistas são aquelas que abordam o racismo como institucional e estrutural e não as que mencionam e denunciam o ato racista como isolado e moralmente condenável – essas serão catalogadas como “denúncia de racismo”.

- Marcadores étnicos – O objetivo desta categoria é aferir quais os marcadores étnicos utilizados na peça jornalística – por exemplo, “negro” ou “afro-americano” – e com que propósito.
- Fotografia – A análise das imagens utilizadas prende-se com a importância do impacto visual do leitor que poderá contribuir para o recálque da imagem mental automática que tem de uma determinada minoria social.

Após a categorização, as peças jornalísticas foram analisadas procurando responder às questões:

- Quantas notícias são neutras, antirracistas, denunciadoras de racismo ou que negam racismo?
- Quantas peças incluíram pessoas negras como fontes jornalísticas? Com que propósito?
- Quantas foram escritas por pessoas negras? Quem são? Já alguma vez escreveram para o jornal sem ser sobre racismo?
- O racismo é quantas vezes tema principal e quantas tema secundário?
- Quantas vezes foram utilizados marcadores étnicos e com que propósito?
- Que imagens são utilizadas nas peças jornalísticas?

Para além da análise geral, foram selecionadas peças jornalísticas para uma análise individual mais profunda, essencialmente por dois motivos: serem diferentes da maioria e/ou terem um impacto no leitor e influência interna no jornal – considerando aqui peças de jornalistas que se destacam em determinado tema ou textos editoriais.

5.3. Apresentação de resultados e análise crítica

- **Quantas peças jornalísticas são neutras, antirracistas, denunciadoras de racismo ou que negam racismo?**

	Antirracistas	Neutras	Denúncia	Negação	Total do mês
Candé julho	5	8	8	0	21
Candé agosto	8	3	5	1	17
Candé setembro	1	1	1	0	3
Floyd julho	3	16	7	1	27
Floyd agosto	8	12	3	0	23
Floyd setembro	1	3	5	0	9
	26 (14+12)	43 (12+31)	29 (14+15)	2 (1+1)	100 – Total de peças

No geral, das 100 peças jornalísticas em análise: 43 foram classificadas como neutras, 29 de denúncia de racismo, 26 antirracistas e 2 de negação de racismo.

A cobertura da morte de Bruno Candé foi menos extensiva que a dedicada à morte de George Floyd, com 41 peças jornalísticas e 59; respetivamente. Estes números vão de acordo com a perceção dos entrevistados de que o assassinato de Candé foi pouco falado na imprensa – especialmente considerando que o método de filtragem de notícias foi o mais abrangente possível: bastava a menção do nome “Bruno Candé” para a notícia ser considerada para análise. Ainda assim, 41 peças jornalísticas em três meses com um decréscimo significativo apenas no terceiro mês de cobertura não é uma cobertura reduzida, especialmente considerando que o tempo de atenção geral dado a um acontecimento marcante é de apenas sete dias (Owen, 2019).

O número de peças associadas ao assassinato de Floyd pode ter sido inflacionado pelo contexto político pré-eleitoral norte-americano e pela morte de Jacob Blake, morto pela polícia de Kenosha, Wisconsin, a 23 de agosto de 2020.

A termos qualitativos, **26 das 100 peças foram consideradas antirracistas e apenas duas de negação de racismo**. As duas peças de negação de racismo foram consideradas como tal pois afirmam que Portugal não é um país racista mesmo que não neguem a existência de racismo em relações interpessoais. Uma foi o texto de opinião [Crime e Preconceito](#) de António Barreto em que o autor argumenta que Portugal não é um país racista pois existem leis sólidas que não permitem tal discriminação (Barreto, 2020). A outra foi um texto de

opinião de João Tiago Proença, [Iconoclastia e política: a moral sem história](#), crítica da decisão da HBO de contextualizar filmes como *E Tudo o Vento Levou* para evitar preconceitos racistas, uma opinião que não é racista nem negadora de racismo, mas que leva o autor a abordagem pós-racial que retrata o mundo como um lugar onde o racismo existe apenas de forma pontual e que chamá-lo de “‘sistémico’ ou ‘estrutural’” serve para “repor a ideia de uma totalidade má” (Proença, 2020) sobre o passado.

A notícia sobre André Ventura e o partido Chega terem organizado uma [manifestação para clamar “Portugal não é racista”](#) não foi considerada como “negação de racismo” pois o jornal não demonstra em qualquer parte da peça jornalística que se alinha com o que está a reportar, nem se verificam sinais de legitimar a manifestação, por exemplo entrevistas a participantes ou qualquer tentativa de validar as reivindicações.

Estas duas formas de legitimação ocorreram nas manifestações que se seguiram à morte de Bruno Candé; mesmo que a contextualização não fosse extensa, as entrevistas a participantes nos protestos e não a pessoas de fora **quebram a tendência do “paradigma de protesto”** (Bell, 2017; Umamaheswar, 2020) e permitem relatos na primeira pessoa da comunidade negra – embora nem todas as pessoas que participaram nos protestos fossem negras.

Embora a cobertura não tenha contribuído para o reforço dos padrões de representatividade identificados, no sentido de quebrar o paradigma do protesto, é relevante olhar de forma crítica para os **43% de peças jornalísticas neutras**.

	Notícias	Crónica/Opinião	Reportagem	Outros
Candé julho	10	9	2	0
Candé agosto	5	9	2	1
Candé setembro	2	1	0	0
Floyd julho	21	2	1	3
Floyd agosto	19	1	2	1
Floyd setembro	9	0	0	0
TOTAL	66	22	7	5

	Antirracista	Denúncia de Racismo	Neutra	Negação de Racismo
Notícia	0+1+0+2+5+1=9	2+1+1+7+3+5=19	8+3+1+12+11+3=38	0+0+0+0+0+0

Crónica/Opinião	4+5+1+0+1+0=11	5+3+0+0+0+0=8	0+0+0+2+0+0=2	0+1+0+0+0+0=1
Reportagem	1+2+0+1+2+0=7	1+0+0+0+0+0=2	0+0+0+0+0+0	0+0+0+0+0+0
Outros	0+0+0+0+0+0	0+1+0+0+0+0=1	0+0+0+2+1+0=3	0+0+0+1+0+0=1 ³³

Os gráficos permitem verificar que a existência de uma maioria de peças jornalísticas neutras não se traduziu numa posição acrítica sobre o tema – sendo que, das 43 peças neutras, 38 são notícias (88%), um gênero jornalístico característico pela neutralidade (Correia J. C., 2011) e não um forte indicador da tomada de posição do jornal; ao contrário de peças como texto de opinião – das quais 11 (50%) foram antirracistas e 8 denunciadoras de racismo.

As nove notícias antirracistas estão distribuídas de forma desigual entre os dois acontecimentos em análise: 8 são relativas a George Floyd e uma a Bruno Candé. As notícias consideradas antirracistas são as que associaram o acontecimento individual a uma sociedade estrutural e institucionalmente racista - representada pelo acontecimento particular relatado, mas que o transcende. Destas oito, sete mencionaram a morte de George Floyd em associação ao racismo e apenas uma tinha como tema principal a morte de Floyd, onde se fez menção à violência policial desproporcional contra pessoas negras nos EUA. A notícia [*George Floyd pediu aos policiais para não dispararem antes de morrer. “Não sou má pessoa”*](#) escrita por Hélio Carvalho, termina com:

“A morte de George Floyd às mãos de agentes de autoridade, gravada e espalhada pelo mundo, motivou uma onda de protestos pelos Estados Unidos e pelo mundo, contra a discriminação policial contra a comunidade negra. Os protestos evoluíram em várias partes do mundo para manifestações contra monumentos e sítios que homenageiam figuras associadas ao colonialismo e à escravatura”(Carvalho, 2020).

O mesmo padrão não se verificou nas notícias associadas à cobertura da morte de Bruno Candé, onde predominam os textos de opinião antirracistas: dos 11 textos de opinião antirracistas, apenas um é relativo à cobertura da morte de George Floyd.

Este contraste é revelador de como é mais fácil e comum nos *media mainstream* portugueses identificar e expor situações de racismo estrutural e institucional nos EUA do

³³ Cada parcela da conta de somar corresponde a um mês de análise, respetivamente: Julho, Agosto e Setembro sobre Candé e Julho, Agosto e Setembro sobre Floyd.

que reconhecer a mesma situação em Portugal – no caso de Floyd esta informação é considerada objetiva e clara o suficiente para surgir em formato de notícia e no caso de Candé requer uma análise e reflexão reservada para os espaços de opinião.

Curiosamente, a notícia antirracista associada à morte de Bruno Candé foi precisamente a apresentação de uma carta aberta a pedir ação ao poder político português contra o racismo e a denunciar a “negação e inação sistemáticas” como “leito da impunidade do racismo que tem escalado para níveis a que já nos tínhamos desabitado” (Lusa, 2020), lê-se na citação da carta em destaque na entrada da peça [“O silêncio é cúmplice.” Carta aberta pede ação política para combater racismo em Portugal.](#)

Em relação a opinião/crónica, na cobertura da morte de Bruno Candé, o reconhecimento do racismo como algo relacionado com o passado colonial e o seu reconhecimento como um processo histórico de dinâmicas de poder está presente em [Semeando dentes de dragão](#) de João Figueiredo; e a defesa de que o racismo não é meramente interpessoal e pontual mas uma ameaça à democracia verifica-se em [Um alerta, que devia ser geral](#) de Santana Castilho, onde relembra, entre outros casos, o assassinato de Alcindo Monteiro e o de George Floyd.

- **O racismo é quantas vezes tema principal?**

Das 100 peças, 37 abordam o racismo como tema principal: 24 na cobertura relativa a Bruno Candé e 13 relativas a George Floyd. Embora em minoria, qualitativamente, o racismo foi tratado como tema principal em peças jornalísticas que pesam no momento de escrever em nome do jornal: em ambos os editoriais, identificados na amostra considerada, o racismo foi tema predominante e o acontecimento como crime ficou secundarizado – algo que demonstra o reconhecimento de que o assassinato de Bruno Candé foi fruto de um problema maior do que o ato criminoso isolado.

No editorial [Bruno Candé Marques, 39 anos, três filhos](#) de Ana Sá Lopes, a diretora-adjunta do jornal, ao invés de escrutinar o passado de Candé e encontrar um motivo para o assassinato (Fakunle, 2016; Kulaszewicz, 2015), humanizou Candé descrevendo-o como pai de três filhos no título e não hesitando em chamar racista a quem o matou e apelando à aferição cuidada de se este foi ou não um ato racista, na entrada do texto: “O assassino de Bruno Marques era um racista. O caso tem de ser investigado até às últimas consequências” (Lopes, 2020).

Embora Ana Sá Lopes ressalve que, na altura da publicação, não estava provada a motivação racial do crime, destaca as citações da família sobre o crime, bem como de Joacine Katar Moreira, Amnistia Internacional e SOS Racismo; contrastando estas com as da PSP e André Ventura no Twitter. A autora conclui:

“A verdade é que não sabemos. Sabemos apenas, segundo informação da família, que o assassino era um racista. Mas temos de saber se assassinou Bruno Candé Marques por causa dos seus preconceitos sobre a cor da pele ou se o fez por outra razão. Agora, o tempo é da Justiça e o caso do assassinio às 13 horas da tarde em Moscavide tem de ser investigado até às últimas consequências” (Lopes, 2020).

No sentido de humanizar a vítima tendencialmente culpabilizada pela própria morte, de modo a que ela exista fora da cena do crime (Kulaszewicz, 2015), embora não seja um editorial nem tenha como tema principal o racismo, destaca-se a sentida crónica de Vítor Belanciano, [*Obrigado, Bruno Candé*](#), que escreveu para a *Ípsilon*; na qual recorda o homem que conhecia com base nas poucas vezes em que estiveram juntos, com detalhes que ficam despertam empatia no leitor como *Ne me quitte pas* de Jacques Brel ser a canção preferida de Candé e passagens fáceis de visualizar.

Na entrada do texto, Belanciano marca o tom da crónica e não exclui o racismo da conversa: “O ódio tirou-lhe a vida. Na actividade teatral, com a Casa Conveniente, lutou por outros modos de existência, acreditando nas hipóteses transformadoras da arte” (Belanciano, 2020). O racismo, sobretudo a negação deste em Portugal, surgem a meio do texto de forma mais evidente.

O editorial de Amílcar Correia, diretor-adjunto do jornal, com título [*O racismo é um apêndice na Justiça*](#), fala do assassinato de Candé como retrato da negação do racismo na Justiça portuguesa. O editorial resume-se, à semelhança de todos os textos analisados até agora, seguindo a estrutura da pirâmide invertida, na entrada da peça: “Um racista quase só é condenado em Portugal se assassinar um negro nas ruas do Bairro Alto e pertencer claramente a organizações ideologicamente associadas ao ódio racial.” O primeiro parágrafo tem o mesmo efeito, mas é mais claro em evidenciar a presença de racismo em esferas da sociedade como a Justiça:

“Ninguém pode garantir que Bruno Candé estaria vivo se fosse branco. Mas há quem possa garantir que está morto por ser negro. Pretender varrer o tema para debaixo do tapete, com a generosidade do nosso luso-tropicalismo, tem sido a

prática constante, para evitar o confronto com a nossa incapacidade de integrar há vários séculos portugueses ciganos ou negros. Este exercício de avestruz é transversal. As condenações que envolvam motivação racial são muito raras na Justiça portuguesa e poderão existir várias razões para tal” (Correia A. , 2020).

Para além do pequeno, mas significativo destaque do racismo como tema principal nos editoriais, o jornal chama à atenção para o racismo mesmo quando o tema principal é outro. Esta, a meu ver, é uma prática positiva para a representatividade da comunidade negra pois demonstra que o racismo não existe apenas quando um ato extremo e isolado ocorre, permanecendo na agenda mediática.

Um dos exemplos deste tipo de peças é a notícia [*As vidas negras importam na 14.ª edição do MOTELX*](#), escrita por Rodrigo Nogueira, que divulga a programação do MOTELX, um festival de cinema de Terror em Lisboa, onde se destaca, de toda a programação, um ciclo de cinema dedicado ao racismo. Por um lado, esta série de filmes poderia não estar incluída no festival se Floyd e Candé não tivessem sido mortos; por outro lado, o jornal poderia ter escolhido não focalizar a notícia nestes filmes me específico.

Num outro contexto, a peça [*Porque é tão difícil quebrar as cadeias de transmissão na região de Lisboa?*](#), escrita por mim e pela Sofia Neves, menciona como os protestos BLM não tinham resultado num aumento dos casos do novo coronavírus nos locais onde decorreram; neste caso, a preocupação era desmistificar um mito prejudicial a um movimento legítimo e necessário mantendo o foco da notícia na covid-19.

- **Quantas peças incluíram pessoas negras como fontes? Com que propósito?**

Do total da amostra, 30 peças incluíram pessoas negras como fontes jornalísticas. Estas fontes foram: familiares das vítimas, manifestantes, ativistas antirracistas e figuras políticas. Este é um número influenciado pelo facto de fontes oficiais (políticos, polícia, académicos e especialistas, por exemplo) na sociedade portuguesa serem tendencialmente brancos e/ou por serem estas as fontes que os jornalistas têm como mais acessíveis e que, por sua vez, recomendam a outros colegas - o ciclo segue e as fontes não mudam - um processo destacado por Paula Cardoso na entrevista individual realizada para o presente relatório.

Numa perspetiva qualitativa de análise dos relatos na primeira pessoa, o padrão de desvalorizar testemunhos de pessoas negras e/ou contrapor as experiências com outros

factos foi diretamente contrariado por peças jornalísticas como [*Patrícia, Ricardo e Mariana não têm o “luxo de não saber” o que é o racismo*](#), uma peça multimédia acompanhada de texto que junta os testemunhos dos três jovens sobre ser-se negro em Portugal, sem interrupções ou tentativas de explicar por eles o que sentem por experiência vivida; ou o testemunho construído a partir da entrevista a ativista Mariama Injai (Afromary) intitulada [*“As pessoas não aceitam que haja uma portuguesa negra. Começa aí o nosso sentimento de não-pertença”*](#) – ambas para o P3.

Destacam-se igualmente as entrevistas feitas a manifestantes negros nos protestos antirracistas que decorreram após a morte de Bruno Candé, semelhantes e em parte impulsionados pelos protestos após a morte de Floyd.

Na reportagem ambiente da manifestação em Lisboa, escrita por Joana Gorjão Henriques, predominam a recolha de testemunhos de protestantes e o destaque de situações que evidenciam a existência de racismo em Portugal e a sua relação com a morte de Candé; contrariando o “paradigma do protesto” (Bell, 2017; Umamaheswar, 2020). Por exemplo, a citação que compõe o título e aparece mais tarde no corpo do texto; o testemunho de Ana Cardoso de 28 anos, assistente administrativa: “É impensável que em 2020 ocorra um crime tão hediondo e é impensável que haja justificações. Existe muita gente racista e é importante mostrar que estamos fartos (...) Não é justo que certas situações ocorram por causa da nossa cor de pele. Tenho situações de racismo, mas qualquer pessoa aqui tem e isso não devia ocorrer. E as pessoas à nossa volta dizem, ‘mas’. Não há justificação para que se desrespeite o outro por causa de uma diferença” (Henriques, 2020).

Ou testemunhos como o de Eneida Andrade de 27 anos que destaca a luta constante das pessoas negras: “Somos negros e queremos igualdade (...) Porque continuamos a ser perseguidos, odiados? Por isso estou aqui, a sociedade precisa de reflectir sobre isso. Não nos vamos calar. Temos que dar a voz e mostrar que não vamos pactuar com isso. Vamos lutar: ser negro é lutar, ser resiliente” (Henriques, 2020). Ou o testemunho de Mamadou Ba que relembra o caso de Alcindo Monteiro: “um “homem negro foi morto por ser negro”. “Se há 25 anos um homem negro foi morto pela sua cor da pele [Alcindo Monteiro] à noite, em 2020 há homens negros que são mortos à luz do dia apenas por serem negros. Isto tem responsáveis. É a banalização do racismo, a naturalização do discurso do ódio. Mostra como o discurso de ódio tem consequências práticas na vida das pessoas” (Henriques, 2020).

A peça aproveitou igualmente para relembrar casos semelhantes que levaram as pessoas à rua: “Esta é a quarta vez que os movimentos contra o racismo saem à rua este ano em Portugal, depois da morte de [Luís Giovanni](#), da agressão de [Cláudia Simões](#), da morte de [George Floyd](#) nos Estados Unidos” (Henriques, 2020), demonstrando que os casos recentes de racismo em Portugal não têm sido poucos mas que a negação do racismo parece estar a diminuir considerando que parte, embora reduzida, da população reconhece racismo nestes atos e se manifesta contra essa estrutura. Mamadou Ba foi citado nesta mesma peça a falar precisamente no aumento de consciencialização para a luta contra o racismo.

Na cobertura da manifestação no Porto, na reportagem ambiente escrita por Ana da Cunha e apresentada no formato de fotogaleria com as capturas de Paulo Pimenta, a autora destaca as experiências individuais de uma manifestante, Mariana Modesto de 17 anos, que sofreu de *bullying* na escola por ser negra e os ditos nos cartazes que chamam essencialmente à atenção para a negação de racismo no país: ““A verdade dói, a violência dói”, “Nós estamos aqui”, “Negar o racismo é racismo”, “Portugal, ‘pai incógnito’ do Ultramar” (Cunha, 2020).

As fotografias dos manifestantes unidos com cartazes, a diversidade de pessoas que se juntaram e os afetos trocados nas imagens geram empatia com a audiência – algo contrário ao verificado nos padrões gerais identificados com focalização desproporcional na violência, embora nenhuma destas manifestações tenha sido violenta, poderiam ter sido selecionadas fotografias de manifestantes agressivos ou zangados.

Em ambas se nota um tom conciliador e de união contra o racismo. Na de Joana Gorjão Henriques logo na entrada do texto e com a citação completa da irmã de Bruno Candé e no segundo parágrafo do corpo do texto: “Estou a ver que não são só os africanos a juntarem-se a esta causa. Está aqui toda a gente. É muito importante estarmos todos juntos. O meu pai é português, branco, a minha mãe é negra: não quero ódio, só queremos chamar a atenção para que tomem medidas para que isto não volte a acontecer e se faça justiça” (Henriques, 2020).

Na de Ana da Cunha é a própria que escreve: “No final da manifestação, ergueram-se punhos no ar - brancos, pretos, de todas as cores -, depois de, sempre que gritado o nome “Bruno Candé” pelo megafone, todas as vozes se juntarem em uníssono para exclamar: “Presente!”” (Cunha, 2020).

A evocação do tom conciliador é benéfica para realçar a importância de uma luta conjunta contra um problema que diz respeito a toda a sociedade e tem impactos reais no acesso a igualdade de oportunidades para pessoas negras; por outro lado, não é um tom positivo como forma de terminar a discussão: não basta congratular os avanços (francamente tardios e que impulsionados à custa de duas mortes violentas) e não prosseguir para mudança concreta.

- **Quantas foram escritas por pessoas negras? Quem são? Já alguma vez escreveram para o jornal sem ser sobre racismo?**

Das 100 peças, apenas duas foram escritas por pessoas negras – Luísa Semedo e Mamadou Ba, que escrevem ocasionalmente para o jornal como convidados.

Luísa Semedo é atualmente docente na Universidade Clermont-Auvergne onde leciona a cadeira de Criação e Gestão de Associações e ONG. A escritora e académica nasceu em Lisboa em 1977, filha de mãe portuguesa e pai cabo-verdiano, onde viveu até aos 24 anos no Bairro da Serafina, antes de emigrar para França onde se tornou doutorada em Filosofia pela Universidade Paris-Sorbonne, na especialidade Filosofia Política e Ética (Afrolink, 2020). Luísa Semedo ganhou prémios por obras literárias publicadas e foi cronista em vários meios de comunicação (Afrolink, 2020). Semedo é cofundadora da [Migracult](#), um projeto de curadoria e divulgação do “enriquecimento cultural e social produzido pela migração”, desde filmes a exposições fotográficas passando por concertos.

Luísa Semedo foi, até fevereiro de 2020, presidente do Conselho Regional da Europa (CRE) das Comunidades Portuguesas, cargo do qual se demitiu considerando “não reunir as condições necessárias para continuar a representar a totalidade das Conselheiras e Conselheiros” perante a imposição protocolar “de convite a todas as Deputadas, Deputados e partidos com assento parlamentar” pois inclui André Ventura que “representa um partido que se ataca aos direitos das mulheres, das pessoas ciganas, negras, muçulmanas, das pessoas LGBT, aos direitos dos refugiados, que propaga incitação ao ódio, que se ataca de forma descomplexada no seu programa aos valores de Abril, aos sindicatos, que tem pretensões de elaborar mudanças radicais na nossa Constituição, de implementar uma nova “República” e que abriga no seu seio fascistas e nazis”; a quem não reconhece “legitimidade” por ser “fruto de uma anomalia, de uma falha do nosso sistema democrático” acrescentado que “o racismo, o fascismo, o nazismo, o sexismo, a homofobia

não são opiniões, são crimes” (Semedo, 2020). A carta de demissão foi [publicada na íntegra](#) pela própria no seu perfil de Facebook.

O texto de opinião que Luísa Semedo escreveu para o Público a propósito da morte de Bruno Candé tem o título [Negar o racismo é racismo](#) e reflete sobre como a negação do racismo é uma forma racista de negar as experiências históricas e estruturais bem como atuais e interpessoais das pessoas negras, algo que sintetiza na entrada do texto e relaciona de forma explícita com o assassinato de Candé no primeiro parágrafo do corpo do texto. Na entrada lê-se:

“Enquanto se continua a pôr em causa se há racismo, se há racismo estrutural ou se a sociedade portuguesa é racista anula-se o espaço para a responsabilização, para a reflexão e discussão sobre a mudança, e silenciam-se as vozes das pessoas vítimas de racismo, as suas vivências e as suas propostas para o progresso da Igualdade entre todas e todos os cidadãos em democracia. Negar o racismo é distração e sabotagem” (Semedo, 2020).

E no primeiro parágrafo:

“Após a execução racista de Bruno Candé Marques começou desde logo a cantiga usual: “agora tudo é racismo”, “isto não é racismo”, “o idoso só estava mal disposto”, “acordou do lado errado da cama” ou “talvez se tenha enganado porque vê mal” (verdadeiro comentário). Excluindo o negacionismo deliberado e oportunista, utilizado como arma política e chamariz mediático de profissionais do racismo como André Ventura, este nível delirante de negação é perturbador e é também um sintoma do racismo estrutural que gangrena a sociedade de forma mais ou menos velada para os que dele beneficiam” (Semedo, 2020).

A autora expõe de forma clara a existência de racismo estrutural em Portugal e, para além do grande plano, relata o que descreve como “a cantiga usual” na negação de racismo e citou alguns comentários-tipo: “agora tudo é racismo”, “isto não é racismo”, “o idoso só estava mal disposto”, “acordou do lado errado da cama” ou “talvez se tenha enganado porque vê mal” (verdadeiro comentário)” (Semedo, 2020).

A autora denunciou igualmente a perspetiva “não vejo cores”, tema ao qual dedicou os últimos parágrafos do texto:

“A perversão da chamada cegueira cromática, outra manifestação da negação do racismo, que se verbaliza através dos típicos “eu não vejo raças”, “eu não vejo cores” e, portanto, sou um bom cidadão, é que ao não ver a cor de Bruno Candé Marques também não se pode compreender a sua vida e a sua morte e a influência que a tal cor que não veem exerceu nesse percurso letal. Será assim tão complexo compreender que raças biológicas não existem, que fazemos todas e todos parte da raça humana – ou outras belas frases que se queiram inventar –, mas que as raças existem enquanto construção social e política hierarquizante? (...) Se não se vê a cor, não se vê a hierarquia e não se vê o racismo, e se não se vê o racismo nada é feito para o combater. Negar o racismo é perpetuar o racismo.” (Semedo, 2020).

O segundo texto escrito por uma pessoa negra foi o de Mamadou Ba, dirigente da SOS Racismo há 23 anos e licenciado em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar e titular de Curso de Tradutor pela Universidade de Lisboa (Buala, s.d.). Mamadou é doutorado em Sociologia no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e foi membro fundador de várias associações de combate ao racismo (Buala, s.d.). Recentemente, integrou o grupo de trabalho dos Censos 2021 criado pelo governo pela inclusão da recolha de dados étnico-raciais (Buala, s.d.) – que acabaram por não surgir incluídos.

O texto de opinião de Mamadou Ba tem como título [*Enquanto o país nega, Evaristo mata*](#) e é o único título das 100 notícias analisadas que inclui o nome do criminoso e não o da vítima – uma tendência exposta pela larga maioria dos entrevistados para o presente relatório que a descrevem como forma de proteger o criminoso e expor a vítima ao escrutínio.

A negação do racismo numa perspetiva de “não ver cor” foi igualmente abordada:

“Para quê referir-se a cor da pele do assassino e da vítima? – perguntar-se-ão genuinamente alguns e cinicamente outros. Todos os homicídios de brancos contra negros e vice-versa terão pendor racista? – interrogar-se-ão ainda outros. Se não vivêssemos numa sociedade estruturalmente racista, estas perguntas talvez fizessem sentido. Mas, com tudo o que se sabe sobre as circunstâncias do assassinato de Bruno Candé, estas perguntas não fazem sentido. Perante os testemunhos de quem assistiu à ameaça de morte e aos repetidos insultos racistas de Evaristo Martinho contra Bruno Candé ao longo dos três dias anteriores ao seu

assassinato, não há dúvida de que as motivações do crime são claramente racistas.” (Ba, 2020).

Mamadou expõe rapidez da PSP a negar motivação racista do crime mesmo tendo conhecimento dos insultos proferidos antes do assassinato, bem como o silêncio por parte dos governantes ou qualquer instituição pública em relação à condenação do crime e palavras de solidariedade com a família; relacionado todas estas situações a presença de racismo estrutural nas várias esferas da sociedade portuguesa.

No contexto do presente relatório de estágio é central destacar a reflexão de Mamadou Ba em relação ao papel dos meios de comunicação na cobertura do caso:

“Salvo dignas exceções, houve uma tentativa de construir uma narrativa coletiva sobre o “idoso” treloucado que, por disfunção traumática, matou por acaso Bruno Candé, tal como podia ter morto qualquer um, afastando assim o teor racista e premeditado do crime. (...) Os mesmos órgãos de comunicação social que sempre noticiam em *prime time* e destaque escaramuças que envolvam corpos negros no espaço público, foram incapazes de dar a mesma importância ao assassinato de um homem negro por motivos racistas. Crimes racistas no estrangeiro como os casos de Marielle Franco ou George Floyd abriram noticiários, mas a execução de Bruno Candé foi quase um *fait divers* de *silly season*. ” (Ba, 2020).

Mamadou também reporta que alguma comunicação social “chafurdou na lama” ao dar espaço à partilha por parte de André Ventura de um perfil provavelmente falso de uma utilizadora que acusava Candé de insultar idosos e de ter agredido a mãe da própria.³⁴

Para aferir se alguma vez foram convidados a escrever sobre outras temáticas, foram analisadas todas as peças na secção de autor de cada um.

Desde 2019, Luísa Semedo escreveu 6 textos de opinião e 4 foram sobre racismo – os restantes 2 foram de análise política com um foco no crescimento da extrema-direita em Portugal e nos EUA.

Desde 2016, Mamadou Ba escreveu 24 textos de opinião, dos quais 6 foram escritos em conjunto, e 23 foram sobre racismo; sendo que a carta aberta que escreveu a António Costa

³⁴ A publicação já não existe, mas consegue perceber-se, apesar da fraca qualidade de imagem, na [publicação](#) da conta da Facebook “Chega de Ventura”

em resposta ao primeiro-ministro o ter utilizado como paralelo a André Ventura se foque significativamente no racismo em Portugal.

A existência de apenas duas peças jornalísticas em 100 corresponde ao padrão de falta de jornalistas negros e vozes negras nos *media*, mas os textos terem sido escritos por ativistas contraria o padrão confortável de chamar vozes consideradas conciliadoras que validem a opinião da maioria e permite um entendimento mais profundo do racismo em Portugal no geral e em particular nos dois casos em análise.

Quantas vezes foram utilizados marcadores étnicos e com que propósito?

Das 100 peças jornalísticas analisadas, 63 utilizaram um marcador étnico. Os marcadores “negro” e “afroamericano” foram os mais comuns, respetivamente, utilizados 51 e 14 vezes – contabilizando as notícias que utilizam ambos.

Considerando um total de 66 peças dada a acumulação de mais do que um marcador étnico por peça ou mais do que um significado atribuído ao mesmo, as principais associações à utilização do marcador étnico foram a denúncia de racismo (44%), a associação da pessoa negra a vítima de um crime (41%), ligação a ativismo negro (11%) e citação de insultos racistas (8%).

Esta categoria de análise é fortemente condicionada pela amostra de notícias em análise serem relativas a dois assassinatos, mas serve para demonstrar que o marcador étnico foi utilizado como forma de expor crimes racistas e não apagar insultos proferidos pelo agressor (no caso de Candé); e não como forma de microagressão associada a um contexto negativo de ação por parte da pessoa negra (Dijk, 1993; Fakunle, 2016; Kulaszewicz, 2015; Wodak, 2009)

Que imagens são utilizadas nas peças jornalísticas?

Das 100 peças jornalísticas, 83 apresentam uma fotografia associada. Das 83 peças, 52 utilizaram imagens genéricas – relacionadas com a peça e sem impacto ou destaque particular. As restantes 31 consistiram em: 16 fotografias de manifestações, 7 com a cara das vítimas, 5 de homenagem à vítima (Candé), 1 com uma expressão de racismo, 1 da família da vítima e 1 de figuras de autoridade.

O uso significativo de imagens genéricas demonstra que o jornal não utilizou o fator imagem para uma cobertura mais sensacionalista e procurou compreender e retratar os motivos mais profundos do movimento (Banks, 2018; Stamm, 2010).

As fotografias de manifestações demonstram protestos pacíficos e organizados e a fotografia classificada como “expressão de racismo” é da sede da SOS Racismo grafitada com “guerra aos inimigos da minha terra” utilizada como denúncia de racismo numa notícia com título [“O silêncio é cúmplice.” Carta aberta pede acção política para combater racismo em Portugal](#)”, uma peça classificada na análise como “antirracista”.

As fotografias de homenagens fúnebres a Bruno Candé e as das caras de Floyd e Candé foram uma forma de humanizar a vítima – embora as possam colocar no centro do crime, especialmente por contrastar com a ausência de imagens do assassino, como foi mencionado em algumas das entrevistas individuais.

Deste modo, conclui-se que, embora esta não seja uma análise detalhada do uso de imagem, as fotografias escolhidas para acompanhar as peças jornalísticas não contribuíram para o reforço de nenhum dos padrões de representatividade identificados nem para uma cobertura sensacionalistas dos casos.

Capítulo 6 – Conclusões

Os padrões de representatividade da comunidade negra identificados nos meios de comunicação em geral foram parcialmente identificados no jornal Público, embora seja mais prominente, considerando a amostra em questão, uma quebra com estas representações.

Os padrões de contextualização negativa, falta de contextualização, falta de representatividade quantitativa, o reforço de estereótipos e a linguagem com viés não se verificaram no jornal Público. Por outro lado, verificou-se a falta de jornalistas negros e de fontes jornalísticas não brancas.

A falta de contextualização geral não foi um padrão identificado – menos de metade das notícias analisadas foram neutras e conjuntamente 55% foram denunciadoras de racismo e antirracistas - e peças jornalísticas como as de Joana Gorjão Henriques focalizam-se precisamente em contextualizar o caso de Bruno Candé com outros casos de racismo em Portugal e outras peças jornalísticas, como as de Vítor Belanciano e outras na área da cultura, trazem o racismo para a notícia mesmo quando não é o tema principal; demonstrando que o racismo não deixa de existir só por não ser o destaque mediático generalizado.

O reforço de estereótipos não se verificou em nenhuma das peças analisadas. Embora sejam conteúdos associados a dois crimes, não houve a tendência de culpabilização da vítima e quando situações como a da cadela de Bruno Candé eram mencionadas, não surgiam desligadas de outros momentos como os insultos racistas, nem em associação causal com a motivação de Evaristo para o assassinar.

O duplo-efeito dos *media* (Mersin, 2017) não foi possível de aferir por ter sido considerada apenas a cobertura jornalística e não a relação da audiência a esta. Existem alguns sinais deste efeito nas entrevistas realizadas a António Tonga quando explica como as imagens mediatizadas que viu de homens negros influenciaram a sua autopercepção, bem como quando realça a falta de exemplos que as crianças negras têm para seguir, algo mencionado por Paula Cardoso; reforçando que estes exemplos existem, mas raramente surgem nos meios de comunicação *mainstream*.

A linguagem foi analisada como fator integrante para considerar uma peça negadora de racismo, neutra, de denúncia de racismo ou antirracista e em relação à utilização de marcadores étnicos não se verificou a sua utilização associada ao crime nem a uma forma de desumanizar a vítima. As descrições de Bruno Candé como pai e pessoa ligada às artes e o retrato do amigo que todos gostavam foram formas de humanização da vítima. No caso de Floyd, embora essas associações não tenham ocorrido, o uso do marcador étnico “negro” ou “afro-americano” foi utilizado como forma de expor o racismo estrutural nas forças policiais norte-americanas e não com o objetivo de retirar humanidade a Floyd.

Em relação à construção frásica, não foi efetuada uma análise sistematizada, esta seria uma análise relevante para trabalhos futuros focalizados em análise discursiva (Dijk, 1993; Fairclough, 2001; 25 Wodak, 2004) como forma de moldar o significado do conteúdo de uma peça jornalística.

Outro tema que ficou por explorar, relacionado com a reação e interação do público com cobertura mediática do que sobre a cobertura em si, foi a ideia do ativismo performativo *online* e a sua relação com o movimento BLM. Ou mesmo a reação da audiência a notícias antirracistas: se considera necessária ação denunciadora de racismo e antirracista dos *media* ou se implica a objetividade jornalista, e até aferir o que a audiência considera “objetividade” dos meios de comunicação; seria igualmente relevante que esta análise fosse feita dentro e fora do ambiente *online*.

A maior falha identificada na cobertura jornalística dos assassinatos de Candé e Floyd foi a falta de relatos na primeira pessoa – quer a termos de fontes da comunidade negras (30%), quer sobretudo através de peças escritas por pessoas negras (2%).

Embora esta falta não tenha resultado numa cobertura estereotipada, o jornal ganharia na recolha de fontes na primeira pessoa e na inclusão de jornalistas negros para uma cobertura ativamente antirracista e não apenas neutra. Para além disso, como mencionou Ana Paula, seria uma redação mais representativa da sociedade que pretende informar: “A sociedade não é inteiramente branca e se há espaços que são então é preciso refletir sobre isso”.

Paula Cardoso acrescenta: “Este enquadramento acaba por explicar o resto – se não existe diversidade étnico-racial na redação e se os jornalistas têm a responsabilidade de propor temas e de os debater e defender, a perspetiva que sai das redações é homogénea: normalmente branca e masculina.”

A diversificação de fontes e jornalistas negros para colunas de opinião, como sugere Paula Cardoso, são um primeiro passo concretizável e que, na prática, irá resultar numa incorporação de perspetivas que permite desconstruir estereótipos sobre pessoas negras – quer por ser muito menos provável que o preconceito implícito apareça num texto sobre racismo, quer para quebrar o próprio paradigma de que pessoas negras apenas escrevem ou pensam sobre racismo.

Paula Cardoso sugere priorizar: “Há aqui três eixos que, para mim, são fundamentais: a equipa ser diversa, a formação para a diversidade e a diversificação das fontes. De imediato, diversificação de fontes e do espaço de opinião. A primeira não é difícil de se fazer e a segunda é ainda mais fácil pois apenas exige que a direção convide pessoas, só isto e a coisa começa a acontecer. A opinião faz toda a diferença.”

Daniel Silva propõe: “Contexto, empatia e parar de ver os acontecimentos como expectáveis e que houvesse mais oportunidades para expandir sobre as coisas maravilhosas que acontecem dentro da comunidade negra, por exemplo, existe um programa da *Antena 3* que se chama *Cidade Invisível* que explora projetos da comunidade – embora seja apresentado por pessoas brancas”.

Estas seriam igualmente formas de não delegar aos jornalistas negros a tarefa constante de explicar aos colegas brancos como funciona o racismo e como o devem reportar e às fontes jornalísticas negras não colocar a responsabilidade de falar por toda a comunidade; a

“responsabilidade dos oprimidos de explicar aos opressores os seus erros”³⁵ (Lorde, 2020, pp. 104-105).

Na prática, recentemente, no sentido de priorizar testemunhos na primeira pessoa, o Público lançou para o P3 [Nada contra, mas...](#) da jornalista Teresa Abecasis: uma série de cinco vídeos curtos e digeríveis em formato de entrevista com permissão ao entrevistado para falar da sua experiência, sem interrupções. A série apresenta-se como: “Ricardo, Luoheng, Gil, Vanessa e Samara aprenderam a viver o seu dia-a-dia contornando os comentários incómodos, as baixas expectativas e até mesmo a violência de uma comunidade que insiste em julgá-los pela aparência, pelo sotaque ou pela identidade de género. Testemunhos na primeira pessoa. Uma série de cinco episódios para ver sem preconceitos e sem "mas".” (Abecasis, 2021).

No campo da opinião, o recente meio de comunicação Setenta e Quatro tem como cronista fixa Paula Cardoso, com a sua coluna de opinião livre, isto é, não dedicada exclusivamente ao racismo por imposição do jornal, [Mutuacção](#).

O Afrolink, existindo como projeto que junta profissionais africanos e afrodescendentes residentes em Portugal para criar uma rede de apoio e partilha de experiências e projetos da comunidade, criou o primeiro programa de estágios para a formação de jornalistas. A iniciativa foi criada com os 2200 euros provenientes da doação dos direitos de autor do livro *Racismo no País dos Brancos Costumes* (2018) de Joana Gorjão Henriques

A jornalista comentou ao Afrolink: “Desde que lancei o livro que o objectivo era fazer uma doação com as receitas das vendas que só agora chegaram. Dar um contributo para a formação de um profissional numa área como os *media*, onde há ausência de representatividade, foi a opção que fez mais sentido. É uma honra o Afrolink ter aceiteado este desafio” (Afrolink, s.d.).

Estes são apenas alguns exemplos a seguir para, pelo menos, atenuar a falta de relatos de pessoas negras na primeira pessoa e a quase inexistência de jornalistas negros nas redações dos jornais *mainstream* portugueses.

³⁵ Traduzido livremente do original: “In other words, it is the responsibility of the oppressed to teach the oppressors their mistakes” (Lorde, 2020, pp. 104-105).

Bibliografia

(s.d.).

Abecasis, T. (2 de Agosto de 2021). *Nada contra, mas...* Obtido de Público: <https://www.publico.pt/p3/nada-contra-mas~>

Afrolink. (2020). *De que falamos quando falamos de racismo? Tem a palavra Luísa Semedo*. Obtido de Afrolink.

Afrolink. (s.d.). *Afrolink inaugura programa de estágios, com bolsa de Jornalismo*. Obtido de Afrolink: <https://afrolink.pt/afrolink-inaugura-programa-de-estagios-com-bolsa-de-jornalismo/>

Alabama Public Radio. (25 de Abril de 2013). *How The Media Covered The Civil Rights Movement: The Children's March*. Obtido de Alabama Public Radio: <https://www.apr.org/post/how-media-covered-civil-rights-movement-childrens-march>

Alexandre, V. (1999). O Império e a Ideia de Raça (Séculos XIX e XX). Em J. Vala, *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (pp. 133-144). Oeiras: Celta Editora.

Almeida, S. (2019). *Racismo Estrutural, Feminismos Plurais*. São Paulo: Pólen.

Alrasheed, M. L. (s.d.). *Beyond a technical bug: Biased algorithms and moderation are censoring activists on social media*. Obtido de The Conversation: <https://theconversation.com/beyond-a-technical-bug-biased-algorithms-and-moderation-are-censoring-activists-on-social-media-160669>

Ames, P. (6 de Fevereiro de 2018). *Portugal confronts its slave trade past*. Obtido de Politico: Portugal confronts its slave trade past

Andringa, D. (5 de Julho de 2005). *Era uma vez um arrastão*. Obtido de Internet Archive: <https://archive.org/details/Eraumavezumarrasto>

Aronson, C. M. (Dezembro de 1995). Stereotype threat and the intellectual test performance of African Americans. *Journal of Personality and Social Psychology*, pp. 797-811. doi:10.1037/0022-3514.69.5.797

Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação. (2021). *Análise Simples*. Obtido de Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT): <http://www.apct.pt/analise-simples>

Atton, C. (2002). News Cultures and New Social Movements: radical journalism and the mainstream media. *Journalism Studies*, pp. 491-505. Obtido de <https://doi.org/10.1080/1461670022000019209>

Ba, M. (8 de Agosto de 2020). *Enquanto o país nega, Evaristo mata*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/08/08/sociedade/opiniao/pais-nega-evaristo-mata-1927396>

- Banks, C. (3 de Outubro de 2018). *Disciplining Black activism: post-racial rhetoric, public memory and decorum in news media framing of the Black Lives Matter movement*. Obtido de Continuum - Journal of Media & Cultural Studies: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10304312.2018.1525920>
- Barreto, A. (2 de Agosto de 2020). *Crime e Preconceito*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/08/02/opiniao/opiniao/crime-preconceito-1926669>
- Belanciano, V. (5 de Agosto de 2020). *Beyoncé numa afirmação de vitalidade da cultura negra*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/08/05/culturaipsilon/noticia/beyonce-afirmacao-vitalidade-cultura-negra-1927107>
- Belanciano, V. (2 de Agosto de 2020). *Obrigado, Bruno Candé*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/08/02/culturaipsilon/noticia/obrigado-bruno-cande-1926496>
- Bell, J. L. (2017). *News media and the racialization of protest: an analysis of Black Lives Matter Articles*. Obtido de Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/EDI-01-2017-0010/full/html>
- Bill Ashcroft, G. G. (2007). *Post-Colonial Studies: The Key Concepts Second Edition*. Obtido de <http://staff.uny.ac.id/sites/default/files/pendidikan/else-liliani-ssmhum/postcolonialstudiesthekeyconceptsrouledgekeyguides.pdf>
- Bonilla-Silva, E. (2012). *The invisible weight of whiteness: the racial grammar of everyday life in contemporary America*. Obtido de Ethnic and Racial Studies Vol. 35 No. 2: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01419870.2011.613997?journalCode=rers20>
- Brandl, M. S. (2011). Race, Gender, and Tokenism in Policing: An Empirical Elaboration. *Police Quarterly*, pp. 344-365. doi:10.1177/1098611111423738
- Buala. (s.d.). *Mamadou Ba*. Obtido de Buala: <https://www.buala.org/pt/autor/mamadou-ba>
- Cabecinhas, R. (2002). Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias.
- Cambráia, C. F. (13 de Julho de 2018). A representação das mulheres negras nos jornais impressos Público (Portugal) e Folha de São Paulo (Brasil). Obtido de <https://run.unl.pt/handle/10362/60399>
- Câncio, F. (13 de Junho de 2017). *Portugal ignora discriminação específica de negros*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/portugal/portugal-ignora-discriminacao-especifica-de-negros-8558999.html>
- Capitanio, G. M. (1999). AIDS Stigma and Sexual Prejudice. *SAGE Social Science. American Behavioral Scientist*, pp. 1130-1147.
- Carvalho, H. (4 de Agosto de 2020). *George Floyd pediu aos polícias para não dispararem antes de morrer. “Não sou má pessoa”*. Obtido de Público:

- <https://www.publico.pt/2020/08/04/mundo/noticia/george-floyd-pediu-policias-nao-dispararem-morrer-nao-ma-pessoa-1927039>
- Connell, I. (1998). *Mistaken Identities: Tabloid and Broadsheet News Discourse*. Obtido de Javnost - The Public, Journal of the European Institute for Communication and Culture: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13183222.1998.11008680>
- Correia, A. (2 de Agosto de 2020). *O racismo é um apêndice na Justiça*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/08/02/sociedade/noticia/racismo-apendice-justica-1926727>
- Correia, J. C. (2011). *O admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos*. Covilhã: UBI Livros LabCom.
- Correia, M. W. (Setembro de 2018). *Análise comparativa do Jornalismo de Ambiente: O caso do jornal Público*. Obtido de Universidade Católica Portuguesa - Repositório UCP: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/27057/3/Relatorio%20estagio%20final%20-%20Vers%C3%A3o%20reposit%C3%B3rio.pdf>
- Cunha, A. d. (1 de Agosto de 2020). *Manifestação contra o racismo: "Bruno Candé?", "Presente!"*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/08/01/fotogaleria/manifestacao-402059>
- David Robinson, D. M. (2020). *Why George Floyd's death, COVID-19 inequality sparked protests: 'We're witnessing history'*. Obtido de lohud.: <https://eu.lohud.com/story/news/coronavirus/2020/06/05/george-floyd-death-covid-19-racial-inequality-sparked-protests/3143236001/>
- Davis, A. Y. (1983). *The Legacy of Slavery: Standards for a New Womanhood*. Em A. Davis, *Women, race & class*. Nova Iorque: First Vintage Books Edition.
- Dijk, T. A. (1993). *Analyzing Racism Through Discourse Analysis: Some Methodological Reflections*. *Race and ethnicity in research methods*, pp. 92-134. Obtido de <https://psycnet.apa.org/record/1993-98059-005>
- Dijk, T. A. (2016). *Racism and the Press*. Nova Iorque: Routledge.
- DN/Lusa. (10 de Março de 2020). *Agente da PSP suspeito de agressão a Cláudia Simões constituído arguido*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/pais/agente-da-psp-que-tera-agredido-claudia-simoes-constituído-arguido-11909566.html>
- Domingues, N. (4 de Março de 2020). *O Público nasceu há 30 anos e não pensa largar o papel*. Obtido de TSF: <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/o-publico-nasceu-ha-30-anos-e-nao-pensa-largar-o-papel-11885697.html>
- Dyer, R. (1999). *The Role of Stereotypes*. Obtido de Media Studies: A Reader, 2nd Edition, Edinburgh University: <http://thowe.pbworks.com/f/dyer.on.stereotypes.pdf>
- ECRI, E. C. (2018). *Relatório da ECRI sobre Portugal (quinto ciclo de controlo)*. Estrasburgo. Obtido de <https://rm.coe.int/fifth-report-on-portugal-portuguese-translation-/16808de7db>

- Edwin Amenta, T. A. (2019). *Making Good News: What Explains the Quality of Coverage of the Civil Rights Movement*. Obtido de Mobilization: An International Quarterly: <https://meridian.allenpress.com/mobilization/article-abstract/24/1/19/425945/MAKING-GOOD-NEWS-WHAT-EXPLAINS-THE-QUALITY-OF?redirectedFrom=fulltext>
- Eurobarómetro. (2020). Media use in the European Union. *Standard Eurobarometer 92 - Autumn 2019*.
- Fairclough, N. (2001). Critical Discourse Analysis. Em A. M. Rapley, *How to Analyse Talk in Institutional Settings* (pp. 25-36). Grã-Bretanha: Continuum.
- Fakunle, C. S. (20 de Janeiro de 2016). From “brute” to “thug:” the demonization and criminalization of unarmed Black male victims in America. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, pp. 350-366.
- Fernández-Kelly, P. (18 de Junho de 2020). *A Sociological Note on George Floyd’s Death and the Pandemic*. Obtido de items - Insights from the Social Sciences: <https://items.ssrc.org/covid-19-and-the-social-sciences/society-after-pandemic/a-sociological-note-on-george-floyds-death-and-the-pandemic/>
- Fonseca, A. L. (Janeiro de 2020). Como se informa quem não lê jornais nem vê televisão: O consumo de conteúdos jornalísticos dos jovens na era da World Wide Web.
- Gandhi, L. (1998). *Postcolonial theory: A critical introduction*. Sydney: Allen&Unwin.
- Gilmore, K. (14 de Fevereiro de 2014). *The Birmingham Children's Crusade of 1963*. Obtido de Biography: <https://www.biography.com/news/black-history-birmingham-childrens-crusade-1963>
- Gorjão Henriques, J. (5 de Dezembro de 2016). *Vinte e duas associações de afro-descendentes queixam-se de Portugal à ONU*. Obtido de Jornal PÚBLICO: <https://www.publico.pt/2016/12/05/sociedade/noticia/xxxx-associacoes-de-afrodescendentes-enviam-carta-a-onu-a-criticar-estado-1753485>
- Grayman-Simpson, N. (4 de Novembro de 2009). We Who Are Dark...The Black Community According To Black Americans. *Journal of Black Psychology*, pp. 433-455. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/282252073_We_Who_Are_DarkThe_Black_Community_According_To_Black_Americans
- Greenberg, D. (2008). *The idea of “the liberal media” and its roots in the civil rights movement*. Obtido de The Sixties: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17541320802457111>
- Gunter, R. U. (13 de Junho de 2015). *Research Note: The Tabloidization of British Tabloids*. Obtido de University of Bath - The Library: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323104045265>
- Hall, S. (1997). The Spectacle of the "other". Em S. Hall, *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices* (pp. 257-277). Londres: SAGE Publications.

- Henriques, J. (2016). *Racismo em Português: O Lado Esquecido do Colonialismo*. Lisboa: Tinta da China.
- Henriques, J. G. (2018). *Racismo no País dos Brancos Costumes*. Lisboa: Tinta da China.
- Henriques, J. G. (28 de janeiro de 2020). *Cláudia Simões: Certidão dos Bombeiros registou-a como “vítima de agressão”*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/01/28/sociedade/noticia/claudia-simoes-certidao-bombeiros-registoua-vitima-agressao-1901991>
- Henriques, J. G. (10 de Março de 2020). *Constituído arguido polícia suspeito de agredir Cláudia Simões na Amadora*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/03/10/sociedade/noticia/constituído-arguido-polícia-suspeito-agredir-claudia-simoes-amadora-1907108>
- Henriques, J. G. (31 de Julho de 2020). *Manifestação por Bruno Candé: “Existe muita gente racista e é importante mostrar que estamos fartos”*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/07/31/sociedade/noticia/manifestacao-bruno-cande-existe-gente-racista-importante-mostrar-fartos-1926611>
- Henriques, J. G. (13 de Maio de 2021). *Homicida de Bruno Candé confessa crime: “Quando vi o riso dele em tom de gozo perdi a cabeça”*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2021/05/13/sociedade/noticia/-homicida-bruno-cande-confessa-crime-vi-riso-tom-gozo-perdi-cabeca-1962443>
- Henriques, J. G. (28 de Junho de 2021). *Tribunal condena homicida de Bruno Candé a 22 anos de prisão e prova motivação racista*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2021/06/28/sociedade/noticia/tribunal-condena-homicida-bruno-cande-22-anos-prisao-prova-motivacao-racista-1968208>
- Hirshfield, L. E. (2016). Tokenism. *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Race, Ethnicity, and Nationalism, First Edition*. doi:10.1002/9781118663202.wberen199
- History.com Editors. (3 de Fevereiro de 2010). *Montgomery Bus Boycott*. Obtido de HISTORY: <https://www.history.com/topics/black-history/montgomery-bus-boycott>
- History.com Editors. (19 de Abril de 2021). *Emmett Till is murdered*. Obtido de HISTORY: <https://www.history.com/this-day-in-history/the-death-of-emmett-till>
- Höijer, B. (Novembro de 2011). *Social Representations Theory: A New Theory for Media Research*. Obtido de Nordicom Review 32: https://www.researchgate.net/publication/313252833_Social_Representations_Theory
- hooks, b. (1995). Teaching Resistance: The Racial Politics of Mass Media. Em b. hooks, *Killing Rage* (pp. 108-119). Nova Iorque: Henry Holt and Company, Inc.
- III, A. J. (2016). *Do Black Lives Matter in American Mainstream News Media? Two Case Studies of Police Involved Shootings of Black Men Explaining a Racist Media Environment*. Obtido de Theses and Dissertations Communication: https://uknowledge.uky.edu/comm_etds/52

- Joachim Trebbe, S. P.-C. (2017). Media Representation: Racial and Ethnic Stereotypes. *The International Encyclopedia of Media Effects*. Obtido de <https://www.researchgate.net/publication/314712011>
- Jorge Vala, D. L. (1999). A Construção Social da Diferença: Racialização e etnicização das minorias. Em J. Vala, *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas* (pp. 145-167). Oeiras: Celta Editora.
- Jr., E.-J. L. (2017). When News Meets the Audience: How Audience Feedback Online Affects News Production and Consumption. *Human Communication Research*. Obtido de <https://academic.oup.com/hcr/article-abstract/43/4/436/4670715?redirectedFrom=fulltext>
- Kenix, J. L. (2011). The Modern Media Continuum. Alternative and Mainstream Media: The Converging Spectrum. *Bloomsbury Collections*, pp. 17-39.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Quotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Kulaszewicz, K. E. (2015). Racism and the Media: A Textual Analysis. Obtido de https://sophia.stkate.edu/msw_papers/477/?utm_source=sophia.stkate.edu%2Fmsw_papers%2F477&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages
- Lippmann, W. (2008). *Opinião Pública*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Lopes, A. S. (27 de Julho de 2020). *Bruno Candé Marques, 39 anos, três filhos*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/07/27/politica/editorial/bruno-cande-marques-39-anos-tres-filhos-1925940>
- López, D. F. (2013). Reflexões sobre o conceito de racismo institucional. *Práticas de justiça e diversidade cultural series*, pp. 73-90. Obtido de <http://books.scielo.org/id/sny5t>
- Lorde, A. (2020). The master's tools will never dismantle the master's house. Em A. Lorde, *Sister Outsider* (pp. 100-104). Estados Unidos: Penguin Books.
- Lusa. (19 de Junho de 2018). *Polícias negam em tribunal agressões e insultos racistas a jovens da Cova da Moura*. Obtido de Observador: <https://observador.pt/2018/06/19/policias-negam-em-tribunal-agressoes-e-insultos-racistas-a-jovens-da-cova-da-moura/>
- Lusa. (13 de Agosto de 2020). *“O silêncio é cúmplice.” Carta aberta pede acção política para combater racismo em Portugal*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/08/13/sociedade/noticia/silencio-cumplice-carta-aberta-pede-accao-politica-combater-racismo-portugal-1927951>
- Lusa. (3 de Fevereiro de 2020). *Novo director da PSP não viu “qualquer infracção” no vídeo da detenção de Cláudia Simões*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/02/03/sociedade/noticia/novo-diretor-psp-nao-viu-qualquer-infraccao-video-detencao-claudia-simoes-1902758>
- Lusa. (17 de Fevereiro de 2021). *Quase 15.000 pessoas exigem deportação de ativista Mamadou Ba*. Obtido de Sábado: <https://www.sabado.pt/ultima->

hora/detalhe/quase-15000-pessoas-exigem-deportacao-de-ativista-mamadou-ba?utm_medium=Social&utm_source=Facebook&utm_campaign=BotoesSite&utm_content=facebook&fbclid=IwAR0ILNrZjQpMRGe03SqAPjY5wYPu7nd4u4G80DdoRnlOfJZxbt3UrzHyc8k

Marcelino, V. (28 de Setembro de 2018). *Racismo e tortura na PSP: "Era um cenário de pânico. Não houve um único que tivesse coração"*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/pais/racismo-e-tortura-na-psp-era-um-cenario-de-panico-nao-houve-um-unico-que-tivesse-coracao-9922158.html>

Marcelino, V. (9 de Novembro de 2018). *Racismo na PSP: "Vi o miúdo Miguel no chão e cinco polícias em cima dele"*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/pais/racismo-na-psp-vi-o-miudo-miguel-no-chao-e-cinco-policias-em-cima-dele-10155760.html>

Marcelino, V. (26 de Junho de 2018). *Tortura e racismo na PSP: "Sentia mais medo que tudo. Estava sozinho"*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/portugal/tortura-e-racismo-na-psp-sentia-mais-medo-que-tudo-estava-sozinho-9514820.html#media-1>

Marcelino, V. (20 de Maio de 2019). *Sentença histórica. Oito agentes da PSP condenados por agressões, injúrias e sequestro*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/pais/cova-da-moura-oito-agentes-condenados-por-sequestro-e-agressoes-10919192.html>

Marcus, J. (21 de Abril de 2021). *Initial police report calling George Floyd's murder 'medical incident' goes viral after Chauvin guilty verdict*. Obtido de The Independent: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/george-floyd-police-report-murder-b1834832.html>

Mattar, P. (14 de Setembro de 2020). *Objectivity Is a Privilege Afforded to White Journalists*. Obtido de The Walrus: <https://thewalrus.ca/objectivity-is-a-privilege-afforded-to-white-journalists/>

Meertens, T. F. (Janeiro de 1995). Subtle and Blatant Prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, pp. 57-75.

Merskin, D. (8 de Março de 2017). Media Representation: Minorities. Obtido de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781118783764.wbieme0147>

Mosharafa, E. (2015). All you Need to Know About: The Cultivation Theory. *Global Journal of Human Social Science*, pp. Volume 15, Artigo 8. Obtido de https://globaljournals.org/GJHSS_Volume15/3-All-you-Need-to-Know.pdf

Munmun De Choudhury, S. J. (2016). *Social Media Participation in an Activist Movement for Racial Equality*. Obtido de Association for the Advancement of Artificial: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5565729/>

Munro, A. (19 de Fevereiro de 2021). *Shooting of Trayvon Martin*. Obtido de Encyclopedia Britannica: <https://www.britannica.com/event/shooting-of-Trayvon-Martin>

Nic Newman, R. F. (2020). Reuters Institute Digital News Report 2020.

- Obercom. (Junho de 2020). Anuário da Comunicação 2019. pp. 71-103.
- Observador. (10 de março de 2020). *Amadora. Constituído arguido agente da PSP suspeito de agredir Cláudia Simões*. Obtido de Observador: <https://observador.pt/2020/03/10/amadora-constituído-arguido-agente-da-psp-suspeito-de-agredir-claudia-simoes/>
- Owen, L. H. (25 de Janeiro de 2019). *A typical big news story in 2018 lasted about 7 days (until we moved on to the next crisis)*. Obtido de NiemanLab: <https://www.niemanlab.org/2019/01/a-typical-big-news-story-in-2018-lasting-about-7-days-until-we-moved-on-to-the-next-crisis/>
- Pacheco, N. (5 de Março de 2018). *No princípio eram zeros. E assim nasceu um jornal*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2018/03/05/sociedade/noticia/no-principio-eram-zeros-e-assim-nasceu-um-jornal-1805157>
- Pamela Braboy Jackson, P. A. (Dezembro de 1995). Composition of the Workplace and Psychological Well-Being: The Effects of Tokenism on America's Black Elite. *Social Forces*, Vol. 74, No. 2, pp. 543-557. Obtido de <http://www.jstor.org/stable/2580491>
- Pena, P. (2019). *Fábrica de Mentiras: Viagem ao Mundo das Fake News*. Lisboa: Penguin Random House.
- Pereira, A. C. (8 de Junho de 2020). *Detidos mais três suspeitos da morte de Giovanni. Golpe fatal com pau*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/06/08/sociedade/noticia/detidos-tres-suspeitos-caso-morte-giovani-braganca-1919846>
- Pereira, A. C. (5 de Janeiro de 2020). *PJ não suspeita de ódio racial no caso do jovem cabo-verdiano que morreu após agressões*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/01/05/sociedade/noticia/pj-afasta-suspeita-odio-racial-caso-jovem-caboverdiano-morreu-apos-agressoes-1899309>
- Pereira, A. C. (4 de Janeiro de 2020). *Será trasladado para Cabo Verde corpo de estudante agredido em Bragança*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/01/04/sociedade/noticia/embaixada-cabo-verde-quer-esclarecida-morte-estudante-braganca-1899237>
- Phillely, A. (2012). *The Civil Rights Movement: The Power of Television*. Obtido de 3690: A Journal of First Year Student Research Writing: Vol. 2012, Article 4: https://fisherpub.sjfc.edu/journal3690/vol2012/iss1/4/?utm_source=fisherpub.sjfc.edu%2Fjournal3690%2Fvol2012%2Fiss1%2F4&utm_medium=PDF&utm_campaign=PDFCoverPages
- Philo, C. H. (16 de Dezembro de 2013). The Role of the Media in the Construction of Public Belief and Social Change. *Journal of Social and Political Psychology*, pp. 321-336. Obtido de <https://doi.org/10.5964/jspp.v1i1.96>
- Pires, F. (10 de Fevereiro de 2021). *Arguidos acusados de matar estudante em Bragança começam a ser julgados*. Obtido de TSF:

- <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/arguidos-acusados-de-matar-estudante-em-braganca-comecam-a-ser-julgados-13335425.html>
- Priberam. (s.d.). *Racismo*. Obtido de Priberam: <https://dicionario.priberam.org/racismo>
- Proença, J. T. (5 de Julho de 2020). *Iconoclastia e política: a moral sem a história*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/07/05/sociedade/noticia/iconoclastia-politica-moral-historia-1922708>
- Público. (29 de Novembro de 2017). *O pacto de Belmiro de Azevedo com o PÚBLICO*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2017/11/29/economia/noticia/o-pacto-de-belmiro-com-publico-de-marco-de-1990-1794366>
- Público. (26 de Fevereiro de 2021). *Assinaturas online do PÚBLICO duplicam e impulsionam circulação paga do jornal*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2021/02/26/sociedade/noticia/assinaturas-online-publico-duplicam-impulsionam-circulacao-paga-jornal-1952329>
- Público. (s.d.). *Estatuto Editorial*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/nos/estatuto-editorial>
- Randall, D. (2016). *The Universal Journalist*. Londres: Pluto Press.
- Rapazote, M. M. (5 de Junho de 1997). *"Cabeças-rapadas" condenados*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/dossiers/sociedade/extrema-direita/noticias/cabecas-rapadas-condenados-1007003.html>
- Rauch, J. (2014). Exploring the Alternative–Mainstream Dialectic - What “Alternative Media” Means. *Communication, Culture & Critique*.
- Reft, R. (11 de Dezembro de 2012). *What really happened to the 1960s: how mass media failed American democracy*. Obtido de The Sixties - A Journal of History, Politics and Culture: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17541328.2012.686029>
- Reis, C. (9 de Outubro de 2018). *"Sempre que os polícias passavam por nós davam-nos pontapés"*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/pais/sempre-que-os-policias-passavam-por-nos-davam-nos-pontapes-9970830.html>
- Reis, C. (2 de Outubro de 2018). *Caso Cova da Moura: "Se fosse eu, tinha-te dado um tiro na cabeça"*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/pais/caso-cova-da-moura-se-fosse-eu-tinha-te-dado-um-tiro-na-cabeca-9939450.html#media-1>
- Reis, C. (23 de Outubro de 2018). *Cova da Moura: "Pretos do c***, pensam que estão em casa"*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/pais/cova-da-moura-pretos-do-c-pensam-que-estao-em-casa-10076120.html>
- Reuters e Público. (27 de Maio de 2020). *Polícia de Minneapolis matou homem negro. Quatro agentes foram despedidos*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/05/27/mundo/noticia/agente-policia-minneapolis-matou-negro-quatro-agentes-despedidos-1918335>

- Ribeiro, S. N. (9 de Julho de 2020). *Porque é tão difícil quebrar as cadeias de transmissão na região de Lisboa?* Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/07/09/sociedade/noticia/tao-dificil-quebrar-cadeias-transmissao-regiao-lisboa-1923707>
- Rodny-Gumede, Y. (23 de Janeiro de 2020). *Expanding comparative media systems analysis from transitional to postcolonial societies*. Obtido de Sage Journals: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1748048519897515>
- Rodrigues, M. F. (Março de 2019). O papel dos media na representação e inclusão das minorias: A cobertura jornalística da comunidade LGBTI+ na RTP. Obtido de <http://hdl.handle.net/10362/77159>
- Rosas, F. (15 de Outubro de 2017). *História a História África: As Guerras de Ocupação*. Obtido de RTP Play: <https://www.rtp.pt/play/p3951/e310842/historia-a-historia-africa>
- Rose, J. P. (8 de Dezembro de 2014). *The New Racism in the Media: a Discourse Analysis of Newspaper Commentary on Race, Presidential Politics, and Welfare Reform*.
- Rosenstiel, B. K. (2014). *The Elements of Journalism*. Nova Iorque: Three Rivers Press.
- Scott, M. (11 de Agosto de 2015). *The Myth of Representations of Africa: A comprehensive scoping review of the literature*. Obtido de Journalism Studies: <https://doi.org/10.1080/1461670X.2015.1044557>
- Semedo, L. (8 de Fevereiro de 2020). Obtido de Facebook: <https://www.facebook.com/luisa.semedo/posts/10157942927358794>
- Semedo, L. (28 de Julho de 2020). *Negar o racismo é racismo*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/07/28/sociedade/noticia/negar-racismo-racismo-1926063>
- Sharafat, A. A. (2021). *How Twitter Has Spiked the Black Lives Matter Movement*. Obtido de Romanian American Journal for the Humanities: http://rahjournal.org/wp-content/uploads/2021/04/AlSharafat_How-Twitter-has-spiked-the-Black-Lives-Matter-Movement.pdf
- Shome, R. (3 de Junho de 2016). *When postcolonial studies meets media studies*. Obtido de Critical Studies in Media Communication: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15295036.2016.1183801>
- Silva, C. B. (16 de Novembro de 2017). Diversidade nos Media em Portugal: Enquadramento Político e Desafios Atuais. *Media & Jornalismo*, pp. 11-28. doi:https://doi.org/10.14195/2183-5462_31_1
- Silverstein, J. (4 de Junho de 2021). *The global impact of George Floyd: How Black Lives Matter protests shaped movements around the world*. Obtido de CNN News: <https://www.cbsnews.com/news/george-floyd-black-lives-matter-impact/>
- Somaiya, R. (26 de Outubro de 2014). *How Facebook Is Changing the Way Its Users Consume Journalism*. Obtido de The New York Times:

- <https://www.nytimes.com/2014/10/27/business/media/how-facebook-is-changing-the-way-its-users-consume-journalism.html?referrer=&r=0>
- SOS Racismo. (Fevereiro de 2021). *Olhares sobre o Racismo - Documentário [completo]*. Obtido de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=IV-wrKED-Es>
- Sousa, A. d. (11 de Janeiro de 2020). *Quem matou Giovanni? "Queremos justiça"*. Obtido de TSF: <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/quem-matou-giovani-queremos-justica-11696167.html>
- Stamm, M. (2010). *What Really Happened to the 1960s: How Mass Media Culture by Edward P. Morgan - Book Review*. Obtido de Journal for the Study of Radicalism, Vol. 7, No. 1 (2013), pp. 149-152: <https://www.jstor.org/stable/10.14321/jstudradi.7.1.0149>
- Stamps, D. (2021). *Media literacy as liberator: Black audiences' adoption of media literacy, news media consumption, and perceptions of self and group members*. Obtido de Journal of International and Intercultural Communication: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17513057.2020.1789692>
- Steele, C. M. (26 de Junho de 2018). *Stereotype Threat and Identity Threat: The Science of a Diverse Community*. Obtido de MIT Media Lab (conferência em vídeo): <https://www.media.mit.edu/videos/stereotype-threat-identity-2018-05-21/>
- Stewart, E. (1 de Junho de 2020). *George Floyd and the cascade of crises in black America*. Obtido de Vox: https://www.vox.com/covid-19-coronavirus-economy-recession-stock-market/2020/6/1/21276909/george-floyd-police-coronavirus-crisis-minnesota-unemployment-protests?fbclid=IwAR3Sk44jvn3chFQTmYKfXeti7RhGM46GgZL9DLuF8aoBLw8_VWrg_3YXA9M
- Sylvie Graf, P. L. (18 de Abril de 2019). The effects of news report valence and linguistic labels on prejudice against social minorities. *Media Psychology*, pp. 215-243. Obtido de <https://doi.org/10.1080/15213269.2019.1584571>
- The Opportunity Agenda. (Outubro de 2011). Media Representations and Impact on the Lives of Black Men and Boys. *Social Science Literature Review*.
- Torres, J. G. (2011). News For All: The Epic Story of Race and The American Media. Em R. W. Pickard, *Will The Last Reporter Please Turn off the Lights: The Collapse of Journalism and What Can be Done to Fix it* (pp. 185-193). Nova Iorque: The New Press.
- Umamaheswar, J. (2020). *Policing and Racial (In)Justice in the Media: Newspaper Portrayals of the "Black Lives Matter" Movement*. Obtido de Civic Sociology: <https://online.ucpress.edu/cs/article/1/1/12143/112918/Policing-and-Racial-In-Justice-in-the-Media>
- University of South Australia. (Setembro de 2017). *Critically analysing a news article*. Obtido de https://lo.unisa.edu.au/pluginfile.php/1687773/mod_resource/content/0/Critically%20analysing%20a%20news%20article%20Sept_%202017.pdf

- Vala, J. (1999). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta Editora.
- Valentina Marcelino, D. P. (17 de Janeiro de 2020). *Morte de Giovanni. Não se tratou de um crime racial, assegura diretor nacional da PJ*. Obtido de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/pais/pj-detem-5-suspeitos-da-morte-de-luis-giovani-11716652.html>
- Vehkoo, J. (2009-2010). *What is quality journalism and how it can be saved?* Obtido de Reuters Institute for the Study of Journalism: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/our-research/what-quality-journalism-and-how-can-it-be-saved>
- Ventura, J. G. (27 de Julho de 2020). *Testemunhas ouviram insultos racistas contra Bruno Candé. “Tenho armas do Ultramar e vou-te matar”*. Obtido de Público: <https://www.publico.pt/2020/07/27/sociedade/noticia/testemunhas-ouviram-insultos-racistas-bruno-cande-armas-ultramar-voute-matar-1926076>
- Vicente, H. P. (Outubro de 2019). Presença e percepções dos profissionais negros nos programas de informação e entretenimento na televisão portuguesa.
- Weimann, G. (2000). *Communicating Unreality: Modern Media and the Reconstruction of Reality*. Thousand Oaks, Londres, Nova Deli: Sage Publications, Inc. Obtido de https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=ALx1AwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=how+media+shapes+reality&ots=AIhVXpgbiD&sig=TnvwvY-MAXwdgLJW3gz8MEi_w&redir_esc=y#v=onepage&q&f=true
- Wilder, S. (2020). *Racism in Media: How Media Shapes our View of People of Color*. Obtido de Community Engagement Student Work. 46.: https://scholarworks.merrimack.edu/soe_student_ce/46
- Wodak, R. (2004). Critical discourse analysis. Em G. G. Clive Seale, *Qualitative Research Practice* (pp. 185-201). Londres, Nova Deli e California: Sage Publications. Obtido de https://books.google.pt/books?hl=pt-BR&lr=&id=P5XurpLU_H4C&oi=fnd&pg=PA185&dq=ruth+wodak+critical+discourse+analysis+racism&ots=jeXAg9jEKj&sig=3WvvcuWW4AwjTbFJWYshFcLds7E&redir_esc=y#v=onepage&q=ruth%20wodak%20critical%20discourse%20analysis%20racism&f=tr
- Wodak, R. (2009). The semiotics of racism. Em J. Renkema, *Discourse, of course: An overview of research in discourse studies* (pp. 311-353). Amesterdão, Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.
- Wolf, M. (1999). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Yoder, J. (1991). RETHINKING TOKENISM: Looking Beyond Numbers. *Gender & Society*, pp. 178-192. doi:10.1177/089124391005002003
- Yoder, J. D. (1994). Looking Beyond Numbers: The Effects of Gender Status, Job Prestige, and Occupational Gender-Typing on Tokenism Processes. *Social Psychology Quarterly*, Vol. 57, No. 2, pp. 150-159.

Anexos

BRUNO CANDÉ JULHO

ID	DATA	PARTILHAS	ABERTO OU EXCLUSIVO	AUTORIA	GÉNERO JORNALÍSTICO	FONTES CITADAS	FONTES COMUNIDADE NEGRA	SECÇÃO	MARCADORES ÉTNICOS
1	25/07/2020	47.089	Aberto	Agência e Assinada	Notícia	Família e Amigos, Autoridades, Grupos Ativistas	Sim - família e sos racismo	Crime	"origens na Guiné-Bissau"
2	26/07/2020	206	Aberto	Agência e PÚBLICO	Notícia	Família e Amigos, Entidades Políticas, Grupos Ativistas	Sim - família e sos racismo	Crime	"Branco" e "Chinês" - comentário André Ventura
3	26/07/2020	4045	Aberto	Assinada	Notícia	Família e Amigos, Entidades Políticas, Grupos Ativistas, Autoridades	Sim - família e sos racismo, JKM, Beatriz Gomes Dias	Crime	"Negro" "Branco"
4	26/07/2020	55	Aberto	Assinada	Notícia	Entidades Políticas	Não	Incêndios	Nenhum
5	27/07/2020	1654	Exclusivo	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Opinião	"Negro"
6	27/07/2020	2430	Aberto	Assinada	Opinião	Entidades Políticas, Grupos Ativistas	Não	Editorial	"Negro"
7	27/07/2020	7626	Exclusivo	Assinada	Reportagem	Testemunhas do crime, Autoridades, Família e Amigos	Sim - família	Crime	"Preto" "Pretas"
8	27/07/2020	232	Aberto	Assinada	Notícia	Entidades Políticas	Sim - embaixada da Guiné-Bissau	Guiné-Bissau	Nenhum
9	28/07/2020	3800	Aberto	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Racismo	"Negro"
10	28/07/2020	76	Aberto	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Opinião	Nenhum
11	29/07/2020	667	Exclusivo	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Opinião	"Negro" "Branco"
12	29/07/2020	1299	Aberto	Agência e PÚBLICO	Notícia	Grupos Ativistas	Sim	Racismo	"Negro" "Negra"
13	29/07/2020	726	Aberto	Agência	Notícia	Entidades Políticas	Sim - deputados da Guiné-Bissau	Crime	"Origem guineense"
14	30/07/2020	115	Aberto	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Opinião	"Negros"
15	30/07/2020	0	Aberto	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Cartas ao Editor	Nenhum
16	30/07/2020	36	Aberto	Agência	Notícia	Artistas	Sim - Dino D'Santiago	Música	Nenhum
17	31/07/2020	738	Exclusivo	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Opinião	"Negros"
18	31/07/2020	1055	Aberto	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Opinião	Nenhum
19	31/07/2020	543	Exclusivo	Assinada	Notícia	Autoridades	Não	Crime	"Preto"
20	31/07/2020	1778	Aberto	Assinada	Reportagem	Família e Amigos, Manifestantes, Grupos Ativistas	Sim - Família e manifestantes	Crime	"Negros" "Negra" "Negro" "Branco" "Branca"
21	27/07/2020	286	Aberto	Assinada	Notícia	Autoridades de Justiça, Autoridades, Família, Grupos Atvistas, Entidades Políticas	Sim - família e sos racismo	Crime	"Negro"

CARATERÍSTICAS MARCADORES ÉTNICOS	CARATERÍSTICAS DA PEÇA	FOTOGRAFIA	TEMA PRINCIPAL	TEMA SECUNDÁRIO	TÍTULO
Denúncia de Racismo	Neutro	Cara do actor	Crime	Breve Biografia	Actor Bruno Candé foi assassinado em plena Avenida de Moscavide
Negação de Racismo	Neutro	Genérica	Reações	Crime	BE exige apuramento das motivações do homicídio de Bruno Candé
Vítima Negra/Agressor Branco	Neutro	Cara do actor	Crime	Reações	PSP diz que testemunhas da morte de Bruno Candé afastam motivação racista
Nenhum	Neutro	Genérica	Atualidade	Reações	Governo diz que “grande parte dos incêndios dos últimos dias são evitáveis”
Ativismo	Antirracista	Cara do actor	Racismo	Crime	Erradicar o racismo é preciso, é possível e é nosso dever
Vítima Negra/Agressor Branco	Denúncia de Racismo	Cara do actor	Racismo	Crime	Bruno Candé Marques, 39 anos, três filhos
Citação/denúncia de insultos racistas	Denúncia de Racismo	Homenagem	Crime	Racismo	Testemunhas ouviram insultos racistas contra Bruno Candé. “Tenho armas do Ultramar e vou-te matar”
Nenhum	Neutro	Homenagem	Crime	Racismo	Embaixada da Guiné-Bissau em Portugal repudia assassinato de Bruno Candé
Vítima Negra	Antirracista	Nenhum	Racismo	Crime	Negar o racismo é racismo
Nenhum	Antirracista	Nenhum	Racismo	Crime	A naturalização do discurso fascista nas relações sociopolíticas das democracias
Denúncia de Racismo	Denúncia de Racismo	Nenhum	Atualidade	Racismo	As mortes não são racistas, os filhos não podem ter educação sexual e o país do bafio
Denúncia de Racismo	Denúncia de Racismo	Homenagem	Racismo	Crime	Manifestações na sexta-feira e sábado contra morte de actor Bruno Candé e pelas vítimas do racismo
Vítima Negra/Agressor Branco	Neutro	Cara do actor	Crime	Racismo	Homicídio de Bruno Candé: Parlamento da Guiné-Bissau aprova envio de delegação a Portugal
Vítima Negra	Denúncia de Racismo	Nenhum	Racismo	Crime	De que se alimenta um monstro?
Nenhum	Denúncia de Racismo	Nenhum	Atualidade	Racismo	Cartas ao director
Nenhum	Denúncia de Racismo	Genérica	Atualidade	Racismo	Lena d’Água, Capitão Fausto e Camané e Mário Laginha destacam-se nos Prémios Play
Denúncia de Racismo	Denúncia de Racismo	Nenhum	Racismo	Crime	A arma do Ultramar que matou Bruno Candé é de todos nós
Nenhum	Antirracista	Nenhum	Racismo	Crime	Sim, é racismo
Citação/denúncia de insultos racistas	Neutro	Homenagem	Crime	Racismo	Bruno Candé: PJ confirma que arma usada no homicídio foi roubada à PSP e não descarta racismo
Ativismo	Antirracista	Manifestação	Racismo	Atualidade	Manifestação por Bruno Candé: “Existe muita gente racista e é importante mostrar que estamos fartos”
Vítima Negra/Agressor Branco	Neutro	Homenagem	Crime	Racismo	Suspeito de homicídio de Bruno Candé fica em prisão preventiva

BRUNO CANDÉ AGOSTO

ID	DATA	PARTILHAS	ABERTO OU EXCLUSIVO	AUTORIA	GÉNERO JORNALÍSTICO	FONTES CITADAS	FONTES COMUNIDADE NEGRA	SECÇÃO	MARCADORES ÉTNICOS
22	01/08/2020	393	Exclusivo	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Racismo	"Negro"
23	01/08/2020	353	Aberto	Agência	Reportagem	Manifestantes, Grupos Ativistas, Família	Sim	Porto	"Preta" "Negro"
24	01/08/2020	191	Aberto	Assinada	Reportagem	Manifestantes	Sim	Porto	"Preta" "Branco" "Pretos"
25	02/08/2020	640	Aberto	Assinada	Crónica	Nenhuma	Não	Racismo	"Negras"
26	02/08/2020	1600	Exclusivo	Assinada	Notícia	Autoridades de Justiça	Não	Racismo	"Preto"
27	02/08/2020	129	Aberto	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Editorial	"Branco" "Negro"
28	02/08/2020	1547	Exclusivo	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Opinião	"Negro" "Ciganos" "Branco" "Asiático" "Hispano" "Índio"
29	02/08/2020	222	Aberto	Agência e PÚBLICO	Notícia	Entidades Políticas	Não	Racismo	Nenhum
30	03/08/2020	550	Aberto	Assinada	Crónica	Nenhuma	Não	Opinião	"Negro" "Negros"
31	04/08/2020	780	Aberto	Agência	Notícia	Figuras Públicas, Ativistas	Não	Racismo	"Negro"
32	06/08/2020	8341	Aberto	Assinada	Notícia	Amigos	Não	Cultura	Nenhum
33	07/08/2020	26	Exclusivo	Assinada	Crónica	Nenhuma	Não	Cultura	"Preto"
34	08/08/2020	346	Aberto	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Racismo	"Negro" "Branco"
35	13/08/2020	4008	Aberto	Agência	Notícia	Grupos Ativistas	Sim	Racismo	"Afrodescendentes" "Ciganos" "Negro" "Negra"
36	15/08/2020	474	Exclusivo	Assinada	Entrevista	Autoridades de Justiça	Não	Racismo	"Preto" "Pretuguês"
37	19/08/2020	32	Aberto	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Opinião	"Negro" "Raça Ariana" "Ciganos" "Judeus"
38	24/08/2020	84	Aberto	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Crónica	Nenhum

CARATERÍSTICAS PEÇA JORNALÍSTICA	FOTOGRAFIA	TEMA PRINCIPAL	TEMA SECUNDÁRIO	TÍTULO
Denúncia de Racismo	Nenhum	Racismo	Crime	A luz da tua luz, compatriota Bruno Candé
Antirracista	Manifestação	Racismo	Atualidade	Cerca de 200 manifestantes fazem minuto de silêncio nos Aliados por Bruno Candé
Antirracista	Manifestação	Racismo	Atualidade	Manifestação contra o racismo: "Bruno Candé?", "Presente!"
Antirracista	Nenhum	Homenagem	Racismo	Obrigado, Bruno Candé
Neutro	Manifestação	Crime	Racismo	"Preto, vai para a tua terra" pode não chegar para provar que racismo matou Bruno Candé
Antirracista	Nenhum	Racismo	Crime	O racismo é um apêndice na Justiça
Negação de Racismo	Nenhum	Racismo	Crime	Crime e preconceito
Neutro	Manifestação	Racismo	Crime	Chega junta algumas centenas de pessoas em Lisboa para mostrar que "Portugal não é racista"
Antirracista	Manifestação	Racismo	Crime	Portugal não é racista e Lisboa não é capital
Denúncia de Racismo	Manifestação	Racismo	Crime	Mais de mil criticam "tentativa de desvalorização" do homicídio de Bruno Candé
Neutro	Genérica	Atualidade	Crime	Fernanda Lapa, uma voz inquieta na defesa do teatro, das mulheres e da dignificação da vida
Denúncia de Racismo	Nenhum	Racismo	Crime	Coisas que ouvimos chamar normalmente
Antirracista	Nenhum	Racismo	Crime	Enquanto o país nega, Evaristo mata
Antirracista	Expressão racista	Racismo	Atualidade	"O silêncio é cúmplice." Carta aberta pede acção política para combater racismo em Portugal
Denúncia de Racismo	Genérica	Racismo	Crime	"Crime por motivos raciais devia ter manual de investigação"
Denúncia de Racismo	Nenhum	Racismo	Crime	Um alerta, que devia ser geral
Antirracista	Genérica	Atualidade	Racismo	Para onde caminha a nossa democracia?

BRUNO CANDÉ SETEMBRO

ID	DATA	PARTILHAS	ABERTO OU EXCLUSIVO	AUTORIA	GÉNERO JORNALÍSTICO	FONTES CITADAS	FONTES COMUNIDADE NEGRA	SECÇÃO	MARCADORES ÉTNICOS
39	03/09/2020	149	Aberto	Agência	Notícia	Entidades Políticas	Não	Racismo	Nenhum
40	06/09/2020	86	Aberto	Assinada	Opinião	Nenhuma	Não	Opinião	"Negro" "Negros"
41	17/09/2020	148	Aberto	PÚBLICO	Notícia	Nenhuma	Não	Teatro	Nenhum

CARATERÍSTICAS MARCADOR ÉTNICO	CARATERÍSTICAS PEÇA JORNALÍSTICA	FOTOGRAFIA	TEMA PRINCIPAL	TEMA SECUNDÁRIO	TÍTULO
Nenhum	Denúncia de Racismo	Genérica	Racismo	Crime	Rede Europeia alerta para aumento “muito preocupante” de ataques racistas pela extrema-direita em Portugal
Denúncia de Racismo	Antirracista	Nenhum	Racismo	Crime	Semeando dentes de dragão
Nenhum	Neutro	Cara do actor	Atualidade	Crime	Receitas de espectáculos revertem para a família de Bruno Candé, no dia em que faria 40 anos

GEORGE FLOYD JULHO

ID	DATA	PARTILHAS	ABERTO OU EXCLUSIVO	AUTORIA	GÉNERO JORNALÍSTICO	FONTES CITADAS	FONTES COMUNIDADE NEGRA	SECÇÃO	MARCADORES ÉTNICOS
42	01/07/2020	40	Aberto	Agência e PÚBLICO	Fotogaleira	Nenhuma	Não	Fotografia	Nenhum
43	02/07/2020	2	Aberto	Assinada	Notícia	Entidades Políticas	Não	Desemprego	"Negra" "Branca"
44	03/07/2020	143	Aberto	Assinada	Notícia	Empresário (CEO), Empresa	Não	Redes Sociais	Nenhum
45	04/07/2020	165	Aberto	Assinada	Notícia	Entidades Políticas	Não	América	Nenhum
46	04/07/2020	106	Aberto	Agência e Assinada	Notícia	Manifestantes, Grupos Ativistas	Sim	LGBTI	Nenhum
47	04/07/2020	249	Aberto	Assinada	Notícia	Entidades Políticas, Jornalista	Sim	EUA	Nenhum
48	05/07/2020	15	Exclusivo	Assinada	Análise	Nenhuma	Não	História	"Razão negra" "escravo negro"
49	05/07/2020	817	Aberto	PÚBLICO	Notícia	Nenhuma	Não	Música	"voto negro"
50	05/07/2020	71	Aberto	Agência	Notícia	Jornais	Não	EUA	Nenhum
51	06/07/2020	652	Aberto	Assinada	Reportagem	Manifestantes, Grupos Ativistas	Sim	Vídeo	"negro" "pretos"
52	07/07/2020	323	Aberto	Assinada	Notícia	Manifestantes, Grupos Ativistas	Sim	P3	"negros" "negra"
53	08/07/2020	1457	Aberto	Assinada	Notícia	Figuras públicas	Sim	EUA	Nenhum
54	09/07/2020	9	Aberto	Agência	Notícia	Fontes primárias - videovigilância	Não	EUA	"afro-americano"
55	09/07/2020	91	Exclusivo	Assinada	Notícia	Entidades da área da saúde	Não	Coronavírus	Nenhum
56	09/07/2020	71	Aberto	Assinada	Crónica/Opinião	Nenhuma	Não	Opinião	"afro-descendentes, cigana e de imigrantes"
57	10/07/2020	128	Aberto	Assinada	Notícia	Entidades Políticas	Não	EUA	"vida negras"
58	12/07/2020	199	Exclusivo	Assinada	Crónica/Opinião	Figuras públicas	Não	Opinião	Nenhum
59	15/07/2020	24	Aberto	Assinada	Notícia	Entidades académicas	Não	História	"negra"
60	17/07/2020	1	Aberto	Agência	Notícia	Entidades desportivas	Não	Outras Modalidades	Nenhum
61	17/07/2020	891	Exclusivo	Assinada	Entrevista	Entidades da área da saúde	Não	Entrevista-Coronavírus	"negro"
62	18/07/2020	873	Aberto	Agência	Notícia	Entidades Políticas	Não	Racismo	"negra"
63	19/07/2020	86	Aberto	Assinada	Notícia	Manifestantes, Grupos Ativistas	Sim	EUA	"negra"
64	19/07/2020	24	Aberto	Agência	Notícia	Editora discográfica	Não	Jazz	"afro-americano"
65	21/07/2020	44	Aberto	Assinada	Notícia	Nenhuma	Não	Cinema	"negras" "negros"
66	23/07/2020	26	Aberto	Agência	Notícia	Entidades Políticas	Não	Mundo	"afro-americano"
67	24/07/2020	67	Aberto	Assinada	Notícia	Manifestantes, Grupos Ativistas	Não	História	Nenhum
68	29/07/2020	13	Aberto	Agência	Notícia	Estatísticas	Não	EUA	"negros"

CARATERÍSTICAS MARCADORES ÉTNICOS	CARATERÍSTICAS DA PEÇA	FOTOGRAFIA	TEMA PRINCIPAL	TEMA SECUNDÁRIO	TÍTULO
Nenhum	Neutro	Manifestantes	Racismo	Atualidade	Megafones, cartazes e sextas: há um parque em Nova Iorque ocupado por manifestantes
Neutro	Neutro	Genérica	Atualidade	Crime	Taxa de desemprego nos EUA cai pelo segundo mês consecutivo
Nenhum	Neutro	Genérica	Atualidade	Racismo	Zuckerberg não cede à pressão de anunciantes. Diz que "estarão de volta em breve"
Nenhum	Neutro	Genérica	Atualidade	Racismo	Trump utiliza discurso no Monte Rushmore para inflamar divisões nos Estados Unidos
Nenhum	Denúncia de Racismo	Manifestantes	Atualidade	Racismo	Marcha do orgulho LGBT foi cancelada, mas milhares reuniram-se em Paris para defender direitos e criticar racismo
Nenhum	Neutro	Genérica	Atualidade	Racismo	Num 4 de Julho assombrado pela covid-19, Donald Trump instigou a divisão dos americanos
Neutro	Negação de Racismo	Genérica	Racismo	Atualidade	Iconoclastia e política: a moral sem a história
Neutro	Neutro	Genérica	Política	Atualidade	Kanye West anuncia candidatura à Presidência dos EUA. É a sério?
Nenhum	Neutro	Genérica	Atualidade	Racismo	Manifestantes derrubam estátua de Colombo e deitam-na à água em Baltimore
Denúncia de Racismo	Antirracista	Genérica	Racismo	Atualidade	Patrícia, Ricardo e Mariana não têm o "luxo de não saber" o que é o racismo
Denúncia de Racismo	Denúncia de Racismo	Genérica	Racismo	Atualidade	Mural de homenagem a Breonna Taylor vê-se do céu e dá voz a quem não a tem
Nenhum	Neutro	Genérica	Atualidade	Racismo	Noam Chomsky, Steven Pinker, Margaret Atwood e Francis Fukuyama apelam ao "debate livre" em carta publicada na Harper's
Vítima	Neutro	Cara da vítima	Crime	Atualidade	Antes de morrer, George Floyd disse mais de 20 vezes que não conseguia respirar
Nenhum	Neutro	Genérica	Coronavírus	Atualidade	Porque é tão difícil quebrar as cadeias de transmissão na região de Lisboa?
Vítima	Neutro	Manifestantes	Atualidade	Racismo	O Portugal silencioso
Denúncia de Racismo	Neutro	Genérica	Atualidade	Racismo	Black Lives Matter pintada em letras amarelas gigantes à frente da Trump Tower
Nenhum	Neutro	Nenhuma	Atualidade	Racismo	O Ocidente ainda existe?
Protesto	Neutro	Genérica	Atualidade	Racismo	A substituição da estátua de Edward Colston por uma jovem negra será temporária?
Nenhum	Neutro	Genérica	Atualidade	Racismo	Thomas Bach anuncia recandidatura à presidência do COI
Protesto	Neutro	Genérica	Atualidade	Racismo	"As pandemias mudam a história e a maneira de viver. O confinamento pode durar anos"
Protesto	Denúncia de Racismo	Genérica	Atualidade	Racismo	Morreu John Lewis, líder do movimento dos direitos cívicos nos EUA
Protesto	Antirracista	Genérica	Racismo	Atualidade	Black Lives Matter: A luta de John Lewis continua
Denúncia de Racismo	Denúncia de Racismo	Genérica	Atualidade	Racismo	Gravação inédita de concerto de Thelonious Monk em 1968 é editada em álbum
Denúncia de Racismo	Denúncia de Racismo	Genérica	Atualidade	Racismo	As vidas negras importam na 14ª edição do MOTELX
Denúncia de Racismo	Denúncia de Racismo	Genérica	Atualidade	Racismo	Câmara dos Representantes dos EUA aprova remoção de estátuas da Confederação do Capitólio
Nenhum	Antirracista	Genérica	Atualidade	Racismo	A Volta ao Mundo em 80 Catástrofes para falar de mortes colectivas, estátuas e monumentos
Denúncia de Racismo	Denúncia de Racismo	Genérica	Atualidade	Racismo	Apoio a protestos anti-racismo nos EUA desce mas é ainda maioritário

GEORGE FLOYD AGOSTO

ID	DATA	PARTILHAS	ABERTO OU EXCLUSIVO	AUTORIA	GÊNERO JORNALÍSTICO	FONTES CITADAS	FONTES COMUNIDADE NEGRA	SECÇÃO	MARCADORES ÉTNICOS
69	04/08/2020	147	Aberto	Assinado	Notícia	Jornais, Imagens de vídeo	Nenhuma	EUA	"negro" "negra"
70	06/08/2020	997	Aberto	Assinado	Notícia	Empresários	Nenhuma	Redes Sociais	Nenhum
71	09/08/2020	103	Aberto	Público e Agência	Fotogaleria	Manifestantes	Nenhuma	P3/Reuters	Nenhum
72	11/08/2020	769	Aberto	Assinado	Notícia	Entidades políticas	Nenhuma	Eleições EUA 2020	"negra" "negro"
73	12/08/2020	206	Aberto	Assinado	Notícia	Entidades políticas	Nenhuma	Eleições EUA 2020	"negra" "negro"
74	13/08/2020	97	Aberto	Assinado	Notícia	Entidade cultural	Nenhuma	Ípsilon	"negra"
75	18/08/2020	600	Aberto	Assinado	Notícia	Entidades políticas	Sim	Eleições EUA 2020	"negro"
76	18/08/2020	221	Aberto	Assinado	Notícia	Entidade cultural	Sim	Museus	"negro"
77	24/08/2020	254	Aberto	Público	Notícia	Redes Sociais, Advogado	Sim	EUA	"negro" "negra"
78	24/08/2020	4738	Aberto	Assinado	Reportagem	Entrevistada Afromary	Sim	Racismo	"negra"
79	24/08/2020	26	Aberto	Assinado	Notícia	Ativistas	Sim	Racismo	"negro" "negra"
80	25/08/2020	82	Aberto	Agência	Notícia	Entidades políticas	Nenhuma	Eleições EUA 2020	"negro"
81	25/08/2020	33	Aberto	Agência	Notícia	Jornais, Imagens de vídeo	Sim	Violência Policial	"negro"
82	26/08/2020	5	Aberto	Público	Notícia	Entidades políticas	Nenhuma	Vídeos	"negro"
83	26/08/2020	62	Aberto	Assinado	Notícia	Jornais, Imagens de vídeo	Nenhuma	EUA	"negro"
84	26/08/2020	520	Aberto	Público e Agência	Notícia	Entidades políticas, Advogados, Família	Sim	EUA	"negro"
85	26/08/2020	123	Aberto	Agência	Notícia	Entidades políticas	Nenhuma	Eleições EUA 2020	"negro"
86	27/08/2020	185	Aberto	Assinado	Notícia	Jornais, Imagens de vídeo	Nenhuma	EUA	"afro-americano"
87	27/08/2020	51	Aberto	Agência	Notícia	Entidades políticas	Nenhuma	EUA	"negro" "afro-americano"
88	29/08/2020	628	Aberto	Público e Agência	Reportagem	Manifestantes	Sim	Multimídia	"negro"
89	29/08/2020	799	Aberto	Assinado e Agência	Notícia	Redes Sociais, Figuras públicas	Sim	Óbito	"negro" "negra" "negritude"
90	30/08/2020	28	Aberto	Assinada	Notícia	Entidades políticas, Polícia	Nenhuma	EUA	"afro-americano"
91	30/08/2020	91	Aberto	Assinada	Opinião	Nenhuma	Nenhuma	P3-Crónica	"afro-americano"

CARATERÍSTICAS MARCADORES ÉTNICOS	CARATERÍSTICAS DA PEÇA	FOTOGRAFIA	TEMA PRINCIPAL	TEMA SECUNDÁRIO	TÍTULO
Denúncia de Racismo	Antirracista	Manifestantes	Crime	Racismo	George Floyd pediu aos polícia para não dispararem antes de morrer. “Não sou má pessoa”
Nenhum	Neutra	Genérica	Atualidade	Racismo	Facebook apaga publicação de Donald Trump pela primeira vez por desinformação sobre covid-19
Nenhum	Neutra	Manifestantes	Atualidade	Racismo	O Lama Sem Drama. Em Portland, a paz é mantida com quatro patas e muito pêlo
Emancipatório?	Neutra	Genérica	Atualidade	Racismo	Biden escolhe Kamala Harris, a primeira mulher negra candidata a “vice” dos EUA
Emancipatório?	Neutra	Genérica	Atualidade	Racismo	“Uma excelente escolha.” Partido Democrata une-se em torno de Biden-Harris
Denúncia de Racismo	Antirracista	Genérica	Racismo	Atualidade	Curadora demite-se: a FLIP “precisa de uma curadora negra para reinventá-la”
Vítima	Neutra	Genérica	Atualidade	Racismo	Michelle Obama apela ao voto em Joe Biden “como se a vida dependesse disso”
Emancipatório? + Denúncia de Racismo	Antirracista	Genérica	Racismo	Atualidade	O Museu Guggenheim tem agora um plano para combater o racismo de que é acusado
Denúncia de Racismo	Neutra	Genérica	Atualidade	Racismo	Protestos no Wisconsin após homem negro ser baleado nas costas pela polícia. Guarda Nacional foi mobilizada
Emancipatório	Antirracista	Genérica	Racismo	Atualidade	“As pessoas não aceitam que haja uma portuguesa negra. Começa aí o nosso sentimento de não-pertença”
Denúncia de Racismo	Antirracista	Genérica	Racismo	Atualidade	Quem Pode, Pod: especial Black Lives Matter
Vítima	Neutra	Genérica	Atualidade	Racismo	Trump e os republicanos pintam um quadro assustador dos EUA com Joe Biden
Vítima	Denúncia de Racismo	Genérica	Atualidade	Racismo	Governador de Wisconsin declara estado de emergência. Kenosha prepara-se para terceira noite de protestos
Vítima	Denúncia de Racismo	Genérica	Racismo	Atualidade	Melania Trump: “Nunca façam suposições com base na cor da pele de uma pessoa”
Vítima	Neutra	Genérica	Atualidade	Racismo	Detido adolescente suspeito de ter matado duas pessoas durante os protestos no Wisconsin
Vítima	Denúncia de Racismo	Familiars da vítima	Atualidade	Racismo	Jacob Blake, o americano negro baleado pelas costas por um polícia, “precisa de um milagre para voltar a andar”
Vítima + Criminoso	Neutra	Genérica	Atualidade	Racismo	Melania Trump foi a nota de compaixão no concerto apocalíptico do Partido Republicano
Vítima	Neutra	Genérica	Atualidade	Racismo	Apresentador da Fox News defende adolescente que matou dois manifestantes no Wisconsin
Vítima	Neutra	Genérica	Atualidade	Racismo	No auge dos protestos no Wisconsin, Mike Pence reforça o discurso da “lei e ordem”
Denúncia de Racismo	Antirracista	Genérica	Racismo	Atualidade	Cinquenta e sete anos depois de I have a dream, milhares marcharam para falar de racismo em Washington
Emancipatório	Antirracista	Genérica	Atualidade	Racismo	Morreu Chadwick Boseman, estrela de Black Panther
Vítima	Neutra	Genérica	Atualidade	Racismo	Um morto em confrontos entre apoiantes de Trump e manifestantes anti-racismo em Portland
Denúncia de Racismo	Antirracista	Nehuma	Racismo	Atualidade	“Futebol e política não se misturam!”

GEORGE FLOYD SETEMBRO

ID	DATA	PARTILHAS	ABERTO OU EXCLUSIVO	AUTORIA	GÊNERO JORNALÍSTICO	FONTES CITADAS	FONTES COMUNIDADE NEGRA	SEÇÃO	MARCADORES ÉTNICOS
92	01/09/2020	766	Aberto	Assinada	Notícia	Entidades Políticas, Familiares da vítima	Sim	EUA	"afro-americano"
93	03/09/2020	77	Aberto	Assinada	Notícia	Imagens vídeo, Familiares da vítima	Sim	EUA	"afro-americano"
94	04/09/2020	39	Aberto	Assinada	Notícia	Jornais, Polícia	Nenhuma	EUA	"afro-americano" "de cor"
95	05/09/2020	1047	Aberto	Assinada	Notícia	Estudos	Nenhuma	Racismo	Nenhum
96	10/09/2020	329	Aberto	Assinada	Notícia	Entidades Políticas	Nenhuma	América Latina	Nenhum
97	12/09/2020	14	Aberto	Assinada	Notícia	Artistas	Nenhuma	Performance	Nenhum
98	12/09/2020	54	Aberto	Público e Agência	Notícia	Entidades políticas	Nenhuma	Colômbia	"afro-americano"
99	17/09/2020	174	Aberto	Assinada	Notícia	Entidades políticas, estudos	Nenhuma	EUA	"afro-americano"
100	23/09/2020	3	Aberto	Público e Agência	Notícia	Advogado	Sim	Violência Policial	"negra" "afro-americano"

CARATERÍSTICAS MARCADORES ÉTNICOS	CARATERÍSTICAS DA PEÇA	FOTOGRAFIA	TEMA PRINCIPAL	TEMA SECUNDÁRIO	TÍTULO
Vítima	Denúncia de Racismo	Genérica	Atualidade	Racismo	Trump defende adolescente acusado de matar manifestantes em Kenosha
Vítima	Denúncia de Racismo	Manifestantes	Atualidade	Racismo	Família divulga imagens de homem negro que morreu asfixiado por polícias em Nova Iorque
Vítima	Neutra	Autoridades	Atualidade	Racismo	Suspeito de assassinar apoiante de Trump em Portland morto pela polícia
Nenhum	Antirracista	Manifestação	Racismo	Atualidade	Relatório conclui que quase todos os protestos Black Lives Matter são pacíficos
Nenhum	Neutra	Manifestação	Atualidade	Crime	"Estou a sufocar." Assassinio de advogado reacende protestos contra violência policial na Colômbia
Nenhum	Denúncia de Racismo	Genérica	Atualidade	Racismo	Para que as "artes vivas" possam acontecer, é preciso "estar junto"
Vítima	Neutra	Manifestação	Atualidade	Crime	Ministro colombiano pede desculpa pela brutalidade da polícia
Vítima	Denúncia de Racismo	Genérica	Atualidade	Racismo	Procurador-geral dos EUA sugere que manifestantes detidos sejam acusados de sedição
Vítima	Denúncia de Racismo	Genérica	Atualidade	Racismo	Apenas um polícia do Kentucky indiciado e não foi pela morte de Breonna Taylor